

**ANAIS DA II JORNADA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
ARQUITETURA E URBANISMO- 2019**

**II JORNADA DO
PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU
EM ARQUITETURA
E URBANISMO**

29 A 30 DE OUTUBRO DE 2019

Local: PUC CAMPINAS campus I



**ANAIS DA II JORNADA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
ARQUITETURA E URBANISMO- 2019**

ORGANIZAÇÃO:

**Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ)**



**Núcleo de Apoio ao Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NAU)**

APOIO:



Os conteúdos dos artigos publicados nestes anais são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ISSN: XXXXXXXXXXXXX

FICHA CATALOGRÁFICA

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO:

Laura Machado de Mello Bueno (Coordenadora e Docente POSURB-ARQ)

COORDENAÇÃO GERAL:

Ana Paula Farah (Docente POSURB-ARQ)

José Roberto Merlin (Docente POSURB-ARQ)

Laura Machado de Mello Bueno (Docente POSURB-ARQ)

Maria Cristina da Silva Schicchi (Docente POSURB-ARQ)

Vera Santana Luz (Docente POSURB-ARQ)

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Adriana Teixeira Bahia (Mestranda-NAU)

Alisson Tavares Rosalino (Mestranda-NAU)

Ana Paula Farah (Docente POSURB-ARQ)

Anamaria Canuto Sales de Oliveira (Mestranda-NAU)

Bianca Teixeira Moret Pacheco (Mestranda-NAU)

Celso Faria Mendes de Oliveira (Mestrando-NAU)

Felipe da Motta Bueno (Mestrando-NAU)

José Roberto Merlin (Docente POSURB-ARQ)

Lucas Nakamura Cerejo (Mestrando-NAU)

Mariana Tealdi Sant'anna (Mestranda-NAU)

Otávio Augusto Frederico (Mestrando-NAU)

Vera Santana Luz (Docente POSURB-ARQ)

COMISSÃO CIENTÍFICA:

Ana Paula Farah (Docente POSURB-ARQ)

Denio Munia Benfatti (Docente POSURB-ARQ)

Ivone Salgado (Docente POSURB-ARQ)

Jane Victal Ferreira (Docente POSURB-ARQ)

Jonathas Magalhães Pereira da Silva (Docente POSURB-ARQ)

José Roberto Merlin (Docente POSURB-ARQ)

Laura Machado de Mello Bueno (Docente POSURB-ARQ)

Luiz Augusto Maia Costa (Docente POSURB-ARQ)

Maria Cristina da Silva Schicchi (Docente POSURB-ARQ)

Manoel Lemes da Silva Neto (Docente POSURB-ARQ)

Patrícia Rodrigues Samora (Docente POSURB-ARQ)

Renata Baesso Pereira (Docente POSURB-ARQ)

Vera Santana Luz (Docente POSURB-ARQ)

APOIO TÉCNICO:

Adriana Teixeira Bahia (Mestranda-NAU)

Alisson Tavares Rosalino (Mestranda-NAU)

Anamaria Canuto Sales de Oliveira (Mestranda-NAU)

Bianca Teixeira Moret Pacheco (Mestranda-NAU)

Celso Faria Mendes de Oliveira (Mestrando-NAU)

Felipe da Motta Bueno (Mestrando-NAU)

Lucas Nakamura Cerejo (Mestrando-NAU)

Mariana Tealdi Sant'anna (Mestranda-NAU)

Otávio Augusto Frederico (Mestrando-NAU)

APRESENTAÇÃO



PROGRAMAÇÃO 29.10.19

LOCAL: PRÉDIO H1-SALA 800

MANHÃ - 8H30 ÀS 12H:

MESA REDONDA LINHAS DE PESQUISA EM ARQUITETURA E URBANISMO: CONCEPÇÃO E IDENTIDADE DOS PROGRAMAS

Coordenação - Laura Machado de Mello Bueno

Professor da casa - Luiz Augusto Maia Costa

Professora da casa - Maria Cristina da Silva Schicchi

Sidney Piochi Bernardini - Docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade (ATC) da Unicamp.

Cristina de Campos - Docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu. Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Unicamp

TARDE:

COMUNICAÇÃO DE TRABALHOS

Coordenação: Ana Paula Farah
Comentários: Sidney Piochi Bernardini e Jane Victal Ferreira.

13:30 - A Ocupação "Marielle Vive!" Face à Nova Lei 13.465/2017 - Bruna Pimentel Cilento; Wilson Ribeiro Santos Junior.

13:50 - Estruturação do Aeroporto de Viracopos como "Aerotrópolis" - Rita Maria Cunha Leite Coentro; Wilson Ribeiro Santos Junior.

14:10 - Ouve-se e escreve-se histórias: O lugar e o contexto dos errantes do Complexo Prisional Campinas-Hortolândia/SP - Otavio Augusto Frederico; Manoel Lemes da Silva Neto.

14:30 - Pré - Fabricação de Sistemas Leves em Situações de Fragilidade Sócio Espacial - Valdemir Lucio Rosa; Vera Santana Luz.

14:50 - O fenômeno da urbanização dispersa: um olhar sobre o território de Bragança Paulista/SP - Lucas Nakamura Cerejo; Laura Machado de Mello Bueno.

Coordenação: José Roberto Merlin
Comentários: Cristina de Campos, Manoel Lemes da Silva Neto e Renata Baesso Pereira.

15:45 - Diálogos transnacionais em arquitetura: a contribuição de Aurélio Martinez Flores nas Bienais Internacionais de Arquitetura de São Paulo - Alisson Tavares Rosalino; Jane Victal Ferreira.

16:05 - Complexo Hidrotermal e Hoteleiro de Poços de Caldas: um estudo de caso sobre a alteração da memória coletiva relativa ao espaço - Anamaria Canuto Sales de Oliveira; Ana Paula Farah.

16:25 - Favela, Globalização e Saúde Mental: Um Estudo de Caso da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, Salvador - BA - Adriana Teixeira Bahia; Luiz Augusto Maia Costa.

16:45 - Índice de transporte público urbano sustentável (ITUS): uma avaliação do município de Vinhedo - Vinicius Silva de Macedo; Denio Munia Benfatti.

17:05 - A atuação do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio em Sorocaba (1994-2019) - Fabio Felipe; Ana Paula Farah.

PUC-CAMPINAS | CEATEC | POSURB-ARQ



PROGRAMAÇÃO 30.10.19

LOCAL: PRÉDIO H2-SALA 900

MANHÃ - 8H30 ÀS 12H:

MESA REDONDA LINHAS DE PESQUISA EM ARQUITETURA E URBANISMO: CONCEPÇÃO E IDENTIDADE DOS PROGRAMAS

Coordenação Ana Paula Farah

Professora da casa - Ivone Salgado

Professor da casa - Jonathas Magalhães Pereira da Silva

Maria Camila Loffredo D'Ottaviano - Docente do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Maria Isabel Villac - Pesquisadora e Docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

TARDE:

COMUNICAÇÃO DE TRABALHOS

Coordenação: Vera Santana Luz.
Comentários: Maria Isabel Villac e Patricia Rodrigues Samora.

13:30 - Entre o Virtual e o Concreto: Criação e Apropriação do Espaço Sensível - Angelica Dayane Sena de Oliveira Lima; Jane Victal Ferreira.

13:50 - O Jardim como Espaço Terapêutico em Hospitais: Suas Tipologias e seus Benefícios - Gustavo de Paula Lima; José Roberto Merlin.

14:10 - Patrimônio religioso e propriedade da terra no Brasil Império: a interface entre propriedade fundiária e a formação do território e do tecido urbano nas cidades paulistas, 1822-1900. - Rafael Augusto Silva Ferreira; Renata Baesso Pereira.

14:30 - O papel da Paróquia na formação territorial de Bragança Paulista - Carolina Gonçalves Nunes; Ivone Salgado.

14:50 - A transformação da paisagem na favela objeto de regularização fundiária - Taisa Cintra Dosso; Jonathas Magalhães Pereira da Silva.

Coordenação: Renata Baesso Pereira.
Comentários: Gisela Cunha Viana Leonelli e Denio Munia Benfatti.

15:45 - Intervenções Urbanas na Área Portuária para os Jogos Olímpicos de 2016: Para Qual Cidade Mesmo? - Bianca Teixeira Moret Pacheco; Maria Cristina Schichi.

16:05 - Serra do Japi: entre o Preservacionismo, o Conservacionismo e o Desenvolvimento Urbano - Décio Luiz Pinheiro Pradella; Laura Machado de Mello Bueno.

16:25 - Assentamentos Precários Urbanos e o Déficit de Saneamento: Percorso Metodológico para Abordagem do Problema - Renata de Faria Rocha Furigo; Patricia Rodrigues Samora.

16:45 - Contribuições para um Plano Territorial Socioambiental: Estudo de Caso Comunidade Pé Da Serra - Parque Nacional Serra do Divisor/Acre - Rita de Cassia Barros Esteves; Vera Santana Luz.

PUC-CAMPINAS | CEATEC | POSURB-ARQ

Sumário

A OCUPAÇÃO “MARIELLE VIVE!” FACE À NOVA LEI DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (Lei nº 13.465/2017) <i>Bruna Pimentel Cilento/ Wilson Ribeiro dos Santos Junior</i>	12
ESTRUTURAÇÃO DO AEROPORTO DE VIRACOPOS COMO “AEROTRÓPOLIS” <i>Rita Maria Leite Cunha Coentro/ Wilson Ribeiro dos Santos Junior</i>	18
OUVE-SE E ESCREVE-SE HISTÓRIAS: O LUGAR E O CONTEXTO DOS ERRANTES DO COMPLEXO PRISIONAL CAMPINAS-HORTOLÂNDIA/SP <i>Otávio Augusto Frederico/ Manoel Lemes da Silva Neto</i>	24
PRÉ - FABRICAÇÃO DE SISTEMAS LEVES EM SITUAÇÕES DE FRAGILIDADE SÓCIO ESPACIAL <i>Valdemir Lúcio Rosa/ Vera Santana Luz</i>	30
O FENÔMENO DA URBANIZAÇÃO DISPERSA: UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO DE BRAGANÇA PAULISTA/SP <i>Lucas Nakamura Cerejo/ Laura Machado de Mello Bueno</i>	36
DIÁLOGOS TRANSNACIONAIS EM ARQUITETURA: A CONTRIBUIÇÃO DE AURÉLIO MARTINEZ FLORES NAS BIENAS INTERNACIONAIS DE ARQUITETURA DE SÃO PAULO <i>Alisson Tavares Rosalino/ Jane Victal Ferreira</i>	44
COMPLEXO HIDROTERMAL E HOTELEIRO DE POÇOS DE CALDAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ALTERAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA RELATIVA AO ESPAÇO. <i>Anamaria Canuto Sales de Oliveira/ Ana Paula Farah</i>	50
FAVELA, GLOBALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DA RUA MONSENHOR RUBENS MESQUITA, SALVADOR - BA <i>Adriana Teixeira Bahia/ Luiz Augusto Maia Costa</i>	57
ÍNDICE DE TRANSPORTE PÚBLICO URBANO SUSTENTÁVEL (ITUS): UMA AVALIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VINHEDO <i>Vinicius Silva de Macedo/ Denio Munia Benfatti</i>	64
A ATUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO EM SOROCABA (1994-2019) <i>Fábio Felipe/ Ana Paula Farah</i>	70
ENTRE O VIRTUAL E O CONCRETO: CRIAÇÃO E APREENSÃO DO ESPAÇO SENSÍVEL <i>Angélica Lima/ Jane Victal Ferreira</i>	78

O JARDIM COMO ESPAÇO TERAPÊUTICO EM HOSPITAIS: SUAS TIPOLOGIAS E SEUS BENEFÍCIOS	
Gustavo de Paula Lima/ José Roberto Merlin	85
PATRIMÔNIO RELIGIOSO E PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL IMPÉRIO: a interface entre propriedade fundiária e a formação do território e do tecido urbano nas cidades paulistas, 1822-1900.	
Rafael Augusto S. Ferreira/ Renata Baesso Pereira	91
O PAPEL DA PAROCHIA NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DE BRAGANÇA PAULISTA.	
Carolina Gonçalves Nunes/ Ivone Salgado	98
A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NA FAVELA OBJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	
Taisa Cintra Dosso/ Jonathas Magalhães Pereira da Silva	104
INTERVENÇÕES URBANAS NA ÁREA PORTUÁRIA PARA OS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016: PARA QUAL CIDADE MESMO?	
Bianca Teixeira Moret Pacheco/ Maria Cristina da Silva Schicchi	111
SERRA DO JAPI: ENTRE O PRESERVACIONISMO, O CONSERVACIONISMO E O DESENVOLVIMENTO URBANO	
Décio Luiz Pinheiro Pradella/ Laura Machado de Mello Bueno	118
ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E O DÉFICIT DE SANEAMENTO: PERCURSO METODOLÓGICO PARA ABORDAGEM DO PROBLEMA	
Renata de Faria Rocha Furigo/ Patrícia Rodrigues Samora	124
CONTRIBUIÇÕES PARA UM PLANO TERRITORIAL SOCIOAMBIENTAL: ESTUDO DE CASO COMUNIDADE PÉ DA SERRA - PARQUE NACIONAL SERRA DO DIVISOR/ACRE	
Rita de Cássia Barros Esteves/ Vera Santana Luz.....	131
GRANDES PROJETOS DE INFRAESTRUTURA E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: OS CASOS DA FERROVIA NOVA TRANSNORDESTINA E DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (2007-2017)	
André Paiva Rodrigues/ Vera Santana Luz	137
TRANSFORMAÇÕES E INFLUÊNCIAS DA ARQUITETURA HOSPITALAR BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE TECNOLÓGICA, POLÍTICA ADMINISTRATIVA E AVANÇOS MÉDICOS	
Chayane Galvão/ Jonathas Magalhães Pereira da Silva	144

IMPACTOS SOCIOESPACIAIS DE HIS EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO EM JUNDIAÍ, SP.

Felipe da Motta Bueno/ Wilson Ribeiro dos Santos Junior152

DIÁLOGOS TRANSNACIONAIS: A CONSTRUÇÃO DO MODERNO COMO LINGUAGEM

Helena Vilela/ Jane Victal Ferreira..... 160

ENSINO DE ARQUITETURA: A CONTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO

Jussara Schultz Bauermann/ Jane Victal Ferreira167

PROPOSTAS CONJUNTURAS PARA PROBLEMAS ESTRUTURAIS: PICO COLECTIVO

Mariana Tealdi Sant'Anna/ Vera Santana Luz174

A OCUPAÇÃO “MARIELLE VIVE!” FACE À NOVA LEI DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (Lei nº 13.465/2017)

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Bruna Pimentel Cilento

Advogada, doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
(POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Wilson Ribeiro dos Santos Junior

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de
Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 13.465/2017 (BRASIL, 2017) é o mais novo regramento da regularização fundiária urbana no Brasil. Surge como uma ferramenta de resolução dos conflitos urbanos pela posse da terra que se estabelecem em cenários rurais, tal como no imóvel ocupado pelo Acampamento “Marielle Vive!”, mobilizado pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Valinhos, interior do Estado de São Paulo. Ao possibilitar sua aplicação em relação aos imóveis com uso e características urbanas, localizados em área rural, a referida lei expôs ainda mais os conflitos de interesses e as nuances de urbanidade no frágil antagonismo entre rural e urbano. Verifica-se como o novo marco legal ampliou a definição de núcleo urbano informal, ao incorporar as ocupações em áreas rurais, apontando assim um novo enfrentamento à segurança da posse em núcleos urbanos informais, localizados em zonas rurais.

DESENVOLVIMENTO

A Lei Federal nº 13.465, em 11 de julho de 2017 (BRASIL, 2017), tem sido vista por muitos especialistas e instituições governamentais e não governamentais¹ como um retrocesso à política de regularização fundiária especialmente por enfatizar ainda mais a mercantilização e financeirização da terra e por deixar de lado outros componentes essenciais à regularização plena, dando prioridade apenas à titulação.

¹ Ribeiro (2017); Carta ao Brasil (2017).

Ainda assim trata-se de uma política que vem se consolidando para além do aparente antagonismo entre rural e urbano, na medida em que reconhece em sua normatização a existência de uso e ocupação de características urbanas em áreas de origem rural. Observa-se no art. 11, do novo marco legal, Lei Federal no. 13.465/2017 (BRASIL, 2017), que “núcleo urbano” passa a ser definido como o assentamento humano que tenha uso ou características urbanas, mesmo que situado em zona rural, desde que as unidades imobiliárias (provenientes do parcelamento do solo da ocupação) tenham área inferior àquela prevista por lei para imóveis rurais, justamente para que sua aplicação não se equipare à Reforma Agrária.

Referida permissão no texto legal de regularização fundiária urbana, especialmente no atual contexto brasileiro (de reformas que diminuem direitos sociais, como as reformas trabalhista e previdenciária), antes de ser o resultado de uma política por melhoria das condições de urbanização do solo já ocupado, ratifica-se como um regramento de titulação da posse àqueles que ocupam imóveis rurais, com finalidade residencial, independente da classe social a que pertençam e dos contextos em que se deram tais ocupações (pela falta de acesso à terra ou pela simples burla da legislação com a finalidade de criar moradia aonde não é permitido).

Privilegiar a titulação da posse (convertendo-a em propriedade), tanto na REURB-S (Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social), quanto na REURB-E (Regularização Fundiária de Interesse Específico, ou seja, ocupantes que não pertence a classes sociais vulneráveis, especialmente pela renda) dificilmente conduzirá à Regularização Fundiária Plena. Nesta, os demais aspectos devem ser observados, como os urbanísticos, os ambientais e os sociais da ocupação e não somente o aspecto jurídico de legitimação da posse.

Uma das justificativas da nova lei, é a de que a regularização do título facilitará, às populações de baixa renda, o acesso ao crédito, já que o imóvel regularizado do ponto de vista jurídico, é um bem a ser dado em garantia, bem como disponível ao mercado imobiliário. No entanto, apenas titular individualmente a posse já se demonstrou um fracasso no modelo peruano, após as ideias de De Soto (2001) terem ganhado visibilidade².

É uma lógica baseada unicamente no valor de troca (mercadoria), que não atende aos propósitos de uma ocupação, especialmente por dois motivos: a) não compreende que um imóvel adequado tanto para a habitação, quanto para a comercialização e para a garantia de crédito, deve

² O contexto da regularização dominial no Peru é, nos anos 1980, a luta entre o governo federal e a guerrilha, em especial o Sendero Luminoso, no campo. De Soto teve importante papel, criando o Instituto *Liberdad y Democracia* e desenvolvendo discurso ideológico para o pequeno e médio empresário agricultor cocaleiro contrário à coletivização de terras propugnada pelo Sendero Luminoso. Essa política estendeu-se às cidades, notadamente à capital, regularizando-se os parcelamentos construídos para fins urbanos, sem as melhorias das condições de urbanização, fazendo com que unidades habitacionais em área de risco fossem tituladas no contexto de precariedade e periculosidade em que se encontravam (DE SOTO, 2016).

ser um bem que não possua riscos que comprometam sua urbanidade, sua estrutura, e isso só ocorre quando as demais questões referentes à urbanização plena são regularizadas; b) que reduz esse lugar do habitar (da convivência social na moradia) a uma simples mercadoria, sem preocupar-se com a destinação, com o uso da terra regularizada (posse efetivada por meio da utilização da terra para moradia ou produção) que dará sentido à função social da terra ocupada.

Tal concessão do direito de propriedade privada sobre a parcela de terra ocupada pelas populações mais vulneráveis não “[...] soluciona o problema do impacto urbano sobre a pobreza [...]” (HARVEY, 2014, p. 59), tendo em vista que o capitalismo se vale da urbanização para absorver o excedente da produção, que por sua vez produzirá o lucro, o qual se sobrepõe, na lógica do mercado neoliberal hegemônico em que está inserida a sociedade brasileira, a todos os outros direitos.

Enfrentar o paradigma da cidade “informal”, requer a implementação de políticas sociais, econômicas e urbanas através das quais o poder público aja no combate à exclusão socio territorial na produção do espaço urbano, e não como cúmplice dos acontecimentos que levam à ampliação da informalidade no Brasil, que não se restringe apenas à ocupação do solo para fins habitacionais (ALFONSIN; FERNANDES, 2006).

Nota-se que as conquistas da política de regularização fundiária urbana não conseguem vencer os entraves dicotômicos entre valor de uso e valor de troca, ou seja do direito de propriedade em contraposição ao direito de uso da terra ao que não têm acesso à propriedade privada. E isso ocorre porque não rompem com a ideologia de dominação e de competência imposta em nosso país (CHAUÍ, 2014).

A resolução dos problemas trazidos pelo crescimento de cidades excludentes, formadas por populações alijadas de direitos urbanos, requer a implementação de políticas sociais, econômicas e urbanas através das quais o poder público aja no combate à exclusão e exploração socioterritorial na produção do espaço urbano, como cúmplice dos acontecimentos que levam à formação da informalidade no Brasil, que não se restringem apenas à ocupação do solo para fins habitacionais (ALFONSIN; FERNANDES, 2006).

De qualquer forma, outro fator relevante que leva pessoas a ocuparem áreas em zonas rurais, para finalidades urbanas é o fato de que essas áreas se encontram muitas vezes obsoletas, sem qualquer função social. Assim, indivíduos sensibilizados e mobilizados na luta pelo direito à cidade, vão agir coletivamente em busca de moradia, e por autonomia de produção agroecológica.

CAIADO & SANTOS (2003), esclarecem que em 1999 cerca “de um terço dos municípios paulistas afirmaram possuir algum tipo de ocupação urbana em área rural em seus territórios. Para 75% dos maiores municípios, com população superior a 500 mil habitantes, a resposta foi afirmativa; para aqueles com população entre 50 mil e 500 mil esse percentual é de 45%”.

O mercado imobiliário especulativo vai determinar quais áreas “não urbanizadas” serão passíveis de parcelamentos irregulares, que invariavelmente “forçam” os governos locais a agirem para ampliar o perímetro urbano e levarem infraestrutura a essas localidades informais, sem quaisquer custos aos incorporadores imobiliários especuladores.

A situação que ocorre com a Ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) denominada “Marielle Vive!” no município de Valinhos, interior do Estado de São Paulo, localizada em importante eixo de conexão (Valinhos-Itatiba) da Região Metropolitana de Campinas (RMC) parece se encaixar nessa segunda opção, uma vez que ocorre a partir da mobilização de seus ocupantes que anseiam por moradia digna e pela possibilidade de usufruírem coletivamente da terra, através da produção agroecológica, livre da pressão e da nocividade da produção em massa exigidas no agronegócio convencional. A Agroecologia e a agricultura urbanas desenvolvidas de forma coletiva por ocupações rurais/urbanas, em zonas rurais como a ocupação “Marielle Vive!”, são também alternativas em oposição ao acúmulo do capital especulativo do mercado imobiliário e do agronegócio.

Referida ocupação encontra-se em um eixo, não apenas de conexão e conturbação entre cidades vizinhas, mas também em um eixo rodoviário (Estrada dos Jequitibás) de irregularidade na ocupação do solo urbano, que ocorre tanto por interesse social, quanto por interesses específicos de outras classes sociais.

A ocupação ocorre em imóvel rural não produtivo, cuja proprietária consta como sendo a sociedade comercial “Eldorado Empreendimentos Imobiliários”, que tem por finalidade é a realização de empreendimentos, tais como condomínios e loteamentos e não a produção agropecuária. Referida proprietária intentou judicialmente a reintegração de posse da área, todavia a disputa pela posse do imóvel – até o momento - permanece aguardando decisão judicial definitiva.

Deflagra-se, portanto, que a premência da luta pelo “valor de uso” da terra, tanto para habitação, quanto para a reforma agrária, permanece latente e em oposição ao “valor de troca” e à especulação imobiliária, mesmo com a alteração da legislação.

Para Henry Lefebvre (1991):

“Há um deslocamento da oposição e do conflito. Quanto ao mais, em escala mundial, o conflito cidade-campo está longe de ser resolvido, todos sabem disso. Se é verdade que a separação e a contradição cidade-campo (que envolve a oposição entre os dois termos, sem se reduzir a ela) fazem parte da divisão do trabalho social, é preciso admitir que esta divisão não está nem superada nem dominada. Longe disso, Não mais do que a separação entre natureza e sociedade, entre o material e o intelectual (espiritual). Atualmente a superação não pode deixar de se efetuar a partir da oposição tecido urbano-centralidade. O que pressupõe a invenção de novas formas urbanas” (LEFEBVRE, 1991, p. 68/69)

CONCLUSÃO

A política de regularização fundiária urbana deve não só superar essa oposição entre titulação-urbanização e avançar em relação à dicotomia ruralidades-urbanidades. Ao possibilitar sua aplicação em relação aos imóveis com uso e características urbanas, localizados em área rural, a Lei Federal no. 13.465/2017 possibilitou sua aplicação em relação aos imóveis com uso e características urbanas, localizados em área rural.

Ao mesmo tempo, o novo marco legal não só ampliou a definição de núcleo urbano informal, ao incorporar as ocupações em áreas rurais, como equiparou os loteamentos irregulares empreendidos ou anuídos pelos proprietários das terras loteadas, e muitas vezes compostos por classes sociais privilegiadas, às ocupações de interesse social, compostas majoritariamente por populações pobres ou de baixa renda. Ao equiparar REURB-E à REURB-S o novo marco legal demonstrou uma de suas intenções, a de titular a propriedade do solo aos loteamentos irregulares de interesse específico, os quais não possuem conflitos possessórios, pois são os donos das terras quem os promovem ilegalmente.

A normatização da regularização fundiária urbana deveria funcionar como política reparadora da precarização da vida daqueles que ocupam irregularmente a terra e dos danos ao ordenamento urbanístico e ao uso e ocupação do solo urbano – e não como medida de legalização do parcelamento e uso do solo, muitas vezes iniciados pelos próprios donos das terras.

Nesse sentido, pensar uma REURB-S, ou outro processo de regularização fundiária, e de planejamento do solo urbano, que promova a agroecologia e a agricultura urbanas desenvolvidas de forma coletiva por ocupações rurais/urbanas, em zonas rurais como a ocupação “Marielle Vive!”, são alternativas à intenção nefasta da lei, ao se opor ao latente acúmulo do capital especulativo do mercado imobiliário e do agronegócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSIN, Betânia (Org.); FERNANDES, Edésio (Org.). *Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

_____; _____. *Direito à morada e segurança da posse no Estatuto da Cidade: diretrizes, instrumentos e processos de gestão*. Fórum, 2006.

CAIADO, Aurélio Sérgio Costa; SANTOS, Sarah Maria Monteiro dos. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais. São Paulo: *Perspec.* vol.17 no.3-4, Jul/Dec. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300012. Acesso em: 25 de junho de 2019.

CHAUÍ, Marilena. *A ideologia da competência*. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

DE SOTO, Hernando. *O mistério do capital: por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Cómo los pobres del Perú derrotaron al terrorismo*. Instituto Libertad y Democracia. 2016. Disponível em: http://www.ild.org.pe/images/PDF/2016-11-04_r-WEB%20ILD%20Como%20Peru%CC%81%20vencio%20el%20terrorismo.pdf. Acesso em: 5 de jun. 2017.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana (...); e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015/2018/2017/Lei/L13465.htm. Acesso em: 27 junho 2019.

ESTRUTURAÇÃO DO AEROPORTO DE VIRACOPOS COMO “AEROTRÓPOLIS”

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Rita Maria Cunha Leite Coentro

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Wilson Ribeiro dos Santos Junior

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

O aeroporto atual deixa para trás o antigo conceito de transporte de passageiros, bagagens e carga para dar lugar a um projeto de integração harmônica entre a área operacional, comercial, de serviços, ambiental e com as comunidades do entorno que influenciam diretamente no seu próprio desenvolvimento e da região onde estão instalados.

Os diversos sistemas que atuam no aeroporto onde pistas, terminais de passageiros e carga, torre de controle integram, o lado terra ao lado ar e vice-versa, através da transferência modal, fazem com que serviços operacionais essenciais como: abastecimento, carga e descarga de bagagem, serviços auxiliares a aeronave limpeza, varredura dentre outros e ainda atividades comerciais áreas de negócios, venham a garantir satisfação do cliente com segurança e cumprimento de legislação específica(DOGANIS,1992).

Desde Le Corbusier, o aeroporto é visto como núcleo da cidade, que possui uma integração com o planejamento urbana, onde ocorre a multimodalidade, questões de ruído faz com que o aeroporto seja planejado para longe dos centros urbanos e inevitavelmente a cidade se aproxime cada vez mais (APPOLD E KASARDA, 2014).

O século XVII foi marcado pelo desenvolvimento de Portos Marítimos, o século XVIII por Rio e Canal, o século XIX por Ferrovias, o século XX por Rodovias, a quinta onda vai moldar o desenvolvimento do século XXI, que será marcada por aviões a jato grandes, alta tecnologia, globalização, competição baseada no tempo, agilidade (customização e resposta flexível), conectividade (redes corporativas) e turismo (nacional e global). Essa conectividade gera prosperidade uma vez que negócios serão realizados em mercados próximos e de longa distância, em escala regional com rotas aéreas cada vez mais ampliadas para atender mercados globais (KASARDA ,2012).

Para Canon (2010), Aerotrópolis são cidades construídas em torno dos aeroportos propositalmente projetado para criar o ambiente para empresas que dependem de velocidade e agilidade para serem bem-sucedidas. Representam uma resposta a demandas modernas em que o ambiente competitivo, faz com que as empresas venham a competir não mais por produtos, mas por cadeias de suprimento, determinando que os fatores críticos do sucesso são conectividade, previsibilidade e facilidade de fazer negócios num mercado global.

A ideia é criar bairros logísticos que facilitem a vida de executivos, profissionais liberais e frequentadores de congressos, exposições e convenções, propiciando que eles cumpram suas agendas sem precisar se deslocar para fora do perímetro dos aeroportos.

O Aeroporto de Viracopos, por sua posição estratégica, meteorológica e pelas conexões com industrial, parque tecnológicos e educacionais bem como ótima posição no ranking de carga aérea tem contemplado no seu Plano Diretor se transformar numa Aerotrópolis.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O termo “Aerotropolis” foi criado pelo urbanista Dr. John Kasarda, professor da Universidade da Carolina do Norte Chapel Hill (UNC), e foi definido como “uma cidade urbana ligada à aviação, constituída por um aeroporto cercado por dezenas de milhares de hectares de espaços destinados a indústrias, escritório, mix de varejo de luxo, acomodações de hotel de classe empresarial, restaurantes, entretenimento, recreação, campos de golfe e única e multifamiliar verdadeiros distritos comerciais centrais metropolitanos, com cidades aeroportuárias servindo como o distrito central de negócios da Aerotrópolis (KASARDA,2008).



Figura 1 : Diagrama de Aerotrópolis Fonte :Kasarda (2012)

Segundo Monié e Silva (2003), existem quatro *drivers* básicos a partir dos quais emergem cidades aeroportuárias:

1. A capacidade do aeroporto de buscar receitas de outras fontes que não sejam aeronáuticas
2. A disponibilidade de terras acessíveis para atividades comerciais
3. Capacidade do aeroporto para aumentar o tráfego de passageiros e carga
4. O aeroporto como catalisador grande atrativo de desenvolvimento.

As Aerotrópolis surgiram devido às vantagens que os aeroportos proporcionam numa escala globalizada, onde empresas competitivas internacionalmente se utilizam da rapidez das viagens de aviões para reduzirem seus estoques de peças globais, e atenderem de forma rápida e flexíveis seus clientes.

Considerando o conceito de território como uma relação sócio espacial, contido em Saquet (2007), onde se contempla uma perspectiva multi-escalar considerando-se aspectos subjetivos, locais, regionais, nacionais e globais, podemos definir que o território, surge nesse momento como centralidade, com projetos de mobilização de recursos sociais, técnicos e institucionais, que incentivam a produção e consumo por meio da circulação de mercadorias, tornando assim a logística como protagonista do processo de constituição de um espaço público e produtivo de circulação ,gerando desenvolvimento (MONIÉ E SILVA, 2003).

Nesse contexto quando falamos em Território Aeroportuário estamos falando de um território com infraestrutura e atividades operacionais e não operacionais em que esse equipamento se relaciona com toda a região ao seu redor, já não mais como plataforma de pouso e decolagem, mas com tecnologia onde várias são as atividades produtivas e competitivas, por vezes nem sempre ligadas diretamente à atividade aeroportuária, que o utilizam como estratégia logística, como: clusters, zonas e áreas industriais, polos tecnológicos e centros empresariais, para seu desenvolvimento.

As áreas do entorno dos aeroportos sofreram um processo de territorialização nos últimos 40 anos, caracterizando-se por uma regionalização de serviços, como ocorre na Macrometropole Paulista, através das regiões: Metropolitana de Campinas, Metropolitana de São Paulo, Aglomerado de Jundiaí dentre outros.

O projeto de ampliação do aeroporto de Viracopos, está se dando na perspectiva da consolidação de uma potente Aerotropolis, estimulado pelas atividades de movimentação de carga, pelos setores de transporte, atividades industriais, comerciais e de serviços promovendo reconcentração de atividades econômicas em larga escala e redefinindo conexões de mobilidade que irão retroalimentar a formação de uma centralidade na área que se articulam eixos de conectividade e que a partir deles implanta-se o sistemas logísticos de grande porte na Macrometrópole Paulista (EMPLASA,2015).

O Aeroporto de Viracopos e a região de Campinas encontram-se inserido no Plano Estratégico do Governo de São Paulo no Eixo de Coesão Territorial e Urbanização Inclusiva, que tem como principal função alinhar diretrizes e propostas relacionadas a buscar interação entre o desenvolvimento territorial, qualidade de vida e urbanização inclusiva, e consequentemente o desenvolvimento sustentável e equidade social (EMPLASA,2015).

Corredores de transporte do aeroporto também estão se tornando locais cada vez mais indicados para sedes corporativas regionais, completos parques empresariais, tecnológicos e logísticos contemplando ainda complexos educacionais, hotéis, centros de convenção e ainda empreendimentos residenciais(KASARDA,2008).

Observa-se nas proximidades do Aeroporto de Viracopos a formação de corredores logísticos, através de condomínios e centros logísticos. De acordo com EMPLASA (2015) nos projetos de desenvolvimento da Macrometropole Paulista contempla-se implantação de plataformas logísticas. Conforme Coutinho (2017), ao concentra-se as operações logísticas, ocorre uma redução de tempos e ainda se cria a possibilidade de sistemas informatizados ágeis e integrados ,além de suprir as deficiências do transporte rodoviário.

Segundo Boudouin (1996), uma plataforma logística é composta de três subzonas com funções especiais:

- Subzona de serviços gerais: onde se localizam recepção, informação, acomodação e alimentação, bancos, agências de viagem, áreas de estacionamento, abastecimento e reparos, serviços de alfândega, administração e comunicação.
- Subzona de transportes: que agrupam infraestrutura de grandes eixos de transportes, podendo ser multimodal e possuir terminais multimodais, integrando transportes rodoviário, ferroviário, marítimos e o/ou aéreo.
- Subzona destinada aos operadores logísticos: que oferecem condições de prestação de serviços de fretamento, corretagem, assessoria comercial e aduaneira, aluguel de equipamentos, armazenagem, transporte e distribuição.

As principais vantagens da plataforma logística e o agrupamento de pedidos maiores aos fornecedores das empresas, de forma a conseguir-se condições económicas mais vantajosas proporcionando descontos e melhores preços e ainda redução de espaço físico para armazenagem. A plataforma fará os pedidos diretamente aos fornecedores, alcançando assim os produtos das cadeias de distribuição, a empresas solicita à plataforma os produtos necessários e estes serão enviados conjuntamente. Se não existisse plataforma logística as empresas pediam os seus produtos a diferentes fornecedores aumentando o número de transportes necessários. (FERNÁNDEZ, 2004).

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE AEROTRÓPOLIS

As Cidades-aeroportos, se desenvolveram na década de 1990, através de uma dinâmica local e até mesmo urbana chegando a nível regional em escala mundial no ano 2000.

As principais experiências de cidade aeroportos ou Aerotropolis são Amsterdã (Schiphol), Dallas, Ontário, Detroit, Hong Kong, Seul (Incheon).

Dentre as experiências internacionais a Aerotropolis de Dubai: economicamente Dubai se caracteriza por possuir poucos recursos naturais, muito pouca produção local, é um centro de comércio e logística, um ponto de trânsito e possui uma forte correlação entre investimento em infraestrutura e crescimento do PIB. Possuindo localizado a meio caminho entre a Ásia e a Europa, se utiliza do aeroporto com voos de 4 horas que cobrem todos os subcontinentes do Oriente Médio, Norte da África e Sul da Ásia sendo reconhecida globalmente pelas empresas como elemento fundamental para o comércio(CANON,2010).

Possuindo todos os critérios de uma grande aerotropole Dubai vem se consolidado por possuir, conexão com porto e aeroporto, um sistema avançado de rodovias conectando todo o Oriente Médio com a Europa; trem de passageiros de alta velocidade e linha de frete conectando todos os Emirados; trem suburbano integrando fornecimento, fabricação e distribuição; fluxo contínuo e ininterrupto de mercadorias e materiais e entrega de 24 a 48 horas em qualquer parte do mundo.

A Plataforma logística multimodal de Dubai , permite operações de precisão e a interação: Companhia aérea , porto, transportadoras, ferrovias, fabricantes principalmente a clientes que possuem produtos de alto valor e peso e sensíveis sensíveis à criticalidade do tempo.

CONCLUSÃO

A Aerotropolis Viracopos vem se formando a partir dos Planos Diretores tanto da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO,2007) como da Concessionaria Aeroportos Brasil Viracopos (ABV, 2015). Nesse contexto esses Planos diretores acompanharam o Plano Diretor da Cidade de Campinas e os projetos de estruturação de intermodalidade da Metropole Paulista , onde se contempla trens de alta velocidade de interligação portos-aeroportos, eixos rodoviários aeroporto-aeroporto, porto-aeroporto, buscando aumento da conectividade entrw cidades e ate mesmo entre estados como o eixo Rio-Sao Paulo. O projeto Aeroportuário vem se consolidando com o novo terminal de passageiros, adequação dos acessos rodoviários interno e externo, novas posições de aeronaves.

Vale salientar que o Aeroporto de Viracopos além de operar com cargas, possui forte apelo industrial pelo grande número de indústrias instalada em suas proximidades, possui eixos de relevância tanto rodoviário como ferroviário e por ter sido inicialmente configurado, como principal projeto de aeroporto indústria nacional, preservou seu sítio além de estabelecer áreas disponíveis para esse fim. Como Aerotrópolis possui atributos logísticos globais se desenvolvendo em eixos econômicos e políticos da região, no contexto global pode se destacar por sua posição geográfica sendo hub para os aeroportos em suas imediações e com infraestrutura, e ainda ser capaz de se colocar como parte do processo produtivo, gerador de empregos, com áreas de lazer, de negócios e operações aeroportuárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABV- Aeroportos Brasil Viracopos- Masterplan- Apresentação Real Estate Viracopos, 2015.
- BOUDOUIN, D. Logística-Território-Desenvolvimento: O caso europeu. I Seminário Internacional: Logística, Transportes e Desenvolvimento. Ceará: UFC/CT/DET, p.105,1996
- CANON, M. Dubai Case Study Multimodal Logistics Platform, Airport Cities World Conference & Exhibition, Beijing ,2010
- COUTINHO, J. "Plataformas logísticas e o defunto 'Portugal Logístico'" Aéreo, Logística, 2017.
- DOGANIS, R. The Airport Business. London: Routledge. 1992
- EMPLASA. Plano de Ação da Macrometrópole Paulista 2013: 2040 - O futuro das metrópoles paulistas. Emplasa/Secretaria Estadual da Casa Civil/São Paulo ,2015.
- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA (INFRAERO), Plano Diretor do Aeroporto Internacional de Viracopos - Campinas-SP, 2007.
- FERNANDES, A.V. *Urbanização versus recursos hídricos na Bacia do Piracicaba*. 2004. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004.
- MONIÉ, F.; SILVA, G. (Org.) A mobilização produtiva dos territórios: instituições e logística do desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- KASARDA, J. D, Airport Cities and The Aerotropolis: The Way We'll Live Next, Denver, Colorado April 26, 2012
- KASARDA, J.; APPOLD, S. Planning a competitive aerotropolis. In: PEOPLES JR., James (Ed.). *Advances in airline economics*. West Yorkshine: Emerald Group Publishing, 2014.
- KASARDA, J. D. The evolution of Airport Cities and the Aerotropolis. *In: Airport, Cities: the evolution*. London: Insight Media, 2008.
- SAQUET, M. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OUVE-SE E ESCREVE-SE HISTÓRIAS: O LUGAR E O CONTEXTO DOS ERRANTES DO COMPLEXO PRISIONAL CAMPINAS-HORTOLÂNDIA/SP

LINHA DE PESQUISA: Teoria, história e crítica em Arquitetura e Urbanismo

Otávio Augusto Frederico

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Manoel Lemes da Silva Neto

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa analisar as consequências territoriais decorrentes da implementação do Complexo Prisional Campinas-Hortolândia, o qual se encontra na divisa dos municípios.

Segundo dados da Secretaria de Administração Penitenciária, o Complexo Prisional analisado no presente possui um volume prisional de 6.639 pessoas, superando em 92% a população carcerária originalmente projetada de 3.464 vagas. Fato esse que se reproduz em praticamente todo o território nacional, apenas esse quadro já sinaliza a precarização do sistema prisional brasileiro e já indica a problemática que os números do sistema carcerário apresentam para o país, bem como o drama vivenciado pelos familiares e pessoas próximas aos internos.

Reforça-se a importância para a realização dessa pesquisa de fomentar a produção de materiais sobre uma das maiores populações em situação de encarceramento do mundo. Onde segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (2019) temos mais de 812 mil pessoas em situação de restrição de liberdade (em suas mais variadas formas).

Ao mesmo tempo que temos um volume prisional tão expressivo temos uma ausência de políticas que visem resolver esse problema. Assim, se busca a produção de um maior entendimento sobre as consequências que a instalação de um dos maiores complexos prisionais do estado trouxe para a região do seu entorno.

As políticas criminais fazem referência a um programa do Estado para controle criminal e isso se faz materializado, desde os formuladores de agenda até os burocratas de rua. Como descrito por Santos (2002), o instrumento mais básico das políticas criminais é representado pelo Código Penal. O desrespeito às normas impostas pelo Estado acaba gerando como resultado penas criminais.

Toda população restrita de liberdade se encontra distribuída por mais de 1000 estabelecimentos penais (sendo 166 só no estado de São Paulo), instituições essas que em sua maioria se encontraram em situação de superlotação e concentram um déficit de mais de 200 mil vagas. Contudo, como é analisado por Barros (2012), em 2005 o déficit prisional do estado de São Paulo já era de aproximadamente 49 mil vagas e crescia mensalmente na faixa de 850 novos internos novos no sistema. E as políticas que entraram para a agenda desde então seguem apenas pensando na ação de forma momentânea, sem haver uma política mais ampla que possa fazer com que a necessidade de expansão prisional acabe.

Segundo dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen) o ritmo de crescimento da população prisional se mantinha estável, em 2002 o país contava com aproximadamente 240 mil pessoas em situação de reclusão. E após esse período o Brasil iniciou com uma explosão prisional, em apenas 12 anos houve um crescimento de mais 60%. Pensando no período 2000 e 2016 o índice de aprisionamento chegou a 152%.

Tendo em vista o desenvolvimento de políticas que garantem que encarceramento massivo apenas cresça, é de extrema importância aprofundar a discussão sobre o tema. Afinal essa tendência de prisão é uma tendência brasileira ou mundial?

A compreensão das consequências advindas da implantação desse complexo se dará por meio de articulações teóricas entre urbanismo, geografia, sociologia e antropologia que se mediam pela história oral. Sendo apropriada como método-fonte da produção de registros e produção de entrevistas como fonte de análise dessas consequências, como descrito por Alberti (2013) isso apresenta uma quebra ao paradigma positivista da ciência e traz de volta a ciência ao plano dos homens comuns.

DESENVOLVIMENTO

Compreendido no período de vinte e quatro meses para o desenvolvimento dessa pesquisa de mestrado, o plano de trabalho implica o desenvolvimento de três conjuntos de atividade: (i) referenciais teórico-metodológicos; (ii) caracterização socioespacial; e, (iii) contextualização urbana.

Em relação ao desenvolvimento da revisão bibliográfica e a análise das implicações socioespaciais decorrentes da implantação de grandes projetos urbanos a partir de duas óticas: (i) da história oral; e, (ii) do objeto empírico da pesquisa, isto é, estudos e análises existentes sobre o Complexo Prisional Campinas-Hortolândia.

A investigação de referências acerca do Complexo Prisional Campinas-Hortolândia foi avançada. Envolve duas classes de fontes bibliográficas: trabalhos acadêmicos e notícias e matérias jornalísticas. O aspecto a ser aperfeiçoado resulta da análise do material já coligido. A experiência mostrou que a área de estudo, necessita de uma abordagem que propicie uma percepção mais abrangente dos fenômenos ali instalados, assim surge a história oral. Onde o relato dos usuários do entorno da unidade prisional ocorrerá. Com base na ocupação do Complexo Prisional Campinas-Hortolândia a delimitação da área de estudo compreende dois contextos: do entorno imediato, as ruas limítrofes ao complexo; das adjacências, incluindo os bairros ao redor: Chácara Mendonça, Chácara Nova Boa Vista e Jardim Nova Boa Vista.

DISCUSSÃO

Se apropriando dos referenciais acima citado, se busca compreender as características dos moradores e frequentadores do Complexo Prisional Campinas-Hortolândia. Isso se dará através de três procedimentos: (i) aplicação de questionário; (ii) realização de entrevistas, e, (iii) desenvolvimento de um banco de dados. As entrevistas visam compreender as experiências e vivências dos visitantes do complexo. O questionário visa compreender o perfil dos moradores e frequentadores do entorno imediato da área de estudo. As entrevistas buscam a compreensão da percepção do espaço, por meio dos próprios atores sociais. O banco de dados, constituído pela compilação das coletas de campo, busca apresentar o comportamento demográfico-social da população, as transcrições das entrevistas bem como os cadernos de campo. Criando assim a produção de um registro público da opinião dos dessas pessoas.

Por se tratar de atividade de pesquisa envolvendo seres humanos, o projeto de aplicação do questionário foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da PUC-Campinas. Perfazendo 23 entrevistas e 359 questionários¹.

¹ Para efeito amostral e orientação da aplicação de questionários, o perímetro da área de estudo e os seguintes bairros: Chácara Mendonça, Chácara Nova Boa Vista e Jardim Nova Boa Vista. O Complexo conta com população estimada de 6.639 habitantes em 2019 (SAP). A amostra pretendida, com 359 questionários, confere à pesquisa margem de erro de 5% e nível de confiança de 95%. Incluem-se, também, 23 entrevistas junto aos visitantes da unidade prisional.

O estudo de campo é fundamental para permite alcançar o objetivo, porém, apenas a aplicação do questionário para caracterização do perfil dos moradores e frequentadores em logradouros públicos não se faz suficiente.

Dessa atividade deriva, segundo o projeto enviado para a Plataforma Brasil, a realização de, no máximo, 23 entrevistas. Orientadas por técnicas de registro de história oral (Alberti, 2013), são “entrevistas temáticas” (p. 37). Envolvem depoimentos de agentes sociais sobre um “tema continente”: o Complexo Prisional Campinas-Hortolândia e como são as trajetórias vivenciadas em processos de ação política de acesso a equipamentos públicos e de apropriação do espaço do entorno. Pressupõem, por isso, relações com “entrevistas de história de vida”, com o “método biográfico” (p. 38).

O trabalho de Alberti (1990, 2013) igualmente fornece o emprego dos meios de registro, transcrição em linguagem escrita e processamento documental. O intuito dessas ações é o de documentar e interpretar as vivências experimentadas pela população flutuante que frequenta o entorno desse lugar por ocasião da visita aos internos.

A viabilização dessa etapa do trabalho se dará com a montagem de uma instalação em frente do complexo prisional, local de grande concentração de pessoas e de comércios, com os seguintes dizeres “Ouve-se e escreve-se histórias”, onde o convite para que os visitantes sentem junto ao espaço e contem suas histórias relacionadas com sua frequência e suas experiências junto a aquele espaço. Inclusive oferecendo o serviço de escrita de cartas e textos para entrega dos familiares para os internos. Essa estrutura se desenvolvera durante os dias de visita, sábados e domingos alternados, onde durante o período de dois meses o pesquisador irá acompanhar num total de oito dias de visita coletando entrevistas. Assim propõe-se inventariar a história oral entendida como procedimento dotado da virtude de captar aspirações, desejos e projetos dos “homens lentos” e dos “errantes” que circundam naquele espaço.

CONCLUSÃO

A metodologia do projeto orienta-se pela verificação das seguintes hipóteses de trabalho: (i) os reais agentes de produção da história, através do registro fundamentado por Alberti (2013), que coloca a história oral como “método-fonte” dotado de virtude e confiabilidade para a compreensão da dimensão territorial (ii) a percepção e definição do que Santos (1994) chama de “homens lentos”, aqueles que com seus modos de vida, no lugar onde florescem as narrativas, aqueles que são carregados de humanidade e subjetividade, gerador de espontaneidade no cotidiano do lugar (iii) definição e apresentação dos “errantes”

que para Jacques (2012) que circundam naquele espaço, o conceito será usado em seu sentido mais amplo, tanto como no aspecto de errância, daqueles que andam pelo território, como também no contexto do objeto de estudo onde a aprisionamento surge como uma forma de repressão desse erro.

Em consonância com essas hipóteses, os objetivos do projeto serão tratados pelo desenvolvimento simultâneo de seus polos morfológico (exposição, causação e objetivação) e técnico (aplicação de técnicas de pesquisa) (Bruyne et al., 1977).

O polo morfológico incluirá a interação entre os seguintes níveis analíticos e processos : (i) referenciais teórico-metodológicos (correntes de pensamento, posicionamentos e críticas sobre projetos urbanos; estudos e análises do contexto espacial geral ou específico do Complexo Prisional Campinas-Hortolândia; e, (ii) caracterização socioespacial (perfil dos moradores e frequentadores do entorno imediato; comportamento demográfico-social da população no contexto das adjacências da área de estudo; demandas referidas ao acesso dos equipamentos e à apropriação do espaço urbano).

Já o polo técnico da pesquisa compreende os seguintes procedimentos: (i) revisão bibliográfica sobre as implicações socioespaciais de projetos urbanos e de análises do Complexo Prisional Campinas-Hortolândia; (ii) aplicação de questionário em moradores e frequentadores da área em estudo; (iii) realização de entrevistas junto a agentes sociais (iv) constituição de banco de informações demográficas; identificação de ações e projetos desenvolvidos por organizações locais. A metodologia completa-se com o desenvolvimento e elaboração de cenários de organização espacial da área de estudo (Santos, 1988, p. 115) e a expressão das tendências de ações e projetos representativos das “forças opositoras” (Ribeiro, 2014, p. 44). Esses últimos recursos permitirão a sistematização de nexos lógicos entre o polo morfológico e o polo técnico da pesquisa.

Em decorrência da metodologia da historial oral, a análise dos resultados é atividade constante durante a pesquisa, visto que durante o desenvolvimento das entrevistas ou dos questionários já serão possíveis as análises prévias. Porém, o método estabelecerá dois cortes temporais para verificação dos resultados parcialmente alcançados: após quatro semanas de campo, para conferência de resultados e de quantidade de material coletado e, no final do segundo mês de campo, onde irá ocorrer uma análise aprofundada de como foram as atividades e a possibilidade de realização de alguma outra atividade de campo específica e pontual. Tais atividades deverão resultar, cumulativamente, dois textos analíticos sobre cenários de organização espacial da área de estudo. Do ponto de vista formal, a produção de relatórios de pesquisa e de qualificação, a redação da dissertação de mestrado e produção

de artigos científicos traduzem análises resultantes dos acervos documentais, mapas, quadros, tabelas, imagens, desenhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1990.

_____. **Manual da história oral**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas. 2013.

BARROS, Rodolfo Arruda Leite de. **A REINVENÇÃO DA PRISÃO: a expansão prisional no Estado de São Paulo e as consequências do encarceramento massiva (1985 – 2010)**. 2012. 220 f. Tese (Tese de doutorado Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista UNESP/Marília, Marília, 2012. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/barros_ral_do_mar.pdf. Acesso em: 7 out. 2019.

BRUYNE, P. HERMAN, J. SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1977.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da ação social**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. Editora da Universidade de São Paulo. 2002.

_____, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

PRÉ - FABRICAÇÃO DE SISTEMAS LEVES EM SITUAÇÕES DE FRAGILIDADE SÓCIO ESPACIAL

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Valdemir Lúcio Rosa

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Vera Santana Luz

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

A Pesquisa busca fundamentos para soluções construtivas de pré-fabricação leve como viabilidade factível, direcionadas a situações de fragilidade socioespacial, como potencial de formação técnica e produtiva em bases comunitárias (SINGER, 2002).

Para tanto, o cotejamento de experiências realizadas, especialmente o caso da Usina CTAH – que atuou na concepção e execução de mais de cinco mil unidades habitacionais, centros comunitários, creches, escolas, planos urbanísticos e urbanização de favelas em moldes participativos, em assentamentos rurais e áreas urbanas, auxiliando na formação e organização de cooperativas de trabalho (VILLAÇA, CONSTANTE, 2015; LOPES, 2011) - e a obra de João Filgueiras Lima – pela sua dimensão com respeito a possibilidades técnicas de concepção, projeto executivo, fabricação e obras realizadas em sistemas leves de pré-fabricação (LIMA, MENEZES, 2004; FERRAZ, LATORRACA, 2000) - serão fios condutores da aproximação conceitual e metodológica, bem como a experiência pessoal do autor, sendo estes acervos considerados, também, em sua dimensão de exemplaridade de soluções técnico-construtivas

DESENVOLVIMENTO

A desejável aproximação do conhecimento erudito a demandas reais parte da premissa de que a sistematização da experiência na *práxis* possa contribuir para o estreitamento de laços entre os saberes acadêmico, profissional e popular. Entende-se, portanto, que a *práxis* seja uma dimensão essencial da produção de conhecimento, especialmente no campo da arquitetura e urbanismo que se constituem como ciências sociais aplicadas.

Pretende-se que a investigação seja uma contribuição à demanda de interesse social por habitação, espaços públicos, equipamentos e infraestrutura de pequeno e médio porte, ampliando a possibilidade de um repertório de qualidade, no que tange à produção, distribuição, comercialização e utilização em situações de precariedade, em moldes participativos comunitários que possibilitem, ao “alcance da mão”, de forma corriqueira, a disponibilidade de materiais e técnicas alternativos aos estritamente artesanais e rudimentares, ou fabricados em sistemas de manufatura mas que conduzam à efetiva construção a partir da mão-de-obra no canteiro. Tem-se em mente a situação ainda incipiente da oferta desses sistemas pela indústria da construção civil e da participação efetiva dos arquitetos e urbanistas desde a concepção até o produto final em aliança estreita, cujo potencial no mundo real da construção civil mantém-se como uma promessa a se realizar perante a imensa demanda.

Vivemos em uma época de mãos e cabeças separadas, marcada pela distância entre a tecnologia e a manufatura, onde as técnicas estão acima do conhecimento prosaico, de forma que aumentando o grau de tecnologia diminui-se o grau de conhecimento do usuário. Técnicas simples com materiais básicos com pouco processamento, como o concreto, são transformadas em técnicas complexas das quais o conhecimento prático fica distante (como exemplo a entrada de aditivos químicos nos processos de concretagem), agregando valor tecnológico, mudando o mercado no sentido econômico/produtivo perante a capacitação da mão de obra.

Os projetos públicos são recorrentemente uma imposição à população, oferecendo modos de produção fechados, mesmo utilizando baixa tecnologia, onde opções do ponto de vista do projeto de arquitetura ou métodos de construção não estão abertos a adequações e ajustes para a demanda do usuário e do meio ambiente, ou mesmo para autogestão, salvo casos de exceção, dentre eles uma das referências citadas. Felizmente este quadro tem sofrido uma reversão já expressiva, a partir dos processos de democratização e participação social nas instâncias institucionais, garantidos pelo estatuto legal (BONDUKI, 1992). No entanto, é necessário avançar e investigar técnicas potencialmente articuláveis a esses processos. A habitação social, quando tratada como um produto pronto e não como um processo de evolução e adequação conforme demandas ao longo da vida, ou mesmo como definição coletiva, produzida de forma estanque do ponto de vista da técnica, não permite adequações projetuais e de formas contratuais, fato que foi percebido pelo recrudescimento de processos participativos como no programa Minha Casa Minha Vida, onde voltou-se a estabelecer centralização decisória e financeira, promovendo quantidade em detrimento de

qualidade, em um período em que se privilegiou o impulso da produção de valor econômico diante da crise mundial (CARVALHO, 2018).



Figura 1: Montagem de elementos modulares em argamassa armada para fechamento de laje de piso. Sobrecarga = 500 kg. Dimensões aproximadas: $c=2,70\text{m}$, $l=50\text{ cm}$, esp.= alma de 10cm, mesa de 2cm perfazendo o total de 12cm. Fonte: peça e imagem realizada pelo autor.

DISCUSSÃO

Prevê-se abordagem teórico conceitual de referências relativas a:

- processos urbanos brasileiros cuja sistêmica condição de espoliação, carência de infraestrutura e subtração de direitos fundamentais à cidade, ao ambiente construído, aos espaços públicos e equipamentos condiciona situações de precariedade e urgência; para tanto será investigada a situação de determinadas regiões periféricas da cidade de São Paulo, como casos exemplares (ROLNIK, 2003);
- teorias contemporâneas sobre a condição de periferia e o Sul global, especialmente a noção de *lugar* na condição contemporânea de globalização a partir das teorias de Boaventura Souza Santos, cotejando as possibilidades de constituição de autonomia, direito à voz e autodeterminação de populações e comunidades (SANTOS, 2010; SINGER, 2002);
- investigação de sistemas de pré-fabricação *versus* manufatura na construção civil no Brasil pressupondo abordar soluções técnicas e de inserção social paradigmáticas, suas trajetórias e produção concreta como ação política nas realizações práticas, entendendo que a *práxis* seja produção de conhecimento passível de reverberação no universo acadêmico (FERRO, 1982; HANAI, 1992; NATTERER et al. 2001);
- ensaios conceituais para montagem de microunidade de produção de elementos pré-fabricados para posterior atuação junto a comunidades em moldes associativos e de

autogestão, a serem formulados por linha de produção, conforme número de produtos e demanda, com versatilidade de aplicação e fabricação compreendidos a partir de ensaios técnico-construtivos, no sentido de testar sua capacidade como instrumento de inserção social, visando a discussão de novos paradigmas de atuação do arquiteto perante as demandas de urgência na condição urbana brasileira. Algumas metodologias para posteriores ensaios de participação comunitária poderão ser discutidas a partir dos resultados da pesquisa, para o que, em sua formulação embrionária, contar-se-á com concepções, métodos e experiências de economia solidária (SINGER, 2002);

Considera-se como premissa que a definição de projeto dos componentes e a respectiva produção dos mesmos se estabeleçam após análises detalhadas em processos de assessoria técnica, com a colaboração e responsabilidade de profissionais. Uma experiência desta natureza pode iniciar pela fabricação de um só elemento, pois as hipóteses que presidem esta pesquisa é a de que a produção nesses moldes possa vir a crescer de forma modular, aumentando gradativamente o desenvolvimento e a escala dos produtos. É desejável investigar, como tema articulado, a possibilidade de constituir unidades móveis de produção permitindo intercâmbio entre comunidades, desde com respeito a formas para moldagem de determinados produtos até o deslocamento completo da unidade de produção.



Figura 2 – cápsula em argamassa armada para utilização como compartimento de permanência. Dimensões aproximadas: c=4,00m, l=2,70m, h=2,50m internos. Espessura 12cm compreendendo 2 cm em cada face externa e miolo de eps de 8cm. Peso = 2,9 toneladas. Fonte: peça e imagem realizada pelo autor.

Como decorrência, pretende-se configurar indicações e propostas metodológicas, bem como um primeiro acervo de exemplos de modelos-teste ou protótipos, constituídos a partir de sistemas leves para elementos estruturais, de cobertura, de vedação e de infraestrutura urbana de pequeno ou médio porte.

A pesquisa pretende contribuir com instrumentos para uma necessária revisão de temas relativos ao ensino-aprendizado, em moldes de maior equivalência de trocas e práticas colaborativas, envolvendo a produção real e sua reflexão na academia e em sua relação com a cadeia produtiva e as demandas sociais.

CONCLUSÃO:

Espera-se contribuir, mediante a discussão de morfologias de sistemas leves de pré-fabricação, com hipóteses técnico-construtivas realizáveis conjugadas a processos de inserção social, que possam se constituir como instrumentos de autonomia política, autodeterminação, provimento e geração de renda de modo associativo ou cooperativado.

Tem-se como possibilidade que seja realizável a construção de atuações no território de forma a manter autonomia de gestão, organização e ação, porém pressionando o estado no sentido da formação de políticas públicas que dialoguem com o que está marginalizado e não qualificado perante os avanços da técnica subserviente ao modelo econômico concentrador e segregador.

Acredita-se possível contribuir para a constituição de um potencial que possa reverberar na definição dos propósitos da atuação e de ensino de arquitetura, definidos como ação socialmente necessária.



Figura 3: elemento de fundação em argamassa armada associado a canaleta de águas pluviais. Peso = 80kg. Passível em transportar manualmente por duas pessoas. Fonte: peça e imagem realizada pelo autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDUKI, Nabil. Habitação e autogestão construindo territórios de utopia – Rio de Janeiro: FASE, 1992.

CARVALHO, Laura. A Valsa Brasileira: Do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

FERRO, Sergio. O canteiro e o desenho. São Paulo: Editora Projeto, 1982.

FERRAZ, Marcelo Carvalho; LATORRACA, Giancarlo. “João Filgueiras Lima, Lelé” Série Arquitetos Brasileiros. Instituto Lina Bo e P.M.Bardi, São Paulo, SP: Editorial Blau. Lisboa, Portugal. 2000.

HANAI, João Bento de. “Construção de Argamassa Armada: Fundamentos Tecnológicos para produção e tecnologia”. São Paulo: PINI, 1992.

LIMA, João Filgueiras; MENEZES, Cynara. O Que é ser arquiteto: memórias profissionais de Lelé (João Filgueiras Lima). São Paulo: Editora Record, 2004.

LOPES, João Marcos de Almeida. Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política. Livre-docência - Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU USP), São Carlos, 2011.

NATTERER, Julius; GÖTZ, Kar-Heinz; HOOR, Dieter; MÖHLER, Karl. “Construire en Bois. Choisir, Concevoir, Réaliser” - 2ª Ed. - Lausanne, Suíça: Presses Polytechniques et Universitaire Romandes, 2001.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo – 3ª ed.- São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária / Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula. Usina: entre o projeto e o canteiro; prefácio Sérgio Ferro. São Paulo: Edições Aurora, 2015.

O FENÔMENO DA URBANIZAÇÃO DISPERSA: UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO DE BRAGANÇA PAULISTA/SP

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Lucas Nakamura Cerejo

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Laura Machado de Mello Bueno

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo da urbanização brasileira é marcado por processos de urbanização dispersa e fragmentada (REIS, 2006). O processo de urbanização brasileira é uma das mais impactantes do mundo, devido a rápida transformação de zonas rurais em urbanas. Através da ocupação de áreas predominantemente rurais por parcelamentos possibilitados pela legislação municipal, fomentando uma expansão planejada por diretrizes do mercado imobiliário, a ocupação fragmentada do território de Bragança se apresenta com um padrão semelhante a suburbanização observada nos Subúrbios Norte Americanos e um dos objetivos da pesquisa é compreender os efeitos da urbanização dispersa em relação a bacias hidrográficas para abastecimento.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar os impactos do fenômeno no município de Bragança Paulista durante os últimos 30 anos (ISHIZU, 2009). O município se encontra totalmente inserido na Área de Proteção Ambiental Cantareira, e parcialmente inserido na do Piracicaba-Juqueri Mirim. A pesquisa pretende avaliar o processo de ocupação do território e sua relação com as áreas ambientalmente sensíveis, como nascentes, córregos, maciços de vegetação e em especial o Reservatório Jaguari que é essencial para o sistema de abastecimento de água da Capital de São Paulo, sendo o principal reservatório do sistema Cantareira.

DESENVOLVIMENTO

O Município de Bragança Paulista encontra-se na região leste do Estado de São Paulo, próximo à divisa com o Estado de Minas Gerais. Ocupa uma área de 513,589 Km, distante 90 km da capital de São Paulo e 64 km de Campinas, tendo como principais vias de acesso às Rodovias Fernão Dias e Alkindar Monteiro conectada à Rodovia Dom Pedro. Conta com uma população estimada de 160.665 habitantes. Apesar do município caracterizar-se pelas belezas naturais como uma das estâncias climáticas do estado de São Paulo e suas grandes áreas rurais e de proteção ambiental, a atividade especulativa do mercado imobiliário trata as áreas rurais disponíveis como “estoque de terra”, o que vem degradando suas regiões rurais e características ambientais em um ritmo acelerado.

Durante a Revisão do Plano Diretor Municipal em 2018¹, foram constatados parcelamentos do solo de diversos padrões e características, que em sua maioria não são destinados à população local, mas fazem parte de um processo de especulação imobiliária e da suburbanização da Capital de São Paulo. Estes parcelamentos vem surgindo em todo o território, desconectados da malha urbana central, com distâncias de até 20 km ao centro de Bragança, situações articuladas pelo Plano Diretor de 2007, que estabelece cerca de 66% do território físico passível de urbanização através da Lei 6.766/79 de Parcelamento do Solo Urbano.



Figura 01. APAs Cantareira e Piracicaba- Juqueri Mirim com a espacialização de Bragança Paulista. Fonte dos dados básicos: Atlas das Unidades de Conservação do estado de SP - SMA/1998. Elaborado pelo autor.

¹ Revisão do Plano Diretor de 2007, realizada pela Universidade São Francisco em convênio com a Prefeitura municipal de Bragança Paulista, da qual o pesquisador integrou a equipe técnica. O Projeto de Lei do novo PD encontra-se atualmente na Câmara Municipal.

No território de Bragança Paulista ocorre a sobreposição da Área de Proteção Ambiental (APA) do Sistema Cantareira, instituída pela Lei Estadual nº 10.111/1998 e da APA Piracicaba/Juqueri-Mirim – Área II (SÃO PAULO, 2000) estabelecida pelo Decreto Estadual nº 26.882/1987. (Figura 1) O rio Jaguari, após a barragem, construída em 1975, drena para o interior, sendo um dos principais formadores do rio Piracicaba, importante fonte de abastecimento público e industrial para os municípios da microrregião bragantina.

Nesse contexto, Bragança Paulista, localizada entre duas metrópoles, se apresenta como um exemplo do esgarçamento territorial, na medida em que sua urbanização mistura os conceitos de urbano e rural sem uma separação clara, através da própria legislação municipal, com a implementação da Macrozona Rural Urbanizável² em cerca de 66% do território, pelo Plano Diretor de 2007. O esgarçamento de seu tecido urbano fez com que houvesse uma desconexão de sua área central com a criação de núcleos urbanos afastados, semelhante aos processos descritos por Reis (2006) que define a dispersão com um caráter de descontinuidade nos tecidos urbanos na periferia de algumas cidades, ao mesmo tempo em que constata a formação de novos núcleos isolados, ocorrência definida por diversos autores como a urbanização dispersa.

DISCUSSÃO

Considerando o cenário atual da governabilidade dos municípios interioranos brasileiros, o contexto de Bragança Paulista com suas legislações permissivas aos diversos tipos de parcelamento de características e denominações urbanas, é possível refletir, conforme Limonad (2006) que surgem diferentes propostas e soluções que buscam modos de lidar com o território e sua expansão urbana. Segundo essa autora, muitas vezes incorremos em “equivocos de certo modo inevitáveis, em virtude do hábito de se adotar metodologias e técnicas arraigadas para resolver questões que se antepõem a um aparente movimento natural das coisas, a um diagnóstico que salta aos olhos” (Limonad, 2006 pg. 41), consideramos o padrão, o comum como o método correto de desenvolvimento urbano e negamos ou condenamos novas formas de urbanização ao processo de revisão e correção.

Ojima (2015) e Bernardini (2018) destacam a relação entre desenvolvimento urbano disperso e as questões sociais, trazendo uma visão sobre os espaços “restantes” para a ocupação da classe menos favorecida, Assim, no contexto brasileiro, conforme os autores é

² MACROZONA RURAL URBANIZÁVEL é aquela destinada à exploração rural, turística e de lazer, em que a ocupação deve ser especialmente planejada, ao mesmo tempo em que permite parcelamentos urbanos e aplicação da lei 6.766/79 (Plano Diretor de Bragança Paulista, 2007, Seção II, Art. 123)

necessário analisar a dispersão e seus impactos diretamente associados a mobilidade, segregação e a falta de infraestrutura urbana para as populações periféricas.

De acordo com ISHIZU (2009), enfrenta explicitamente o processo de urbanização dispersa a partir da década de 70. Sua expansão urbana desordenada tomou a forma de diversos parcelamentos espraiados, conforme a Figura 2, acabando por desestabilizar a mobilidade, a expansão da malha urbana e o desenvolvimento da região podendo estes efeitos estarem relacionados com a lei de parcelamento e a maneira como as cidades se urbanizaram a partir desta legislação.

A composição metodológica desta pesquisa se baseia nas análises de Reis (2006) relacionadas à chamada urbanização dispersa, complementada pelas discussões levantadas por Ojima (2015) e Limonad (2006) no tocante às formas de expansão urbana. O método quali-quantitativo, analítico e comparativo, baseada na análise bibliográfica e na investigação da legislação urbanística dentro do período definido de 30 anos. E seus procedimentos são subdivididos em três etapas - a primeira voltada para o levantamento, análise da legislação e organização dos dados de parcelamentos existentes no setor de planejamento municipal, a segunda voltada para o mapeamento e análise comparativa do processo de parcelamento do solo com enfoque nas áreas predominantemente rurais ou ambientalmente sensíveis para a produção de fichas detalhadas analisando o processo e a terceira se baseia na síntese das informações para uma análise socioespacial e dos possíveis impactos ambientais no território.

Para otimização do processo de análise da legislação e seus impactos, foram definidas as leis que possuem influência direta nas questões territoriais, deste modo próxima etapa conta com a subdivisão do território em bacias hidrográficas para analisar os processos de parcelamento dos loteamentos e das bacias dentro do período estabelecido. Após a organização das informações e relações, os dados são organizados e fichados para uma análise quali-quantitativa permitindo a verificação das transformações do uso do solo, estabelecendo as áreas de mata suprimidas, áreas ambientalmente sensíveis ocupadas e o estabelecimento do perímetro urbano em relação aos focos de expansão urbana isoladas que induziram a dispersão da malha urbana.

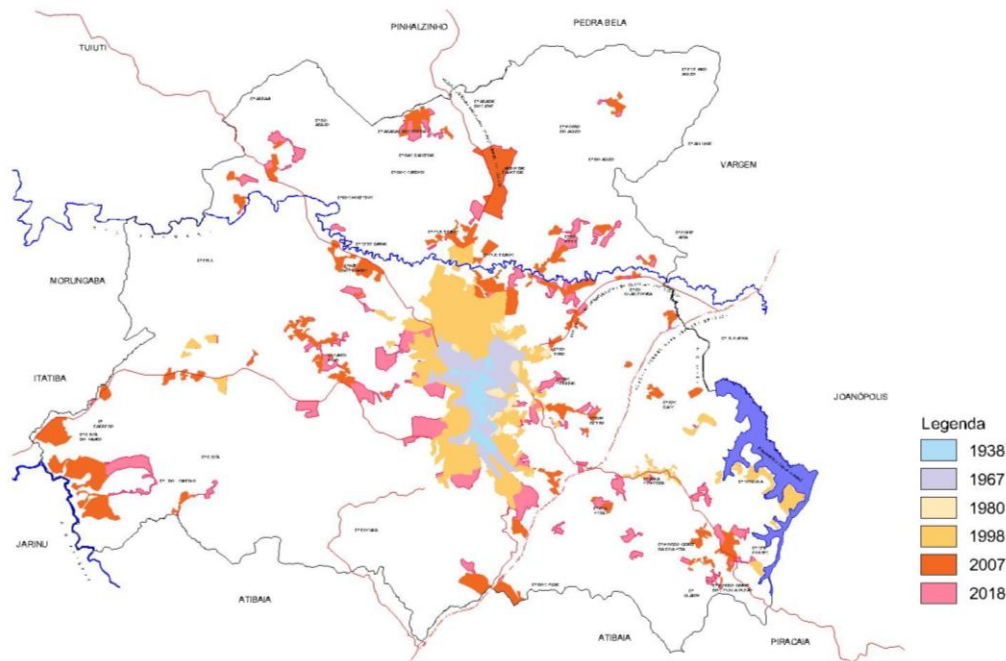


Figura 02. A evolução da Mancha Urbana de Bragança Paulista – 1938-2018. Fonte: 1938 e 1967 – ISHIZU, 2006; 1980 a 2007 – autor ; 2018: dados da Revisão do Plano Diretor 2019. Elaborado pelo autor.

A partir de 1970, o processo de expansão urbana do município apresenta poucos parcelamentos regulares e irregulares distantes da malha urbana central. Mas já ocorre a ocupação das áreas ambientalmente frágeis, próximas às margens do reservatório Jaguari-Jacaré por loteamentos irregulares, que buscam sua regularização e aprovação posteriormente. Após este momento, a partir do século XXI, um grande número de loteamentos e condomínios fechados permeiam todo o território, um dos casos emblemáticos é o do Condomínio Quinta da Baroneza, a 25 km de distância do centro de Bragança Paulista. Desta forma é possível reconhecer conflitos gerados em relação à infraestrutura urbana, mobilidade e expansão urbana do município cujos habitantes buscam trabalhar e servir essa região distante do centro urbano, deste modo, a área urbana do município se torna cada vez mais espalhado a partir das ações do mercado imobiliário, como se pode verificar na Figura 02.

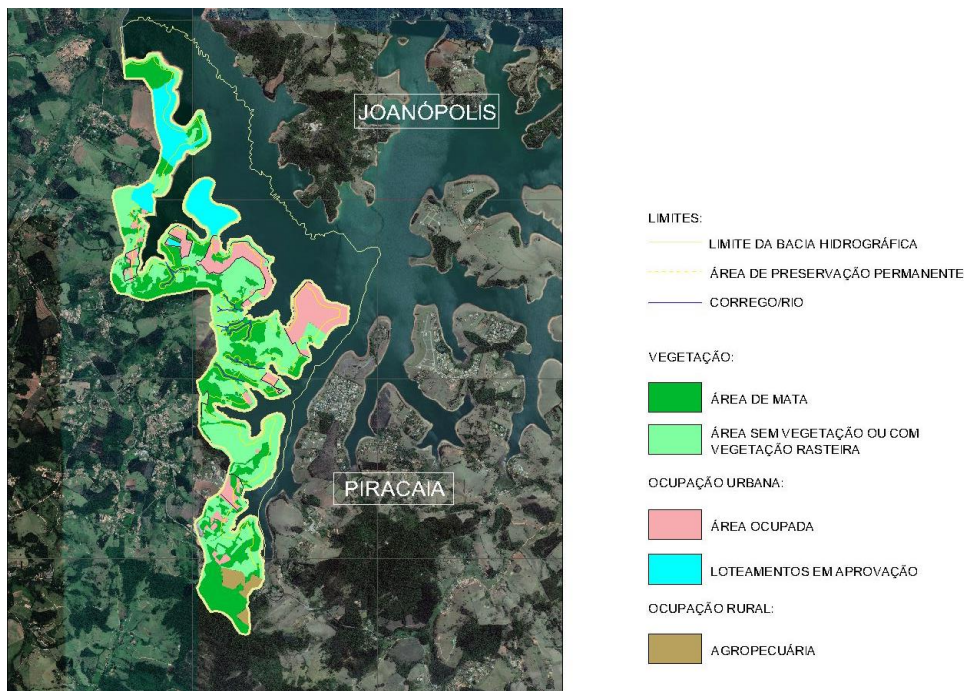


Figura 03. Mapeamento dos usos do solo na Bacia Hidrográfica do Reservatório Jaguari – 2018. Fonte: dados básicos aerofotogrametria novembro de 2016. Elaborado pelo Autor.

A figura 03, apresenta a ocupação na região próxima ao reservatório Jaguari-Jacareí, composta pelo limite da bacia hidrográfica do reservatório no território de Bragança Paulista. As ocupações que surgiram na época de 1998 de maneira irregular buscaram um processo de regularização legal ou uma negociação a partir do sistema do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para se fixarem na região e explorar a beleza natural do reservatório. Essas ocupações se apropriaram de margens até 100m de distância das águas, mediante a vigilância do Ministério Público em relação ao Código Florestal. Após a mudança desta lei federal em 2012 com a redução da faixa protegida, chegaram a ocupar espaços gerados pela baixa do reservatório e desenhar os seus limites com novos empreendimentos. A área, com características rurais, cujo uso do solo predominante era a proteção ambiental e preservação das margens, se transformou uma área de ocupações com características urbanas de alto padrão.

CONCLUSÃO

As conclusões parciais são que a baixíssima densidade, o baixíssimo fluxo de pessoas na região, alinhados à pressão do mercado imobiliário contra a ocupação das áreas de preservação por moradias de baixo padrão irregulares baseadas em autoconstrução e as ações do poder público restringiram a ocupação da área baseado em interesses particulares, quando comparado aos outros municípios banhados pelo reservatório, nas margens oposta,

grande parte das APPs foram ocupadas por uma união dos interesses do mercado imobiliário do poder público, acabando por ocupar quase totalmente as áreas ambientalmente sensíveis com residências de diversos padrões. Entretanto, o mesmo controle observado não ocorreu no resto do território de Bragança distante da represa, resultando na situação do município que conta atualmente com cerca de 220 ocupações irregulares de características urbanas.

Os dados atuais da pesquisa demonstram uma união de interesses do mercado imobiliário que determinar áreas rurais como vazios urbanos. O macrozoneamento do Plano Diretor de 2007 e os zoneamentos pouco específicos, como no caso da “Macrozona Rural-Urbanizável”, privilegiam o setor do desenvolvimento urbano do município, criando-se conflitos com o interesse público e problemas sociais. O fenômeno de urbanização dispersa se apresenta com diferentes características em todo o território do município, deste modo, a análise compreendida nesta pesquisa, com finalização prevista em dezembro de 2020, busca explicitar como o fenômeno da urbanização dispersa se desenvolve em situações específicas neste município do interior paulista e estabelecer seus padrões e tendências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 26.882, de 11 de março de 1987. . São Paulo, SP.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei nº 10.111, de 04 de dezembro de 1998. . São Paulo, SP.

BERNARDINI, Sidney Piochi. O planejamento da expansão urbana na interface com a urbanização dispersa: uma análise sobre a região metropolitana de Campinas (1970-2006). *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, [s.l.], v. 10, n. 1, p.172-185, 1 fev. 2018.

ISHIZU, Andréa Luri. *Evolução da Malha Urbana e Arquitetura de Bragança Paulista (1884 - 1967)*. Dissertação de Mestrado em Urbanismo da Faculdade de Urbanismo de São Paulo - FAU USP. São Paulo, 2009.

LIMONAD, Ester. URBANIZAÇÃO DISPERSA MAIS UMA FORMA DE EXPRESSÃO URBANA? *Revista Formação*, Sevilla, v. 1, n. 14, p.31-45, jul. 2006.

OJIMA, Ricardo; MONTEIRO, Felipe Ferreira; NASCIMENTO, Tiago Carlos Lima do. Urbanização dispersa e mobilidade no contexto metropolitano de Natal: a dinâmica da população e a ampliação do espaço de vida. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, [s.l.], v. 7, n. 1, p.9-20, abr. 2015.

REIS, Nestor Goulart. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo, Via das Artes, 2006.

DIÁLOGOS TRANSNACIONAIS EM ARQUITETURA: A CONTRIBUIÇÃO DE AURÉLIO MARTINEZ FLORES NAS BIENAS INTERNACIONAIS DE ARQUITETURA DE SÃO PAULO

LINHA DE PESQUISA: Teoria, história e crítica em Arquitetura e Urbanismo

Alisson Tavares Rosalino

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Jane Victal Ferreira

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

Grandes eventos, como exposições internacionais e as bienais de arquitetura, sempre tiveram importante papel no avanço do discurso arquitetônico, oferecendo suporte para discussões em nível internacional do que estava sendo produzido e discutido em diferentes partes do mundo. Esses espaços de exposição serviram como grandes laboratórios criativos, com poucas restrições programáticas, que permitiam aos arquitetos a expressão mais pura de seus ideais e pensamentos, obras que só poderiam ser executadas em ambientes como aqueles (RAWN, 2018).

No cenário nacional, a criação de dois grandes museus na capital paulista, MASP (1947) e MAM-SP (1948), impulsionara a produção de exposições de arte moderna servindo como espaços de análise crítica da arte e sobre o que se apresentava como moderno naquele momento. Neste período, arquitetura e artes plásticas estiveram muito próximas em função da participação de Lina Bo Bardi na fundação do MASP, do reconhecimento internacional da obra de Oscar Niemeyer e, no MAM-SP, da participação de grande número de arquitetos ligados ao movimento moderno brasileiro entre os sócios da instituição, dos quais destacam-se Vilanova Artigas, Gregori Warchavchik, Luís Saia, Rino Levi, Eduardo Kneese de Mello, Carlos Cascaldi e Jacob Ruchti (FRANÇA, 2018; HERBST, 2007).

As primeiras edições das Exposições Internacionais de Arquitetura (EIA), entre os anos de 1951 e 1961, exerceram papel fundamental na apresentação do trabalho de importantes arquitetos modernistas e suas produções ao grande público, servindo como canal de difusão dos ideais modernos de Le Corbusier, Walter Gropius, Mies Van der Rohe, entre outros (**Figura 01**). Já em 1973, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) organizou a primeira Bienal de Arquitetura de São Paulo de maneira independente das artes plásticas. Segundo Farias (2017, p. 23), o grande mérito das exposições de arquitetura está em “introduzir proposições emergentes, repassar produções históricas através de releituras variadas e, no caso brasileiro, fertilizar as intervenções num país dramaticamente vasto tanto na sua história quanto na sua geografia”.



Figura 1. Walter Gropius e Alvar Aalto na abertura da 2ª Bienal (1953). Disponível em <<http://www.bienal.org.br/post/562>> Acesso em 04/10/2019

Neste contexto de intensa troca de informações, surge a figura de Aurelio Martinez Flores, arquiteto mexicano que desenvolve sua obra em solo brasileiro, em texto para a 4ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo. Neste painel, Flores é convidado para escrever juntamente com grandes nomes da arquitetura internacional sobre os espaços arquitetônicos e sua relação com a cultura (**figura 02**). Entre os arquitetos estavam Tadao Ando, Kazuyo Sejima e Ryue Nishizawa (SANAA), Rem Koolhaas, Norman Foster, Ricardo Legorreta.

Flores, nascido na cidade de Puebla, México, 1929, começou sua carreira na arquitetura ainda aos 16 anos em uma loja de móveis organizando vitrines. Logo, notou-se o talento do jovem, que foi convidado para desenhar a fachada de uma nova loja desta mesma rede. Depois de abandonar o curso de medicina, ingressou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Autônoma do México (UNAM) e trabalhou como estagiário de

Jorge Gonzalez Reyna, arquiteto formado nos Estados Unidos, que havia sido aluno de Richard Neutra. (NEHME, 2015; RODRIGUES, 2018)

Após sua formação, Flores foi convidado para trabalhar em uma loja de móveis que detinha os direitos de fabricação da Knoll, responsável pela produção de obras de Le Corbusier, Eero Saarinen, Mies Van der Rohe, entre outros. E, em 1958, Flores teve a oportunidade de integrar a equipe de projeto de Mies Van der Rohe para o projeto da sede da Baccardi. (LAGO, 2001).

Em solo brasileiro, contratado pela Knoll com a função de tropicalizar os desenhos do mobiliário produzido pela empresa, Flores teve contato ainda mais próximo com a produção de grandes nomes da arquitetura e design moderno, chegando a abrir uma loja especializada na cidade de São Paulo para comercialização desses produtos. As diferentes culturas, desde sua formação até a atuação profissional em um país diferente da sua origem, ou, enquanto participante de um projeto de um grande mestre da arquitetura moderna, como Mies Van der Rohe, deixam marcas claras a serem exploradas e analisadas nesta pesquisa. O diálogo entre culturas diferentes, traduzidos em obra de arquitetura em solo brasileiro, não é uma mera repetição de um estilo internacional, mas tem como resultado uma arquitetura referencial, de alta qualidade (RODRIGUES, 2018; SANTOS, 2015).



Figura 2. Instituto Moreira Salles, projeto de Aurelio Martinez Flores escolhido para participação no painel da 4ª BIA (1999). Fonte: LAGO (2001, p.113)

OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa é entender arquitetura como cultura no contexto da América Latina dentro dos diálogos transnacionais, a partir da figura de Aurelio Martinez Flores e suas conexões com as correntes de pensamento apresentadas por importantes arquitetos durante a 3ª e 4ª Bienais Internacionais de Arquitetura de São Paulo (BIA), ocorridas nos anos de

1997 e 1999, momento fundamental para a estruturação dos debates a serem desenvolvidos no novo milênio.

É importante que se entenda o espaço das Bienais Internacionais de Arquitetura como um grande fórum de debate internacional dentro do Brasil. No caso específico da 4ª BIA, grandes nomes da arquitetura mundial são convidados para discussão e a presença de Aurélio Martinez Flores neste debate que extrapola os limites geográficos e a produção arquitetônica brasileira reflete diretamente na produção e pensamento de uma nova arquitetura que surgiria a partir da virada do século.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para execução da pesquisa terá base documental, utilizando-se do acervo da Bienal de São Paulo, onde estão arquivados todos os documentos enviados às BIA's realizadas, tendo como fonte primária os projetos de Flores que participaram da 3ª BIA e os textos e painéis produzidos para a 4ª BIA pelo próprio arquiteto e pelos outros participantes no debate. Desta forma, traça-se um panorama das participações dos arquitetos que pertencem ao recorte da pesquisa nas Bienais Internacionais de Arquitetura, para, a partir do exame dessa atividade, definir critérios para a classificação e análise da arquitetura contemporânea brasileira apresentada nos eventos.

O estudo dos documentos de chamada de trabalhos, também localizados nos arquivos da Bienal de São Paulo, é importante para que a atividade da curadoria na seleção de participantes seja entendida, bem como os critérios utilizados. Após essa etapa, parte-se para a definição das bases que nortearão a escolha das principais participações internacionais nas BIAs.

Com o intuito de investigar a participação de arquitetos expositores na formação do pensamento da arquitetura contemporânea no Brasil, busca-se dados através de depoimentos colhidos junto à dois arquitetos que tiveram, em sua formação, grande contato com Flores: Marcio Kogan e Isay Weinfeld.

Com as análises das informações coletadas durante o período da pesquisa, leitura da bibliografia sobre o tema e a produção desta fundamentação sobre arquitetura como cultura neste importante recorte histórico na América Latina, será possível produzir conclusões sobre os diálogos transnacionais, a partir das bienais internacionais de arquitetura, e como essa linguagem latino-americana se faz presente principalmente na obra de Flores, mas também na produção contemporânea brasileira.

RESULTADOS ESPERADOS

O estudo espera contribuir para o entendimento da arquitetura como cultura através dos diálogos transnacionais, principalmente na América Latina, tendo como ponto de partida a participação de Aurélio Martinez Flores em um debate internacional sobre o tema. É importante que se entenda o momento em que essas discussões estão acontecendo nas Bienais Internacionais de Arquitetura de São Paulo, no ano de 1997 e 1999, momento pivotante e que nortearia a produção e debates no novo milênio. Trata-se, portanto, de um recorte histórico fundamental para se entender as transformações na arquitetura brasileira e latino-americana pós virada de milênio.

Esta contribuição se estende, também, ao entendimento de diálogos transnacionais na formação de uma linguagem arquitetônica brasileira, visto que a produção nacional não está isolada em relação ao mundo, mas suas ideias e linguagem tem forte relação cultural com a arquitetura desenvolvida em outras partes do globo, principalmente na América Latina.

Outro ponto abordado pela pesquisa é a obra pouco conhecida e divulgada de Aurélio Martinez Flores, e como podemos entender, nos elementos de sua produção arquitetônica, o resultado de sua formação e os diálogos transnacionais, uma vez que, Flores segue princípios tradicionais da arquitetura mexicana, com grande influência do modernismo de Mies Van der Rohe e Richard Neutra, implantando seu trabalho em solo brasileiro, com grande tradição modernista. Desta maneira, a pesquisa colabora com a ampliação da biografia do arquiteto, tecendo uma grande rede de contatos e interlocuções com nomes importantes na história da arquitetura e que tiveram participação direta na formação ou atuação profissional do arquiteto mexicano.

Desta forma, o estudo preenche uma lacuna existente no que diz respeito ao estudo da arquitetura como cultura e aos citados diálogos transnacionais. Observam-se poucas pesquisas analisando este período de virada de milênio, estabelecendo relações entre os debates das bienais no Brasil e seus reflexos na produção arquitetônica no país e na América Latina. Os estudos são dedicados as obras de arquitetos brasileiros de maneira isolada ou dentro do contexto nacional, sem a observação da produção e pensamento internacional.

A produção arquitetônica fruto destes diálogos transnacionais, carece de atenção, análise crítica e estudos, com vistas ao entendimento do fenômeno, ampliação do campo de estudos, preservação dos exemplares e reconhecimento das importantes personagens, muitas vezes não citados pela historiografia ou não valorizados, deste importante período na disciplina da arquitetura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Catálogo da 3ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo. Editora Fundação Bienal de São Paulo, 1997.

_____. Catálogos da 4ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo. Editora Fundação Bienal de São Paulo, 1999.

FARIAS, Agnaldo. Exposições de arquitetura no Brasil - um breve balanço. Revista Arq.Urb. São Paulo, nº 20, setembro de 2017.

FRANÇA, Elizabeth. Arquitetura em retrospectiva: 10 bienais de São Paulo. São Paulo. Queen Books, 2018.

HERBST, Helio. Pelos salões das bienais, a arquitetura ausente dos manuais: expressões da arquitetura moderna brasileira expostas nas bienais paulistanas (1951-1959). São Paulo, 2007.

LAGO, André Aranha Corrêa do. Aurélio Martinez Flores – Arquitetura. São Paulo, BEI, 2001.

NEHME, Genoveva Ost Scherer. A arquitetura elementar de Aurelio Martinez Flores. Porto Alegre, 2015.

RAWN, Evan. The Architectural Lab: A History Of World Expos. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/625936/the-architectural-lab-a-history-of-world-expos>> Acesso em 04/10/2019.

RODRIGUES, Felipe de Souza Silva. Aurelio Martinez Flores: a produção do arquiteto mexicano no Brasil (1960-2015). São Paulo, 2018.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Aurelio Martinez Flores: exercícios de colagem sobre fundo branco. Arquitectos, São Paulo, ano 16, n. 182.07, Vitruvius, jul. 2015.

COMPLEXO HIDROTERMAL E HOTELEIRO DE POÇOS DE CALDAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ALTERAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA RELATIVA AO ESPAÇO.¹

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Anamaria Canuto Sales de Oliveira

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Ana Paula Farah

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender os resultados dos diferentes momentos de atuação do poder público sobre o Complexo Hidrotermal e Hoteleiro, na área central de Poços de Caldas, estado de Minas Gerais, Brasil, o qual está registrado, desde 1989, pela Constituição do Estado de Minas Gerais; primeiro núcleo formador da cidade, pautado pelos princípios do termalismo como ambiente de cura. Busca-se apreender os efeitos dessa atuação para a preservação do patrimônio cultural, não só em sua materialidade, mas, principalmente, em sua significância cultural para a memória coletiva dos cidadãos e a apropriação deste território. Nesse estágio em que se encontra, pesquisa pretende construir um quadro teórico definindo os conceitos de “patrimônio”, compreendido pelo campo disciplinar do restauro (arquitetônico e urbano) na contemporaneidade e os conceitos de “espaço público” e “memória coletiva”. O quadro teórico tem por finalidade fornecer instrumentos teóricos-críticos para a análise da historiografia do complexo em questão, as diferentes intervenções e formas de apropriação ao longo dos anos e as resultantes para a significância dessa área, hoje, para a memória coletiva da cidade.

¹ Este texto é a continuação do trabalho intitulado “O Complexo Hidrotermal em Poços De Caldas: o limiar entre a preservação e as novas apropriações dos espaços públicos”, apresentado no 3º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil, realizado em Belo Horizonte, em maio de 2019. O artigo foi publicado nos Anais do evento. Disponível em <<https://www.even3.com.br/anais/iiisimposioicomosbrasil/>> acesso 27 out. 2019.

CONCEITUANDO PATRIMÔNIO

No Brasil, a ampliação do conceito de patrimônio – em consonância com as discussões internacionais acerca do tema – se estabeleceu com a Constituição de 1988 (Art. 215 e Art.216), deixando de lado a visão restritiva ligada apenas à monumentalidade e associados aos bens à eventos relevantes para a história pátria e passando a abranger a identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e assim “*as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver*” (Art. 216, caput, da CF/88).

O patrimônio é entendido hoje como todo produto do fazer humano, ou paisagem natural, que expressa a identidade ou tem relação de significância para um ou mais grupos sociais, que dele se apropriam; assim devendo ser preservado não por sua estagnação no tempo, mas pela integração à vida cotidiana, com vistas a sua transmissão, da melhor forma possível, para as gerações presentes e futuras.

CONCEITUANDO ESPAÇO PÚBLICO: HANNAH ARENDT E O LOCUS DA AÇÃO HUMANA

Segundo Silva (2017, p.120), Hannah Arendt coloca os conceitos de liberdade e ação política como sinônimos: a liberdade se dá onde a ação humana é permitida, de forma que o indivíduo só é livre enquanto age, e essa ação se manifesta de forma mais efetiva no campo da política, ou seja, na esfera pública. Assim, é o espaço público a condição fundamental para o exercício da liberdade humana, a ação. A relação entre ação coletiva e espaço público é, portanto, fundamental, tanto para os grupos que agem, como para o espaço, que ganha efetivamente seu estatuto de “público” através da ação coletiva.

Transpondo a visão “arendtiana” para a cidade e ao campo do restauro, os espaços públicos estão intimamente ligados à ação dos grupos que, por seu intermédio, exercem sua liberdade, cidadania; estes espaços têm um de seus valores principais na sua significância cultural – que lhe confere valor patrimonial – para esses grupos, no seu aspecto público de suporte da ação coletiva. Assim, o patrimônio tem importância, e é reconhecido, não apenas por sua materialidade, por sua estética e história, mas pela relação com os grupos, aos quais ele pertence, que o reconhecem como bem cultural.

ESTUDO DE CASO: Poços de Caldas e o espaço urbano como ambiente de cura

A cidade de Poços de Caldas, localizada no sul de Minas Gerais, nasceu da busca pelas propriedades medicinais de suas águas termais sulfurosas. Na construção dessa cidade balneária o ambiente urbano, pautado pelo termalismo francês do século XIX, reflete um designo específico: a cura (MARRICHI, 2009, p.113-118).

As cidades balneárias que possuíam águas medicinais eram, até as primeiras décadas do século XX, em muitos casos, a única esperança de cura. Os *curistas* enfrentavam grandes deslocamentos e longos períodos para tratamento que, no Brasil, durava entre 21 dias a 4 meses sob rotinas rígidas e dolorosas, de maneira que os espaços que recebiam esses doentes deveriam buscar qualidade tal que pudesse distraí-los das mazelas do tratamento. Deste modo, a configuração do centro de Poços de Caldas se baseia neste pensamento “termalista francês”, onde os espaços urbanos têm também função de curar, como uma extensão do balneário.

Finalizadas em 1930, as chamadas “Grandes Obras” entregaram a Poços de Caldas um complexo hidrotermal (figura 2) que concretizava os anseios dos médicos termalistas (POZZER, 2001, p.24-40). O Parque José Affonso Junqueira (3), densamente arborizado, com fontes e pergolados, faz a ligação entre as Thermas Antônio Carlos (5) – estabelecimento de cura termal – e o Palace Hotel (2), aos amplos e luxuosos salões do Palace Casino (4), que ofereciam os divertimentos dos jogos e bailes noturnos.

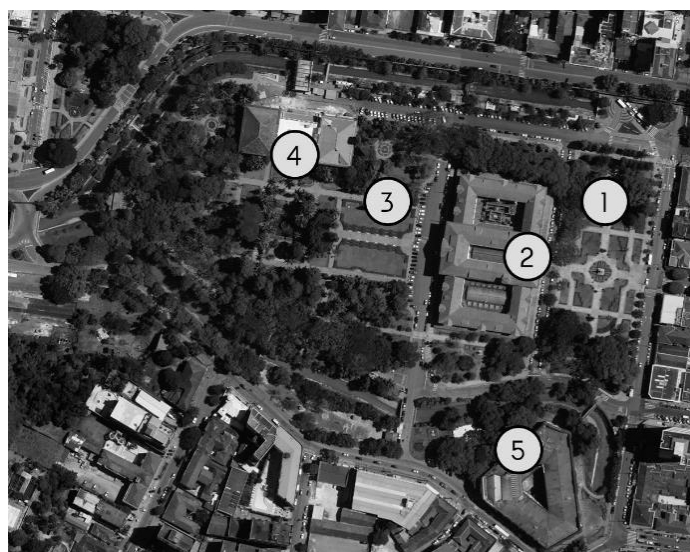


Figura 1 – Imagem aérea do Complexo Hidrotermal Fonte: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas; mapa produzido por Anamaria Oliveira, 2019.

De Estância Balneária à “Cidade Turística Express”: o Patrimônio em segundo plano

O “Complexo Hidrotermal e Hoteleiro”, tombado pela Constituição do Estado de Minas Gerais, em 1989, fora construído para esta cidade termal que recebia, por ano, centenas de curistas, em busca de tratamento, bem como para os turistas que buscavam os divertimentos e luxo dos salões de festa e jogos de azar.

Com os avanços da medicina a descoberta da Penicilina, em 1928, abriu novas possibilidades de cura para aqueles que, outrora, tinham como única esperança os tratamentos termais. Somada a isso, a crise econômica de 1930, levou à redução drástica do número de visitantes e curistas (POZZER, 2001, p.48-49). Por fim, o Decreto-lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, colocando o fim aos “jogos de azar” no país e ordenando o fechamento de todos os cassinos, deixa a cidade sem a última de suas principais atividades econômicas dos tempos áureos (POZZER, 2001, p.62-63). A economia será reaquecida apenas com a chegada das mineradoras em busca da bauxita existente no solo do município, por volta da década de 1950.

Com o turismo enfraquecido a partir do fechamento dos cassinos, passou-se a busca de novas alternativas para atrair visitantes à cidade, investindo-se num turismo de massa que atraísse também as classes mais populares que acorriam à cidade em feriados e fins de semana permanecendo pelo período máximo de dois dias. Nota-se, a partir de então, uma alteração na forma de apropriação desse centro histórico/turístico, uma apreciação que outrora fora desfrutada em longos períodos necessários aos tratamentos termais, então reduzida ao período breve de um fim de semana. Esse “turismo express” teve efeitos diretos sobre a gestão e manutenção dessa área central.

Na década de 1970, a construção do Teleférico, com sua Estação de Embarque ao lado do Palace Casino – apesar do impacto visual sobre este – demonstra a busca por atrair novos visitantes, em detrimento do próprio patrimônio construído. No final de 1974 foi implantada, na Praça Pedro Sanches, a Feira de Artes de Poços de Caldas (FEARPO) e aberto ao público o Teleférico. Nesse período começaram a surgir os “ambulantes”, que se instalaram defronte ao Palace Cassino para venda de alimentos, nos fins de semana, de forma a aproveitar o fluxo de turistas na FEARPO e na Estação do Teleférico.

Somente a partir de 1984, frente aos movimentos que demonstravam preocupação quanto à preservação e manutenção do Patrimônio Termal Poçoscaldense e a degradação

notada na área central, a Prefeitura Municipal implanta a Diretoria do Patrimônio Histórico, Turístico e Artístico de Poços de Caldas (DPHTAM) e emite o decreto de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico composto pela Praça Pedro Sanches, as Thermas Antônio Carlos, o Palace Hotel e Palace Cassino, sendo que, em 1986, a Câmara Municipal aprova a lei que regulamenta o Conselho Deliberativo do DPHTAM. O conjunto recebe proteção em âmbito estadual através de seu tombamento pela Constituição do Estado de Minas Gerais, de 1989, sob a denominação “Complexo Hidrotermal e Hoteleiro de Poços de Caldas” (Art.84, §2º).

Memória coletiva e apropriação dos espaços públicos patrimoniais

Meneses (1998, p.90) destaca a importância das obras (objetos) para os processos de rememoração, como sendo esses uma dimensão corporal da memória. Também nesse sentido, Halbwachs (1968, p.131-133) demonstra que a materialidade dos objetos oferece à memória um registro de permanência e estabilidade. Assim, o espaço habitado por um grupo é também um importante registro de sua memória e, dessa forma, a relação entre estes – espaço e memória coletiva – é de mútua alteração: a modificação do espaço levará à alteração da memória coletiva; também a mudança da memória de um grupo em relação a um espaço, levará a consequente transformação do espaço, por parte desse grupo.

Em seu texto “Os traumas urbanos: o apagamento da memória”, Josep Maria Montaner (2014) aponta o apagamento sistemático e substituição da memória coletiva como ferramenta dos processos contemporâneos de urbanização, *“um mecanismo político que pretende impor novas identidades coletivas, concepções simples e manipuladas do social”* (MONTANER, 2014, p.159) em função de interesses econômicos. Tal processo se dá de forma gradual e velada, *“sem que a coletividade esteja muito consciente disso, uma falsa memória expulsa a existente, que é substituída por uma imagem”* (MONTANER, 2014, p.161). Ainda nesse sentido, o autor cita uma variante desse processo a *“apropriação de um lugar mediante o esvaziamento de seu conteúdo simbólico e a mudança de seu significado”*.

Sobre alteração das relações de turismo em Poços de Caldas – como supracitado – é perceptível a ação da administração pública ao promover novas formas de uso da área central. A criação do teleférico, edifício de arquitetura pós-moderna, entendida na época como representante de progresso e desenvolvimento, ao lado do Palace Casino e sem qualquer diálogo com este – pelo contrário, em claro contraponto a ele (Figura 3) – pode ser visto como um grande exemplo dessa instituição de uma nova tradição imposta a essa área central.



Figura 1: Estação de embarque do Teleférico (à direita) em contraste com o Palace Cassino (à esquerda). Foto: Acervo da Autora, 2017.

Da mesma forma, os eventos que hoje disputam espaço no calendário de eventos anuais do Parque José Affonso Junqueira e Praça Pedro Sanches, demonstram uma alteração da memória desses espaços; a vocação primeira dessa área, esvaziada sua simbologia de local de cura, se vê substituída por atividades diversas que conferem a esse lugar caráter festivo e cada vez menor caráter contemplativo. Nesse sentido de análise da ligação entre o bem e os eventos que nele se desenvolvem, vale citar as reflexões de Gerárd Monnier (2009) sobre o edifício como instrumento de eventos culturais.

Apesar de ser fundamental e decisivo para a existência dos eventos culturais que nele se realizam, o bem acaba por ser relegado à função de mero instrumento, pelo qual se executam tais eventos. Geridos em função da indústria do entretenimento, que vê o edifício em suas qualidades físicas apenas como forma de marketing que promove o evento ao público consumidor cultural, esses bens tornam-se objeto de disputa para abrigar as mais diversas atrações. Dessa forma, o autor alerta que *“essa relação entre o evento e o edifício [...] pode levar, de fato, a um enfraquecimento da recepção da identidade arquitetônica e a um desvanecimento de seu valor próprio”* (MONNIER, 2009, p.15. Grifos da autora) na medida em que o bem passa a ser apenas receptáculo de atividades, que se tornam mais importantes na memória coletiva que ele próprio.

CONCLUSÕES

Como evidenciam os autores citados, a apropriação dos espaços pelos grupos sociais será pautada pela memória coletiva construída sobre aquele território, e pela significância que esses espaços têm para a vida cotidiana da população. Em Poços de Caldas, por diversos fatores, a vocação de cura da cidade foi alterada ao longo dos anos, transformada em uma vocação turística vinculada às suas qualidades espaciais, mais que ao seu saber científico

termalista; dessa forma, também a memória local em relação a esses espaços foi alterada, sob influência da atuação da gestão pública ao incentivar o turismo.

Nota-se, no entanto, que a alteração da memória não significou, necessariamente, uma perda de significância cultural desse espaço, uma vez que todos os eventos que ali se realizam, apesar de terem a possibilidade de serem realizados em qualquer outro espaço da cidade, fazem questão de ter como palco essa área, seja a Praça Pedro Sanches, o Parque José Affonso Junqueira e/ou as ruas de entorno.

Assim, também as manifestações populares, a ação política da cidade, tem nesse lugar seu principal foco de reunião: é da Praça Pedro Sanches que partem em passeata e é para ela que retornam ao final. Analisando o espaço público a partir da visão de Arendt, o Complexo detém em si o essencial para caracterização como tal, e se mostra ativo e de extrema importância para o exercício da liberdade (como caracterizada pela autora) dos cidadãos *poçoscaldeses*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HALBWACHS, M. A memória coletiva. 2a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

MARRICHI, J. M. O. A Cidade Termal: Ciência das Águas e Sociabilidade Moderna entre 1839 a 1931. 2009. 157. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MENESES, U. T. B. de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. Estudos Históricos, v. 11, n. 21, p. 89–103, 1998.

MONNIER, G. O edifício, instrumento do evento: uma problemática. Revista CPC, v. 7, n. 1, p. 7–19, 2009.

MONTANER, J. M. Os Traumas Urbanos: O Apagamento da Memória. In: Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos. 1a edição. São Paulo: Gustavo Gili, 2017. p.159–169.

POZZER, C. E. POÇOS DE CALDAS: A construção da Paisagem Urbana. 2001. 149. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

SILVA, M. L. da. A IDEIA DE ESPAÇO PÚBLICO EM HANNAH ARENDT. Cadernos Zygmunt Bauman, vol.7, n.13, 2017. p.p.117-133.

FAVELA, GLOBALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DA RUA MONSENHOR RUBENS MESQUITA, SALVADOR – BA

LINHA DE PESQUISA: Teoria, história e crítica em Arquitetura e Urbanismo

Adriana Teixeira Bahia

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Luiz Augusto Maia Costa

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como principal questão, a investigação da relação entre espaço urbano e saúde mental. Entende-se que para compreender e correlacionar tais questões, a princípio tão distantes, a cidade de caráter global e a saúde mental de caráter individual, devemos primeiro compreender como se conforma o espaço urbano na contemporaneidade, suas características, dinâmicas, atores e agentes sociais. Seguindo para a compreensão de como tais aspectos influenciam as relações dos cidadãos com a cidade e dos cidadãos entre si. A compreensão dessa intrincada relação será construída através de uma revisão bibliográfica interdisciplinar, que tem como principais autores Milton Santos (1994, 1996, 2006), Nestor Goulart (2006), Zygmunt Bauman (1998), Trudy Harpham (1995) e Paula Santana (2014). Estabelecida a base teórica, a proposta é a análise empírica, para tanto o espaço urbano escolhido é o espaço de favela, espaços precários e característicos das cidades brasileiras. Dessa forma, a comunidade em tela é a da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, localizada no bairro do Tororó, Salvador, Bahia. A comunidade se localiza no centro expandido da cidade, onde 41 famílias vêm sofrendo com um processo de reintegração de posse movido pela Prefeitura Municipal de Salvador. Isso posto, a proposta é realizar uma observação cuidadosa de tal espaço a partir da revisão bibliográfica, seguido da aplicação de questionário com os moradores; de modo a relacionar o habitar em um espaço urbano com possíveis transtornos de ansiedade e depressão.

DISCUSSÃO

O espaço urbano contemporâneo

Para estabelecer a relação entre saúde mental e urbanização é necessário compreender como o espaço urbano contemporâneo funciona, suas principais características e agentes. Para tanto, a principal referência utilizada é a teoria de espaços globalizados e divididos em tecnoesfera e psicoesfera de Milton Santos (1994). O autor compreende o espaço dividido em um sistema de objetos (tecnoesfera) e um sistema de ações (psicoesfera). Neste contexto, o espaço é uma mescla de materialidades e relações sociais, caracterizando, respectivamente, uma esfera global e uma esfera local, onde a esfera global tende a predominar em detrimento da local. Delineando-se, assim, os espaços globalizados, tais espaços são ditados pela competitividade como norma de socialização; pelo dinheiro como meio de avaliação geral; e seu ambiente construído é percebido como o retrato da desigualdade.

Da mesma forma, Bauman (1997), ao abordar as cidades, caracteriza-as como polarizadas através da renda e da riqueza, onde seus habitantes entendem o consumo como a medida de uma vida bem-sucedida. A vida contemporânea, é então, definida pelo dinheiro e pela competitividade e, assim, marcada pela insegurança e incerteza. O autor também relacionou os modos de vida contemporâneos com a organização do espaço e analisou como as lógicas mercadológicas irão influenciar as relações sociais e as individualidades. Assim, inicia-se a perceber como os espaços urbanos em um mundo globalizado poderão influenciar o ser humano, sua vida cotidiana, seu comportamento e emoções, e conseqüentemente seu bem-estar psicológico.

Urbanização e saúde mental

Em busca de elucidar as relações da saúde mental com o espaço urbano, alguns documentos da Organização Mundial da Saúde (OMS) foram analisados e as primeiras relações, começaram a ser delineadas. A OMS define os determinantes em saúde mental, dividindo-os, entre atributos individuais – habilidades de lidar com pensamentos e emoções, comportamento, interações sociais – e fatores externos, quais sejam: culturais, econômicos, políticos e ambientais, assim como pontua o contexto local como capaz de aumentar a vulnerabilidade para desenvolver doenças mentais, enfatizando os agregados familiares vivendo em pobreza e em situação de vulnerabilidade social como fatores de risco para o desenvolvimento de transtornos mentais.

Estabelecidas essas primeiras relações, parte-se para a revisão bibliográfica. A esse respeito, Santana (2014) aponta que a saúde mental se deve a uma soma do contexto social – características individuais, culturais, habitacionais, de trabalho e de organização do território – com a perspectiva espacial e de urbanização. Dessa forma, identifica as características relativas à comunidade que podem causar variações na saúde, e as divide em quatro grupos: (I) condições físicas do lugar; (II) condições das habitações; (III) condições de trabalho/ensino; (IV) as diferenças tipológicas entre urbano e rural. De maneira, semelhante, Trudy Harpham (1995) analisa como a urbanização pode afetar a saúde mental, e criou um modelo conceitual que relaciona fatores sociais à depressão e a urbanização a transtornos de ansiedade e depressão.

Entendendo as favelas como parte significativa do espaço urbano contemporâneo globalizado, onde encontram-se a pobreza e a precariedade – dessa forma relacionando as questões previamente analisadas – tais espaços urbanos são entendidos como pertinentes para o estudo empírico da revisão bibliográfica aqui colocada.

Estudo de caso

Dado o contexto urbano no Brasil e, conseqüentemente, em Salvador, inúmeras limitações – déficit habitacional, omissão do Estado, os embates com o mercado imobiliário e a questão fundiária – são impostas às populações de baixa renda para o conseguir habitar na cidade. Dado que não possuem recurso para adquirir moradia via mercado formal, lhes resta, então, a produção informal, através da ocupação e da autoconstrução. É dessa maneira que se dá a história da comunidade em análise. A comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, está localizada no bairro do Tororó, Salvador, Bahia e se encontra próxima à estação da Lapa, do Dique do Tororó, da Itaipava Arena Fonte Nova e de áreas de intenso comércio, com facilidade de acesso à serviços e à equipamentos públicos (Imagem 01). A ocupação da comunidade se iniciou no local há 15 anos e a área permaneceu em esquecimento para a Prefeitura até o momento em que se tornou valorizada do ponto de vista mercadológico, com a chegada do metrô à estação da Lapa – anterior a 2014, a estação abrigava somente o terminal de ônibus. Assim, a Prefeitura de Salvador move um processo de reintegração de posse contra 41 famílias que habitam a rua, em prol da construção de um estacionamento.



Figura 01: Localização da comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. Fonte: Elaborada pela autora com base em imagem aérea do Google Earth.

DESENVOLVIMENTO

De forma a desenvolver a pesquisa são propostas duas etapas: a revisão bibliográfica e os procedimentos empíricos. Dada a interdisciplinaridade da pesquisa, a base teórica se constituirá da mesma maneira. Para além da arquitetura e urbanismo, caminharemos pelas áreas da geografia, filosofia, sociologia e psicologia, que abordem as questões que se objetivam esclarecer, sendo a principal e geradora: Quais são as relações que podem ser percebidas, do ponto de vista urbanístico, entre o espaço urbano e a saúde mental dos cidadãos?

Para responder à questão geradora, a construção teórica de tal relação pretende se dar através de um caminho desde já delineado: (I) Compreensão do espaço urbano globalizado, suas dinâmicas, atores e agentes. (II) A partir da análise anterior, delinear quais as lógicas espaciais e as lógicas dos atores dominantes do mundo globalizado que podem influenciar o ser humano e ditar as normas comportamentais da sociedade. (III) Com esse arcabouço teórico inicial parte-se, do global ao particular, da noção de espaço ao indivíduo, criando uma relação do espaço com as questões comportamentais individuais que representam reflexos em saúde mental. Dada a base teórica, a análise empírica pretende corroborar com o estudado em vista da realidade prática, que procederá em duas fases.

A primeira fase, se dará primeiramente através de análises de imagens aéreas, da conformação do espaço e das propostas de planejamento para o mesmo; e posteriormente serão realizadas visitas ao local para observação do espaço. Para tanto, serão definidos, previamente, os aspectos a serem observados, os quais irão se basear nas determinantes ambientais para saúde – dentre elas, qualidade habitacional, presença de infraestrutura e serviços – compreendidas e estabelecidas pelo referencial teórico; a proposta é a definição de parâmetros e a elaboração de uma tabela que relacione os aspectos e parâmetros definidos. Entende-se que a subjetividade e as sensações no local também podem e devem ser levadas em consideração na análise e entendimento do espaço.

A segunda parte do procedimento empírico se dará por meio da aplicação de questionários pré-estabelecidos e recomendados pela Organização Mundial da Saúde para estudos em comunidades em países em desenvolvimento. A OMS entende que a criação de recursos para estender e tornar acessível o cuidado com a saúde mental para o maior número de pessoas possível é vital nos centros urbanos. Dessa forma o SRQ-20 foi desenvolvido para estender o cuidado em saúde mental, e para que possa ser aplicado em diferentes culturas e por profissionais com pouco ou nenhum treinamento.

O *Self Reporting Questionnaire* (SRQ-20), consiste em 20 perguntas de respostas sim ou não que rastreiam transtornos não-psicóticos. Dessa forma, *não se trata de instrumento de diagnóstico* e sim de rastreamento e detecção de possíveis casos. A pesquisa prevê a aplicação em uma amostra de 50 pessoas, de forma que possa ser abordado ao menos um membro de cada família sob o processo de reintegração de posse. A aplicação do questionário deve, impreterivelmente, ser precedida de algumas instruções pré-definidas e é de extrema importância que as instruções sejam as mesmas para todos entrevistados. É indicado que o indivíduo respondendo o questionário e o aplicador só discutam as questões ao final da aplicação.

As perguntas contidas no questionário, traduzidas pela autora, são: (1) você tem dores de cabeça frequentes? (2) você tem pouco apetite? (3) você dorme mal? (4) você se assusta fácil? (5) você tem tremedeiras nas mãos? (6) você se sente nervoso, tenso ou preocupado? (7) você tem má digestão? (8) você tem problemas para pensar claramente? (9) você se sente infeliz? (10) você chora mais que o habitual? (11) você acha difícil aproveitar suas tarefas diárias? (12) você acha difícil tomar decisões? (13) o seu trabalho diário é sofrido? (14) você é incapaz de exercer algo útil na vida? (15) você perdeu o interesse nas coisas? (16) você se sente uma pessoa inútil? (17) o pensamento de pôr fim a sua vida já passou pela sua mente? (18) você se sente cansado o tempo todo? (19) você tem sensações desconfortáveis no seu estômago? (20) você se cansa facilmente?

Para a obtenção de resultados, após respondidos, cada questionário recebe uma pontuação de 0 a 20, onde a cada resposta sim é atribuído um ponto – e indica que o sintoma esteve presente no último mês – e cada resposta não recebe zero pontos. Ao fim da aplicação são somadas as quantidades de respostas sim (sintoma presente) e a quantidade de respostas não (sintoma ausente) e são estimados os falsos negativos e falsos positivos, de forma a se obter a estimativa da causalidade dos transtornos. Os dados também podem ser trabalhados de maneiras diferentes para obtenção de outros resultados pertinentes, tais quais: as perguntas podem ser divididas em questões cognitivas, ansiedade e depressão e sintomático, e tais questões podem ser quantificadas separadamente.

No atual momento, a pesquisa se encontra na fase da revisão bibliográfica – esta deverá ser contínua ao longo da pesquisa – e no aprofundamento das teorias e autores selecionados para o desenvolvimento da dissertação. Em paralelo vem sendo realizado um estudo urbanístico a respeito da cidade de Salvador, com enfoque na região ocupada pela comunidade e da própria comunidade. Tal estudo envolve o histórico da ocupação da cidade, e análise do planejamento urbano, da legislação vigente e dos atores que produzem o espaço urbano da cidade. Ademais, foi realizada a primeira visita e contato com a associação de moradores da comunidade, em uma conversa com o presidente e o vice-presidente da associação; foram ouvidos relatos da história da comunidade e da situação enfrentada atualmente. A visita resultou na autorização para a realização da pesquisa pelo presidente da associação e no convite para uma futura apresentação da pesquisa para a comunidade como um todo.

CONCLUSÃO

Concluimos, reafirmando a importância de discutir o tema da saúde mental, tão presente na contemporaneidade, e de forma que a discussão seja embasada, acredita-se que deve ocorrer sob diferentes óticas, inclusive da perspectiva da ciência do urbanismo. Devido ao entendimento de que o espaço urbano é capaz de influenciar as relações sociais da mesma forma que estas se territorializam e influenciam as dinâmicas da cidade. Portanto, entende-se que a cidade tem a capacidade de influenciar os indivíduos até um nível psíquico. Por fim, o intuito final da pesquisa é quantificar os possíveis casos de transtornos e compará-los com a análise do espaço realizada, em uma tentativa de demonstrar as relações entre o espaço urbano contemporâneo globalizado e o estado de saúde mental dos cidadãos. Entende-se que a causalidade da doença pode ser relacionada a variados fatores, tais quais os já aqui citados, no entanto a proposta é que, ao contrapor as duas informações finais das análises empíricas, a relação espaço x saúde mental estruturada através da investigação teórica possa ser demonstrada e sua causalidade, até certo ponto, quantificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAUMAN, Zygmunt [1997]. O Mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1998. 272 p.

HARPHAM, Trudy. Urbanization and Mental Health in Developing Countries. Winchester: Avebury, 1995.

REIS, Nestor Goulart. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo, SP: Via das Artes, 2006.

SANTANA, Paula. Introdução à Geografia da Saúde: Território, Saúde e Bem-estar. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

SANTOS, Milton [1994]. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. 190 p.

SANTOS, Milton [1996]. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 384 p.

SANTOS, Milton [2000]. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 18. ed. Rio de Janeiro: RJ: Record, 2009. 174 p.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. A user's guide to the self reporting questionnaire (SRQ). Geneva, 1994. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/61113/WHO_MNH_PSF_94.8.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 de abril de 2019.

ÍNDICE DE TRANSPORTE PÚBLICO URBANO SUSTENTÁVEL (ITUS): UMA AVALIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VINHEDO

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Vinicius Silva de Macedo

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Denio Munia Benfatti

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

Segundo o relatório Brundtland, “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988). Outros conceitos podem ser encontrados para o termo, como o da Política Nacional de Mudanças do Clima (BRASIL. Lei 12.187, 2009) que o define como “a condição para enfrentar as alterações climáticas e conciliar o atendimento às necessidades comuns e particulares das populações e comunidades que vivem no território nacional”.

Para a lei que rege a política urbana dos municípios, o Estatuto da Cidade (BRASIL. Lei 10.257, 2001), um de seus objetivos é garantir a função social da cidade através da garantia do direito a cidades sustentáveis. Para a lei federal, cidades sustentáveis são garantidas quando se garantem o direito à moradia, o lazer, o saneamento ambiental, o transporte e outros. Interessante notar que o direito ao transporte, até o ano anterior a 2015 não era garantido como direito social segundo o artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Portanto, fica claro que a garantia de direitos mais abrangentes sobre transporte e temáticas afins, são temas relativamente novos no âmbito da discussão sobre mobilidade urbana e cidades.

URBANIZAÇÃO

Nas cidades brasileiras, o processo de urbanização mais intenso acontece entre os anos de 1940 a 1960 com percentual de crescimento da população urbana em torno de 70%. Entre a década de 60 e a de 80, as taxas de urbanização passam a indicar que o percentual de habitantes morando em área urbana já ultrapassava os 50% do total da população brasileira (IBGE *apud* CARVALHO, 2016). Segundo Haesbaert *apud* Franco e Rangel (2017), o processo de industrialização foi o responsável pelas altas migrações da população das áreas rurais para as urbanas, fazendo com que as cidades absorvessem uma grande quantidade de pessoas sem estarem preparadas estruturalmente para este feito. Carvalho (2016) complementa que este crescimento ocorrera de maneira desordenada e desregulada acarretando em problemas que perduram até os dias de hoje como os problemas de trânsito por exemplo.

MOBILIDADE URBANA

No Brasil, o conceito de mobilidade urbana apresenta-se como um conceito relativamente novo visando quebrar a cultura do transporte individual e dos passivos ambientais associados ao mesmo. Além disso, este conceito visa ampliar o leque de discussões acerca dos deslocamentos que ocorrem no ambiente urbano, sejam estes inseridos dentro dos limites municipais ou além desses limites (deslocamentos intermunicipais). A noção mais importante associada ao conceito de mobilidade urbana está na sua forma interdisciplinar de se pensar. Para o profissional que estuda ou trabalha com esta temática, é inconcebível compreender a função social da mobilidade urbana somente sob um único olhar do campo do conhecimento acadêmico. Para compreender sobre mobilidade urbana em sua plenitude, ao menos sobre 3 áreas será necessário refinar o olhar acadêmico: a área ambiental, a área relativa ao campo da engenharia e a área do campo de estudo do urbanismo.

Anteriormente, a ideia de mobilidade se restringia somente ao trânsito e ao transporte, conceitos muito limitados para o que a “mobilidade urbana” se dispõe a discutir nos dias de hoje. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro (BRASIL. Lei 9.503, 1997), trânsito é definido como a movimentação e imobilização de veículos, pessoas e animais nas vias terrestres. Já para o conceito de “transportes”, utilizamos a definição de Hoel, Garber e Sadek (2017) como sendo o movimento de pessoas e bens para atender às necessidades básicas da sociedade. Para os autores, “transporte” está associado aos meios pelos quais se realizam as viagens.

Para o Ministério das Cidades (2005), mobilidade urbana é mais do que o movimento e os deslocamentos que ocorrem nas cidades. Este envolve a relação entre o uso e ocupação do solo urbano e a organização desses espaços de forma a garantir o acesso e o deslocamento de pessoas e bens pela cidade. Outra definição do conceito é apresentada pelo Ministério das Cidades (2004) como:

O resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que visa proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, através da priorização dos modos não-motorizados e coletivos de transporte, de forma efetiva, que não gere segregações espaciais, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Para Oliveira (2018) a mobilidade urbana está associada a ideia de restringir o transporte individual e buscar ampliar e incentivar o deslocamento das pessoas através do transporte não-motorizado e do transporte coletivo. A autora menciona que a mudança do termo “trânsito” para “mobilidade” também está associada com a estrutura espacial permitida a outros modais que não somente o automóvel e a integração aos diversos modais existentes na cidade.

Como marco dessa mudança de cultura, foi promulgada a Política Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL. Lei 12.587, 2012) que entre os pontos mais importantes da lei, foi a priorização dos modos não-motorizados sobre os motorizados e do transporte coletivo ao transporte individual motorizado. No tocante ao transporte coletivo, a lei ainda cita a importância da utilização de indicadores como forma de monitorar a qualidade do transporte público coletivo ofertado.

INDICADORES AMBIENTAIS

Conforme lembra Oliveira (2014), um bom diagnóstico da realidade do município é necessário para a tomada de boas decisões por parte dos gestores públicos. Entretanto, Miranda *apud* Oliveira (2014) lembra que nem sempre as informações e dados estão disponíveis no momento mais importante: a tomada das decisões.

Uma forma de sintetizar os dados e informações sobre o ambiente urbano, se faz através de índices e indicadores, uma vez que essa ferramenta possibilita condensar a informação de maneira simplificada (COSTA, 2008).

Escassos são os indicadores que visam medir a sustentabilidade dos municípios. Grande parte deles começaram a ser desenvolvidos já neste século (XXI) em função da temática ambiental ter sido incorporada na discussão do meio ambiente urbano no final do século passado.

Entre os indicadores específicos do tema “mobilidade urbana/transportes”, destacamos o índice desenvolvido por Marcela Costa (2008) denominado por Índice de Mobilidade Urbana Sustentável (IMUS), tendo sido um marco entre os índices dessa temática por ser composto pela união de 87 indicadores na qual avaliam a mobilidade em diferentes aspectos entre eles o político, econômico, ambiental, social e técnico.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho fará uma adaptação do Índice de Mobilidade Urbana Sustentável (IMUS) apresentado pela tese de doutorado de Marcela da Silva Costa (2008), a qual é baseada na avaliação de 9 domínios, 37 temas e 87 indicadores, adaptada para 5 temáticas, 8 domínios, 16 temas e 46 índices a princípio (Tabela 1).

ITUS				
Temática	Domínio	Tema	Nº	Índices
Social	Aspectos sociais	Acessibilidade	1	Tempo de acesso ao ponto de ônibus
			2	Vagas de estacionamento próximo ao terminal rodoviário
			3	Transporte para pessoas com necessidades especiais
Ambiental	Aspectos Ambientais	Controle dos impactos no meio ambiente	4	Utilização de ônibus que utilizam tecnologia com diminuição de ruídos
			5	Eficiência energética do combustível utilizado pelo ônibus
			6	Emissões de CO
			7	Emissões de CO ₂
			8	Estudos de Impacto Ambiental
			9	Uso de energia limpa e combustíveis alternativos
Político	Aspectos políticos	Participação popular	10	Participação na tomada de decisão
		Integração de ações políticas	11	Integração entre níveis de governo
		Capacitação de gestores	12	Quantidade de técnicos e gestores
			13	Nível de formação de técnicos e gestores
			14	Capacitação de técnicos e gestores
Técnica	Infra-estrutura	Provisão e manutenção da infra-estrutura de transportes	15	Sinalização dos pontos de ônibus
		Distribuição da infra-estrutura de transportes	16	Vias pavimentadas
		17	Vias para transporte coletivo	
	Planejamento Integrado	Integração Regional	18	Consórcios intermunicipais
		Política de mobilidade urbana	19	Planejamento Urbano Regional
		Transparência do processo de planejamento	20	Plano de mobilidade urbana
			21	Banco de dados
			22	Informação disponível ao cidadão
		Planejamento e controle do uso e ocupação do solo	23	Transparência
			24	Densidade Populacional Urbana
	25		Índice de uso misto	
	26		Plano Diretor	
	Tráfego e circulação urbana	Fluidez e circulação	27	Legislação urbanística
			28	Ações de incentivo ao transporte público
		Viagens	29	Congestionamento
			30	Tempo de viagem
			31	Relação quantidade ônibus/carro
			32	Índice de motorização
	Sistema de Transporte Urbano	Disponibilidade e qualidade do transporte público	33	Conforto dos pontos de ônibus
			34	Sinalização dos ônibus
35			Extensão da rede de transporte público	
36			Frequência de atendimento do transporte público	
37			Pontualidade	
38			Velocidade média do transporte público	
39			Idade média da rota de transporte de transporte público	
40			Índice de passageiros por quilômetro	
41			Passageiros Transportados anualmente	
42			Satisfação do usuário com o serviço de transporte público	
Econômica	Finanças	Política tarifária	43	Integração tarifária do transporte público
			44	Descontos e Gratuidades
			45	Tarifas de Transportes
			46	Subsídios públicos

Tabela 1: Índices a serem utilizados para o cálculo do ITUS Fonte: Elaboração realizada pelo autor.

Para o levantamento de informações dos índices será necessário o levantamento de dados diretos, através de levantamento de campo, e de dados indiretos buscando informações através de dados públicos. Para este último, contará com o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) municipal e estadual.

Para a padronização dos dados quantitativos e qualitativos de forma que possam ser medidos e interpretados sob um mesmo sistema escalar, será necessário adotar o processo de normalização utilizado pela autora do IMUS.

Uma vez normalizados, os valores dos índices serão agregados por meio de uma combinação linear ponderada, onde os critérios serão combinados através de uma média ponderada. Assim, a partir da estrutura adotada de temáticas, domínios, temas e índices, o processo de agregação dos índices, resultará em um Índice de Transporte Público Urbano Sustentável (ITUS).

Dessa forma, com base no levantamento de informações pertinentes, haverá o cálculo dos índices para o município de Vinhedo, município de pequeno porte localizado na região metropolitana de Campinas.

RESULTADOS ESPERADOS

Apontar a importância de indicadores de mobilidade urbana/transportes como forma de:

- Subsidiar a todos os interessados com uma nova metodologia de diagnóstico de sustentabilidade do transporte público a fim de apontar as falhas e potencialidades desse serviço;
- Subsidiar a todos os interessados com uma nova metodologia de diagnóstico de sustentabilidade do planejamento voltado ao transporte público a fim de proporcionar discussões mais críticas nos ambientes de debates específicos como conselhos, comissões, audiências etc.;
- Monitorar a qualidade do transporte público urbano e do planejamento voltado ao mesmo;
- Identificar detalhadamente os fatores diretos e indiretos que influenciam na qualidade do transporte público urbano e no planejamento voltado ao mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 12.587. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Brasília, DF, 3 de Janeiro de 2012.

BRASIL. Lei nº 10.257 (Estatuto da Cidade). Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 10 de julho de 2001.

BRASIL. Lei Federal nº 12.187. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Brasília, DF, 29 de dezembro de 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 22 de setembro de 1988.

BRASIL. Lei Federal nº 9.503. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, DF, 23 de setembro de 1997.

CARVALHO, C. H. R. Mobilidade urbana: avanços, desafios e perspectivas. In: COSTA, M. A. O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana/organizador: Marco Aurélio Costa. – Brasília: Ipea, 2016.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COSTA, M. S. Um índice de mobilidade urbana sustentável. 2008. Tese (Doutorado em Planejamento e Operação de Sistemas de Transportes) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

FRANCO, P. E. RANGEL, C. M. A. Urbanização e a mobilidade urbana: substituição modal como solução aos impactos ambientais. Caderno de Estudos Geoambientais CADEGEO., Angra dos Reis, v.8, n.01, p.17 - 29, 2017.

HOEL, L. A. GARBER, N. J. SADEK, A. W. Engenharia de infraestrutura de transportes: uma integração multimodal. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Conheça o anteprojeto de lei da política nacional de mobilidade urbana. Brasília: S.n., 2005. 38 p.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Cadernos MCidades 6 - Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável. Brasília: S.n., 2004. 71 p.

OLIVEIRA, G. M. Mobilidade urbana e padrões sustentáveis de geração de viagem: um estudo comparativo de cidades brasileiras. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

OLIVEIRA, R. Mobilidade urbana no Brasil e na França: do "direito à cidade" à "coação social". In: FERNANDES, A.; CHAGAS, M. **O direito à cidade na França e no Brasil: uma nova agenda urbana?** Questões para um debate necessário e fecundo. Salvador: PPGAU/FAUBA/Lugar Comum, 2018. p. 155-199.

A ATUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO EM SOROCABA (1994-2019)

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Fábio Felipe

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Ana Paula Farah

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

A cidade tem um papel eminente para a construção da identidade social. Para tanto, se deve entender quais são seus mecanismos para a preservação da memória, tanto individual quanto coletiva, enquanto ente construtor dessa identidade. De acordo com Kühl, (2016), ao se analisar os principais escritos sobre preservação no Brasil, se constata que, raramente, os critérios de intervenção são abordados nos vários “aspectos do problema” como: políticas públicas, atuação dos órgãos de preservação e o papel da memória. No que diz respeito às modalidades de intervenções não se estabelece uma consistência metodológica, antes prevalece a “permissividade de que qualquer coisa é possível na preservação, na escala do edifício, urbana ou territorial” (KÜHL, 2016, p. 54).

Nesse sentido, esta explanação tem o objetivo de compreender a atuação do Conselho de Defesa do Patrimônio Edificado da cidade de Sorocaba. Quais são os seus instrumentos teóricos e críticos para a preservação, o alcance de sua legislação para proteção e seus agentes para as transformações do território. Seguramente se não houver uma fundamentação teórica a atuação resultará no aniquilamento dos elementos suportes da cultura e da memória, tanto individual como coletiva.

A partir dessas colocações, foram feitas algumas indagações para uma reflexão da importância da preservação e a relação com o poder público. Há uma preocupação que o poder público, diante da premissa do desenvolvimento, se ausente do compromisso de preservação e conservação de seu patrimônio cultural? Para este, o que significa preservar e conservar? É uma prioridade política no orçamento? Está sempre na pauta das discussões municipais? Ou são medidas para silenciar a voz de algumas camadas da população que

anseiam “congelar” no tempo alguns edifícios? Ou ainda um meio de beneficiar os proprietários dos bens tombados com a redução de impostos municipais?

Muitas dessas questões nascem da observação de como muitos bens tombados na cidade de Sorocaba são encontrados. Foi significativo observar que, em muitos casos, apesar do instrumento de tombamento, nenhum cuidado observa-se na preservação e conservação. Há alguns que se encontram com as obras de *restauro* paralisadas há anos. Outros que são de propriedade do poder público ou, então, privado, em que se explicita nenhum cuidado ou interesse de preservá-los e/ou conservá-los, sendo destinados à completa ruína.

Existe também edifícios em que as novas funções não permitem identificar o valor cultural que motivou o tombamento. É notável o “fachadismo”, em que a memória ou identidade foi limitada à preservação da fachada do edifício, tornando-se assim mera recordação arquitetônica (KÜHL, 2008, p. 188). Estas observações são inquietações sobre como estes bens culturais, documentos concretos da história da cidade estão e que precisam de cuidados para que o legado para as gerações presentes e futuras seja transmitido da melhor maneira possível.

Tem como método ou instrumentos analógicos: a conceituação atual de conservação e restauro; a legislação nacional e municipal sobre patrimônio cultural e tombamento; processos administrativos municipais e sua repercussão até a sua conclusão.

O cuidado pela memória da cidade

Situada na região sudoeste do estado, a pedido do bandeirante Baltazar Fernandes ao Governador Salvador Correa de Sá e Benavides, em 3 de março de 1661 foi elevado o povoado de Sorocaba para a categoria de Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba (ALMEIDA, 2002, p. 35). Ali o bandeirante se estabeleceu no território à beira do córrego do Lageado, determinou a construção de uma capela dedicada à Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, onde hoje se encontra a Igreja de Sant’Ana ao lado Mosteiro de São Bento. A partir dessa construção, iniciou a implantação da Vila, abriu ruas de acesso até o rio Sorocaba, onde construiu uma ponte com o propósito de conexão com as vilas do planalto, como Parnaíba e São Paulo (BADDINI, 2002, p. 99).

A cidade passou por sucessivas fases de desenvolvimento. Em 1773, inicia-se um novo ciclo na história de Sorocaba: o tropeirismo (FRIOLI; BONADIO, 1999, p. 19). Na década de 1860, outra atividade somou-se ao comércio de animais de carga: o plantio de algodão veio a favorecer o surgimento de unidades industriais destinadas ao beneficiamento do

algodão (MASSARI, 2011, p.19). Em 1875 foi inaugurada a Estrada de Ferro Sorocabana que transformou a comunicação com a capital e o transporte de carga. Em 1881, um novo segmento comercial tem início: a indústria têxtil. Esta construiu as vilas operárias e também creches e escolas nas proximidades das indústrias instaladas (MASSARI, 2011, pp. 20 e 29). Em 1900, foi inaugurado a rede de iluminação elétrica das ruas. Em 1915, a modernização alcançou o transporte intraurbano por meio de linhas de Bondes Elétricos (MATTOS, 2017, pp. 66 e 94). Em consequência dessa modernização, novos ramos industriais fizeram de Sorocaba o centro de produção, tornando-a referência no estado de São Paulo (MATTOS, 2017, pp. 138 e 139).

Esta exposição da formação e desenvolvimento de Sorocaba demonstra a sua memória observada por meio da organização de sua paisagem, ruas e edificações.

A criação do Conselho na cidade

A preservação do patrimônio histórico e arquitetônico sorocabano passou a ser uma preocupação “desde a década de 1980” por parte de alguns profissionais locais (historiadores, museólogos e arquitetos) com uma primeira iniciativa de criação de um Conselho denominado CONDEPHISO – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico de Sorocaba. Entretanto, este conselho nunca logrou o apoio político necessário. Foi extinto no início da década de 1990 (CUNHA, 2005, p. 135-137).

Após essa iniciativa, no ano de 1988, foi aberto o processo de nº 7.198 que formalizou o pedido de criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico junto a Prefeitura Municipal de Sorocaba. Em 1994, por meio da Lei 4.619, foi criado o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Turístico e Paisagístico de Sorocaba – CMDP – órgão colegiado de assessoramento na defesa do patrimônio histórico, artístico, estético, turístico e paisagístico (SOROCABA, 1994, p. 1).

Após esse fato, em 11 de janeiro de 1995, ocorreu a publicação do Decreto 9.162, que dispunha sobre a nomeação de membros que constituiriam o Conselho. Essa comissão, constituída por oito membros recomendados por suas respectivas instituições e chancelados pelo Prefeito, foi a responsável pela criação do Regimento Interno do Conselho que foi oficializado pelo Decreto 9.413, de 13 de setembro de 1995 (CMDP, 2018).

Sua Legislação

Primeiramente, é importante destacar que os Conselhos Municipais do Patrimônio Cultural no Brasil trabalham sob duas modalidades de gestão distintas, de acordo com a sua lei de criação, em conselho deliberativo e/ou conselho consultivo.

Conselho deliberativo é um órgão colegiado, com poder decisório, de composição paritária (Estado e sociedade), ao qual compete deliberar sobre diretrizes, políticas, atos protetivos e outras medidas correlatas à defesa e preservação do patrimônio cultural do município (MPMG, 2019), enquanto que um conselho consultivo atua como uma comissão externa de aconselhamento, orientando líderes e gestores e recomendando ao Conselho Deliberativo (neste caso o Poder Executivo), as medidas a serem tomadas para o desenvolvimento da organização (IDIS, 2019, p. 2).

Tratando-se do CMDP na cidade de Sorocaba, objeto de estudo desta pesquisa, a Lei de criação deste Conselho, nº 4.619, 26 de setembro de 1994, no Título I, Artigo 1º já o caracteriza como órgão colegiado de assessoramento. Suas atribuições são limitadas a: propor o tombamento de bens imóveis e móveis na cidade de Sorocaba; formular diretrizes de preservação; opinar sobre propostas de tombamentos; se associar com organismos públicos ou privados que se relacionam à preservação do patrimônio histórico; opinar sobre os variados projetos de reabilitação de bens tombados; manifestar-se sobre pedido de licença para funcionamento de atividades em áreas de preservação de bens tombados; sugerir a aplicação das sanções propostas em lei; opinar em qualquer assunto relacionado. O Conselho é composto de 11 membros: um representante da Secretaria da Educação e Cultura; um representante da Secretaria dos Negócios Jurídicos; um representante da Secretaria de Edificações e Urbanismo; um representante do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico; um representante da Arquidiocese; um representante do Museu Histórico Sorocabano; um representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; um representante do Instituto de Arquitetos do Brasil - Núcleo de Sorocaba (IAB); um representante da Universidade de Sorocaba (UNISO); um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Subseção de Sorocaba; um representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Sorocaba. As nomeações são trienais. Embora alguns dos membros do conselho sejam de entidades de caráter técnico, histórico e antropológico, em nenhum momento significa que há uma equipe técnica de suporte para fundamentar as decisões do conselho (SOROCABA, 1994, p. 1-7).

A estes conselheiros, segundo Artigo 4º do Decreto 9.413/1995, cabe as seguintes atribuições: aprovar o calendário de reuniões ordinárias; estudar e relatar matéria que lhe for submetida, emitindo parecer; discutir e votar, apresentando emendas ou substitutivos às conclusões de pareceres; solicitar diligência ou vistas a processos; aprovar e assinar as atas das reuniões plenárias, propondo os ajustes necessários; requerer a convocação de reuniões plenárias extraordinárias, justificando a sua necessidade; desempenhar os encargos que lhe forem atribuídos pelo Presidente, ou propostos pelo próprio plenário; sugerir para apreciação, qualquer matéria a ser objeto de Resolução e/ou proposição; comparecer às reuniões para as quais tenha sido convocado.

Segundo o Artigo 4º, item I da Lei 4.619/1994, entre os membros do Conselho será eleito um Presidente, o qual, de acordo com o Regimento Interno será responsável por: convocar o Conselho e presidir as suas reuniões atendendo a ordem dos trabalhos em pauta; promover a distribuição dos assuntos submetidos à deliberação, designando os relatores, que são os próprios membros do conselho. É importante destacar aqui que, segundo o Artigo 4º, item VI da Lei 4.619/1994 o exercício da função de conselheiro não será remunerado. Ainda que alguns deles sejam funcionários públicos municipais, a função de relator passa a ser um trabalho voluntário externo às reuniões plenárias ordinárias do conselho, que acontecem uma vez ao mês, ou então às reuniões plenárias extraordinárias solicitadas pelo Presidente com antecedência mínima de 24 horas. Ao Presidente cabe ainda, conduzir os debates e resolver questões internas; assinar as Resoluções e Proposições do Conselho, encaminhando-as para os devidos fins; submeter à apreciação do Plenário; constituir comissões para estudo de problemas especiais relacionados às atribuições do Conselho; propor à autoridade competente as medidas que o Conselho julgar necessárias ao bom desempenho de suas atribuições; representar o Conselho em todos os atos necessários.

Sua Atuação

De acordo com TÍTULO III, denominado de processo de preservação, Artigo 8º, da Lei 4.619/1994 o processo de tombamento será iniciado quando solicitado por meio de ofício ou a pedido de qualquer pessoa física ou jurídica, devidamente instruído e identificado. Ao ser recebido o processo, de acordo com o Regimento Interno, Artigos 8º e 9º, este será distribuído para os relatores designados pelo Presidente nas sessões plenárias. Se este achar necessário, poderá sugerir a criação de um corpo de assessoramento necessário ao serviço do Conselho (Artigo 5º, alínea i, Regimento Interno). Caberá aos relatores apresentar um parecer sobre o processo na seguinte reunião plenária ordinária (um mês depois). Na reunião em questão, o relator fará uma exposição da matéria e o seu parecer. Após isso, inicia-se

uma discussão, no que refere o Artigo 13º, este determina proceder a uma votação nominal por todos os membros do conselho. No caso de empate, caberá ao Presidente exercer o voto de qualidade (Artigo 5º, alínea d, Regimento Interno). As proposições e resoluções do Plenário serão encaminhadas pelo Presidente ao Secretário da Educação e Cultura, para as providências cabíveis (Artigo 15º) por meio de ofício interno.

Através desses procedimentos, segundo os Artigos 5º e 6º da Lei 4.619/1994, o Poder Executivo (Prefeito Municipal) procederá ao tombamento total ou parcial de bens móveis ou imóveis existentes em seu território, cabendo ao Conselho instituir sobre: a forma de registro e catalogação dos bens protegidos; delimitar o entorno do bem tombado; estabelecer limitações através de órgãos técnicos e diretrizes de utilização e preservação segundo o grau de preservação atribuído.

Este Conselho, de sua criação até o ano de 2019, lista 346 Processos Administrativos. Destes, 41 pareceres de tombamento efetivamente consolidados. Há ainda 2 bens culturais tombados somente em nível estadual (CONDEPHAAT): Mosteiro de São Bento e Casarão Brigadeiro Tobias, ambos não foram tombados até o momento desta pesquisa pelo CMDP. Entre os bens culturais tombados inclui-se templos, indústrias, casas, edifícios militares, hospitais, praça, matadouro, um bairro, um mercado, uma praça, escolas e outros edifícios notáveis pelo valor cultural atribuído ou então arquitetônico.

CONCLUSÃO

A atuação do CMDP é limitada às atribuições concedidas na Legislação. Por tratar-se de um conselho consultivo e desprovido de um corpo técnico, as decisões ficam reduzidas, muitas vezes, ao parecer dos relatores, que são os próprios membros do Conselho. Neste caso, decisões importantes que envolvem questões culturais são deixadas ao arbítrio, salvo se o Presidente entender e solicitar um assessoramento externo. O cuidado e proteção dos bens culturais de uma cidade não devem ser responsabilidade única de uma comissão voluntária que reúne-se uma vez ao mês, antes deveria ser uma prioridade que transpusesse os limites da legislação e alcançasse individualmente cada cidadão, levando-o a reconhecer nos edifícios sua identidade local, motivo este que leva à ação de salvaguardar e transmitir da melhor forma possível, esse legado para as gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Aluísio de. Sorocaba: três séculos de história. Itu: Ottoni Editora, 2002. 416 p.

BADDINI, Cássia Maria. Sorocaba no império: comércio de animais e desenvolvimento urbano. São Paulo: Annablume Editora, 2002. 308 p.

CMDP. Criação. Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico - CMDP. Disponível em: <<http://cultura.sorocaba.sp.gov.br/patrimoniohistorico/conselho-municipal-de-defesa-do-patrimonio-historico/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

CUNHA, Claudia dos Reis e. O Patrimônio Cultural da cidade de Sorocaba: Análise de uma trajetória. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FRIOLI, Adolfo. BONADIO, Geraldo. O tropeiro e a integração geográfica e cultural do Brasil. Sorocaba, Secretaria da Educação e Cultura, 1999, 2ª edição, 100 p.

IDIS. Instituto para o desenvolvimento do investimento social. A formação do conselho de uma organização. Disponível em: <https://idis.org.br/wp-content/uploads/2014/05/NotaTecnica_Conselhos.pdf>. Acesso em 10 mar. 2019.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Ética na preservação no século XXI. In: Conservando el pasado proyectando el futuro: tendencias en la restauración monumental en el siglo XXI. Zaragoza: Institucion Fernando el Católico; 2016, pp. 53-68.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

MASSARI, Marco Antonio Leite. Arquitetura Industrial em Sorocaba: o caso das fábricas textéis. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MATTOS, Thiago Pedrosa. Modernização Urbana em Sorocaba (1914-1921). Tese (Mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da UNICAMP, Campinas, 2017.

MPMG. Conselho deliberativo. Conselho municipal do patrimônio cultural. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/areas-de-atuacao/defesa-do-cidadao/patrimonio-historico-e-cultural/perguntas-frequentes/o-que-e-o-conselho-deliberativo-do-patrimonio-cultural-1.htm?fbclid=IwAR0OfIsDD5BwCkOSsx56o4-uvvku_q5pALWr_A1XYptdcs-tt86dGLEI4qU>. Acesso em 10 mar. 2019.

SOROCABA (Cidade). Lei Nº 2513, de 16 de outubro de 1986. Dispõe sobre o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico de Sorocaba - CONDEPHISO. Legislação: Sorocaba, 16 out. 1986.

SOROCABA (Cidade). Lei Nº 4619, de 26 de setembro de 1994. Dispõe sobre o Conselho Municipal De Defesa Do Patrimônio Histórico e dá outras providências. Legislação: Sorocaba, 26 set. 1994.

SOROCABA (Cidade). Decreto Nº 9.413, de 13 de setembro de 1995. Dispõe sobre o regimento do Conselho Municipal De Defesa Do Patrimônio Histórico e dá outras providências. Legislação: Sorocaba, 13 set. 1995.

ENTRE O VIRTUAL E O CONCRETO: CRIAÇÃO E APREENSÃO DO ESPAÇO SENSÍVEL

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Angélica Lima

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Jane Victal

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a produção arquitetônica tem sido auxiliada pelo uso de ferramentas digitais que não apenas se mostraram eficientes para o desenho técnico e maquetes eletrônicas, mas ganharam ampla adesão como plataforma de concepção projetual. Se a utilização de softwares CAD (*computer aided design*), CATIA (*computer aided three-dimensional interactive application*) e BIM (*Building Information Modeling*) permitem acelerar o ritmo da produção e maior controle gerencial do projeto por meio do lançamento de dados em planilhas, simulação de esforços, conforto ambiental, permitido melhor compatibilização entre a arquitetura e engenharia, a modelagem paramétrica por meio do CAD/CATIA e uso de scripts possibilitam a concepção de uma arquitetura que se afasta do padrão tradicional de projeto, isto é, que parte de desenhos de massas, ou da construção volumétrica, aplicando e removendo planos, trabalhando *grides* e malhas, entre outros elementos, direcionando o pensamento arquitetônico para uma visão mais formal, abstrata e semiótica. (LYNN, G. in: SYKES, K. 2013, p.28)¹

Frank O. Gerry, Peter Eisenman, Zaha Hadid, Rem Koolhaas, Greg Lynn e Jean Nouvel, são alguns arquitetos que se aventuraram no uso da tecnologia digital ainda no início de sua implementação, utilizando-a não apenas como facilitadora do desenho arquitetônico, mas também como indutora de novas possibilidades formais e espaciais na arquitetura. Esses arquitetos presenciaram e contribuíram para mudanças nos paradigmas da arquitetura, introduzindo outros conceitos relacionados à concepção do projeto e questionando aspectos da arquitetura moderna. A partir de meados do século XX, surgiram vertentes da arquitetura

¹ LYNN, G. "Curvilinearidade arquitetônica: O dobrado [folded], o maleável [pliant] e o flexível [supple]" in: SYKES, K. 2013, p.28-51.

que subverteram a lógica do projeto sem necessariamente negá-lo, algumas estimuladas por esses arquitetos. Desde então, a produção arquitetônica passou a ser discutida para além da “forma segue à função”, trazendo aspectos filosóficos, sociais, históricos, linguísticos para dentro da disciplina e como base para experimentações (NESBIT, K., 2006).

Outra questão para analisarmos são os tipos de interface utilizadas pela maioria dos arquitetos no Brasil e no exterior. Cada programa CAD tem uma lógica de programação particular cujos comandos e interfaces induzem o usuário a desenvolver e executar um projeto de determinado modo. Assim, a elaboração do projeto – para além dos aspectos técnicos da arquitetura, passa a depender também do domínio do *software*, do nível de conhecimento sobre sua interface, comandos e recursos disponíveis.

Talvez por isso muitos críticos tenham condenado o uso exclusivo da ferramenta digital como plataforma de concepção do projeto, arguindo que suas limitações e o seu ambiente abstrato distanciam-se da realidade e dos aspectos concretos da construção. Para Antoine Picon no entanto, essa abordagem que distancia o virtual do material sempre existiu, mesmo nos desenhos feitos à mão pois “o projeto arquitetônico, é na verdade, um objeto virtual” que mesmo com nível rigoroso de detalhamento e busca fidedigna de representação do produto final, não corresponderá totalmente à experiência da realidade construída (PICON, A. in: SYKES, K., 2013, p. 208).

De fato, algumas simulações trabalhadas no ambiente virtual jamais conseguiriam ser realizadas sem o advento da tecnologia digital: exploração de infinitas opções de projeto, aumento do fluxo de trabalho, fluxos geométricos, deformações volumétricas, superfícies fluídas e passeios virtuais utilizando equipamentos de realidade virtual – situação explorada nessa pesquisa.

Processo de criação em arquitetura

O processo de criação de arquiteturas envolve uma série de conteúdos teóricos e práticos que fornecem ao arquiteto uma base estruturante do pensamento, que por sua vez o aponta respostas dentre inúmeras possibilidades. Sobre uma folha de papel em branco e, diante da infinitude que ela representa, são as restrições criadas ou impostas que indicam um ponto de partida, início da transcrição entre a ideia abstrata e sua concretude.

A construção desse repertório – ou a conscientização sobre ele – inicia-se nas primeiras disciplinas da graduação quando o aluno aprende a perceber o espaço não mais de maneira inconsciente (DE PAIVA, Andréa, 2018) mas, reconhecendo entre o construído e o

não-construído, apreende os elementos que o compõem: proporção, luz, cor, sombra, hierarquia, ritmos, vazio, cheio, entre outros. Ajusta-se o olhar para a compreensão consciente do fazer arquitetura. Entre a casa e a cidade, o aluno passa a experienciar o mundo pelo filtro da arquitetura, identificando no espaço vivido, os repertórios adquiridos em sala. Sobre esse aspecto, a pesquisa explora alguns exercícios de experimentação pertencentes ao programa da disciplina de Linguagem da Arquitetura da grade curricular do curso de arquitetura da PUC-Campinas há cerca de três décadas. Introduzida por volta da década de 80, a disciplina tem contribuído para o desenvolvimento criativo e perceptivo dos alunos da graduação durante a prática projetual.

A disciplina em questão aborda os conceitos de espaço que norteiam a Arquitetura Contemporânea, o que envolve operações formais comuns ao repertório de alguns arquitetos contemporâneos de relevante produção internacional, cujos raciocínios se apoiam em obras dos arquitetos fundamentais do Movimento Moderno, tais como: Le Corbusier, Mies Van Der Rohe e Gerrit Rietvelt. Assim, inicia sua dinâmica a partir da “elementarização”, abstração e perspectivação adotadas pelas Vanguardas e pelo Neoplasticismo no início do século XX, passando pelo raciocínio espacial e construtivo desenvolvido na Bauhaus e, gradativamente, a partir de exercícios experimentais, o aluno vai se familiarizando com o universo formal e operativo da arquitetura contemporânea.

Desta forma, o objetivo da pesquisa de doutorado em curso parte dos exercícios realizados na disciplina de Linguagem da Arquitetura e desenvolve três etapas de experimentação projetuais. Explora procedimentos que possam extrair do aluno o amadurecimento do processo de criação na determinação formal do espaço, partindo da modelagem artesanal, introduzindo a modelagem digital convencional² e por fim, a modelagem com tecnologias imersivas como a realidade virtual.

O objetivo geral é investigar como as ferramentas digitais e mais precisamente as tecnologias imersivas podem auxiliar no ensino de arquitetura e urbanismo, induzindo criação e inovação. Como objetivos específicos pretende-se: levantar as ferramentas tecnológicas possíveis de se utilizar na produção do espaço arquitetônico; explorar essas ferramentas dentro do repertório da espacialidade; identificar os momentos de interface com os exercícios propostos pela disciplina; analisar as perdas e ganhos em cada etapa; e incorporar a realidade

² Entende-se como modelagem digital convencional a modelagem realizada em programas de computação gráfica (CAD) que se utiliza dos métodos convencionais de interagir com o modelo: tela, teclado, mouse e/ou mesa digitalizadora.

virtual como parte do processo de criação e ensino. Este artigo apresenta os resultados preliminares obtidos até o momento.

Metodologia aplicada nas experimentações com alunos

Para a etapa artesanal, foram utilizadas duas escalas de folha de papel com gramaturas diferentes. A primeira, com dimensão de 40x28 cm, com módulo de 4x4cm e malha de 7x10 - redução de uma Folha A3 Canson de 180 g/m² de gramatura. A segunda, com mesma modulação, porém com redução do módulo para 2x2cm e dimensão total de 20x14cm, redução de uma folha sulfite A5, com gramatura de 75g/m². Para cada exercício proposto, no total de 5, foram estabelecidas restrições quanto aos procedimentos de corte e dobra visando proporcionar ao aluno oportunidades de superação em busca de valores formais.

Na modelagem digital convencional utilizou-se inicialmente o SKETCHUP como plataforma para os exercícios onde predominam as ortogonais. Ainda nessa etapa foi testado o uso do processo de fotogrametria por escaneamento, utilizando o KINECT e o programa SKANECT para facilitar a digitalização do modelo. Para o futuro, para a modelagem de formas orgânicas complexas, faz-se necessário a adição de plugins ao SKETCHUP, ou o uso de *softwares* apropriados para a construção de superfícies curvas, como 3D MAX, MAYA e RHINOCEROS.

Por fim, foi utilizado o OCULUS RIFT e o plugin VR SKETCH instalado no SKETCHUP para a imersão e modelagem em realidade virtual. Como continuidade da pesquisa, pretende-se testar outros tipos de óculos e programas como MICROSOFT MAQUETTE e GRAVITY SKETCH VR, para avaliar potenciais e compatibilidades com os exercícios experimentais propostos.

Invertendo a lógica projetual

O campo da arquitetura é subjetivo do ponto de vista de seus valores estéticos e sua avaliação crítica passa por análises de características éticas, formais, geográficas, tecnológicas, históricas, abrangendo vários campos do conhecimento humano. Daí a necessidade de estabelecer critérios a cada etapa, sendo que os valores para o juízo muitas vezes parecem divergentes. Situações e pontos de vista específicos pedem soluções direcionadas, contextos diferentes demandam olhar perspicaz, equilíbrio entre racionalidade e subjetividade humanas conduzem às formas coletivas de trabalho. Por outro lado, grande parte das decisões tomadas enquanto se projeta um espaço está ligada às restrições dadas

pelo programa arquitetônico e não pelas condições físicas e habitabilidade da futura edificação. Nesse caso, o material e o conceito estrutural, se não pensados simultaneamente, ficam sujeitos à forma definida pelo projeto ainda enquanto esboço. Mas, e quando não há um programa de funções arquitetônicas pré-definido? Por quais critérios devemos avaliar os projetos idealizados para que façam parte do desenvolvimento do processo criativo? Sem sombra de dúvida, as restrições permanecem e fornecerão as bases para tomadas de decisão. No entanto, essas restrições são adotadas em outros setores do processo: seja na plataforma escolhida para criação (analogica ou digital) seja no material adotado para sua execução, ou mesmo na associação de ambos ou outro elemento como delimitador. Esse é o caso para as experimentações propostas na pesquisa.

Isto é, as experimentações aqui propostas invertem a lógica projetual não havendo sequer um partido previamente estabelecido. O que existe é uma potência material que, por suas características, restringe o campo de ação e de certa forma sugere como agir. Sua forma, uma superfície, reage às ações da gravidade aceitando ou resistindo aos esforços e induz quem manipula a pensar inconscientemente ou conscientemente sobre o conceito estrutural adotado, sobre as proporções e, por fim sobre o espaço. Ao mesmo tempo, outras restrições são adotadas para interação com o material condicionando o processo a certas ações que fazem com que o plano se comporte como espacialidade: corte e dobras sem extração de matéria são três princípios básicos para, em seguida acrescentar novas restrições em cada etapa: ortogonais e diagonais, flexibilidade, organicidade, repetições. **(Figura 1)**

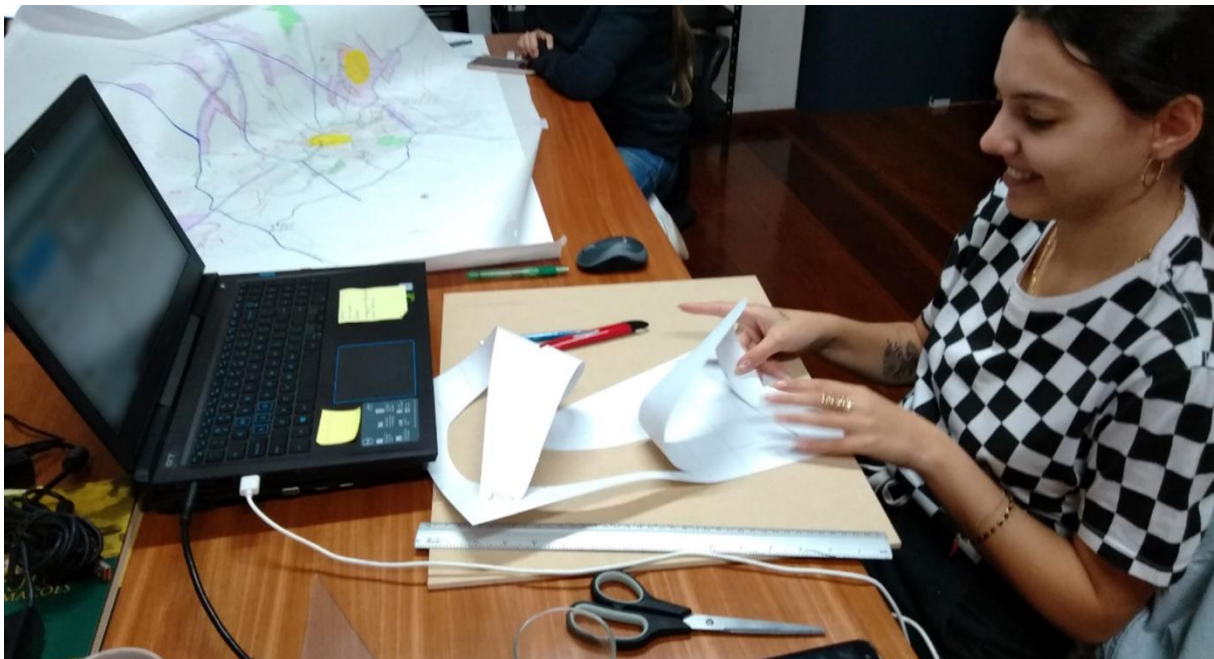


Figura 1: Exercício de cortes e dobras nº4, etapa 3: imersão e modelagem em realidade virtual. (Fonte: Angélica Lima)

RESULTADOS

As experimentações – contam com a participação de alunos da faculdade de arquitetura que realizam atividades extracurriculares associadas à pesquisa. Os resultados experimentais obtidos até o momento demonstram que a etapa denominada de artesanal/analógica (dobras e cortes sobre o papel), favorecem o desenvolvimento de uma consciência sobre a materialidade e sobre o conceito estrutural que a envolve, em que conexões, pontos de ancoragem, distribuições de esforços, proporcionalidade e deformações de superfícies são exploradas. Por sua vez, a forma não é pensada e posteriormente criada, mas está em processo de formação, isto é, trata-se de um produto definido a partir da relação que o aluno cria com o papel, ou seja, a descoberta do potencial estruturante da matéria. Há, portanto, um processo de transição relacionado ao domínio da matéria: nos primeiros exercícios os resultados são discretos em termos de complexidade, que aumenta conforme o domínio sobre a matéria é ampliado.

Durante o processo de modelagem digital convencional verificou-se ser necessário que o aluno tivesse um nível de conhecimento intermediário sobre SKETCHUP (programa utilizado). Além disso, percebeu-se que os recursos da versão padrão do SKETCHUP eram limitados para as modelagens não-cartesianas, havendo a necessidade de, no futuro, utilizar plugins adicionais ao programa, ou mesmo a utilização de outros programas (ex: 3D MAX, MAYA e RHINOCEROS).

Assim, compreendeu-se que entre o modelo real e o modelo digital existe uma geometria oculta na forma, que só é revelada no espaço virtual, a partir da inserção de dados, seja ele numéricos ou geométricos (parábolas, retas, curvas, superfície). Isso é evidente em formas orgânicas, cuja complexidade geométrica dificulta a passagem entre o estágio artesanal e o estágio digital, por isso a importância da malha que funciona como um indicador dessa geometria. Por sua vez, a complexidade dos objetos gerados na fase 1 exigiu pensar em uma etapa intermediária de escaneamento 3D, utilizando-se do programa SKANECT e do sensor KINECT. Esse recurso permitiu a experiência de imersão, embora a forma digitalizada não fosse estritamente precisa com relação ao modelo artesanal – apresentando falhas de preenchimento da malha.

No processo de imersão, momento em que o criador experiencia o espaço criado, a percepção sobre o modelo é modificada. A ampliação do campo visual do observador (criador) – diferente da limitação dada pela tela do computador, associada à possibilidade de alteração da escala do modelo, auxiliam no entendimento das potencialidades. Isto ocorre quando o

aluno avalia possíveis usos, escalas mais adequadas (objeto ou espaço), experimenta materiais e a modelagem na realidade virtual.

Por fim, essa experiência se mostrou potencialmente capaz de mesclar o meio artesanal e o meio digital no processo de criação e como prática de ensino, favorecendo a compreensão do potencial de cada etapa que, entre perdas e ganhos, direciona o aluno e o professor a refletirem sobre os modelos criados em diferentes escalas e perspectivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DE PAIVA, Andréa. Neuroscience for Architecture: How Building Design Can Influence Behaviors and Performance. *Journal of Civil Engineering and Architecture*, v. 12, p. 132-138, 2018.

LYNN, G. “Curvilinearidade arquitetônica: O dobrado [folded], o maleável [pliant] e o flexível [supple]” in: SYKES A. Krista (org.). *O campo ampliado da arquitetura. Antologia teórica 1993-2009*, São Paulo, Cosac Naify, 2013, p.28-51.

MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno. Arquitetura da segunda metade do século XX*. Barcelona, Gustavo Gili, 2001.

NESBITT, Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura*. Editora Cosac Naify, 2006.

PICON, A. “A arquitetura e o virtual: rumo a uma nova materialidade” in: SYKES A. Krista (org.). *O campo ampliado da arquitetura. Antologia teórica 1993-2009*, São Paulo, Cosac Naify: 2013, p.206-220.

STEVEN, M. LAVALLE. *Virtual Reality*. Cambridge University Press, 2016. Disponível em:<
<http://vr.cs.uiuc.edu/>> Acesso: 07 out. 2019.

O JARDIM COMO ESPAÇO TERAPÊUTICO EM HOSPITAIS: SUAS TIPOLOGIAS E SEUS BENEFÍCIOS

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Gustavo de Paula Lima

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

José Roberto Merlin

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

O projeto de caráter descritivo e exploratório visa fazer um levantamento de dados e uma revisão bibliográfica acerca dos chamados jardins terapêuticos, relacionando suas tipologias e seus benefícios no processo de cura e bem-estar de pacientes com diferentes patologias. Tem como objetivo identificar as tipologias e os benefícios dos jardins terapêuticos, correlacionando-os e evidenciando a importância deste tipo de jardim no processo de recuperação dos pacientes.

DESENVOLVIMENTO

O jardim terapêutico na história dos jardins e na história dos hospitais

Há dois mil anos atrás, algumas paisagens naturais já eram reconhecidas como terapêuticas. Louv (2005, p.390) afirma que “chineses taoístas criavam jardins e estufas por acreditarem serem benéficos para a saúde”.

Na Idade Média, na Europa, os chamados jardins restauradores surgiram dentro dos mosteiros, quando os primeiros hospitais do mundo ocidental eram enfermarias em comunidades monásticas nas quais as plantas medicinais e orações constituíam o foco de cura. Os jardins eram situados nos pátios internos como uma espécie de jardim privativo, que os pacientes podiam admirar das janelas dos quartos ou passear pelos seus espaços, o que resultava numa convalescença mais rápida e eficaz.

No final do século XVIII os hospitais começaram a se transformar arquitetonicamente incluindo a criação de áreas verdes dentro do projeto, com o intuito de tornar o espaço mais eficaz ao tratamento, transformando-o em um lugar não só de internação de pacientes e de doentes, mas, também, se tornando em agente terapêutico no processo de cura.

Contextualização e identificação dos benefícios e tipologias do jardim terapêutico

A partir da década de 90, começaram a valorizar a necessidade emocional dos pacientes com ênfase na redução do estresse e no aumento do bem-estar humano, com base em estudos científicos sobre os efeitos restauradores promovidos pelo contato com a natureza (ULRICH, 1999).

Programas de terapia de horticultura foram propostos para doentes mentais que adquiriram a doença durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (LOUV, 2005).

Os jardins terapêuticos parecem assegurar aos seus usuários um local onde experimentam uma sensação de bem-estar, na medida em que estimulam a sociabilidade e promovem oportunidades de relaxamento que auxiliam na restauração do corpo e da mente (CONSTANTINO, 2004).

Por meio de estudos científicos realizados por Kaplan (2001), observou-se que locais providos de vegetação exercem influências positivas sobre o homem como, por exemplo, o aumento do bem-estar advindo da visão, que se tem através da janela de uma residência. Zeisel (2007) relata em seus estudos a redução do estresse em pessoas que entram em contato com a natureza nos ambientes de trabalho. Foster e Hilldeson (2004), evidenciam respostas positivas humanas em relação ao contato com a vegetação e as paisagens naturais nos aglomerados urbanos e escolas, reconhecendo a influência saudável das plantas, cujo efeito é de suma importância para o homem. Estudos realizados na universidade de Massachussets comprovam benefícios proporcionados aos usuários através de áreas verdes e jardins em unidades hospitalares, atuando na recuperação de pacientes por promover a redução de estresse, ansiedade e depressão, diminuindo, inclusive, a quantidade de medicamentos utilizados (ULRICH, 1984).

O processo da biofilia descrito por Edward Osborne Wilson (Wilson,1984) relata uma tendência natural do ser humano de voltar a atenção às coisas vivas, a retomar e sentir a necessidade de estar próximo da fauna e flora, considerando que fazemos parte dela.

A dimensão terapêutica de uma paisagem não se limita a uma atitude meramente contemplativa do paciente e, pressupõe um convívio interativo quando o usuário pode observar o crescimento das plantas e o seu comportamento. Ambientes contendo vegetação, especialmente se providos de elementos arbóreos, proporcionam uma atmosfera saudável com alto nível de oxigênio, ou seja, ar mais puro, graças à eliminação da poluição pelas folhas, além do frescor proporcionado pela evaporação e transpiração das plantas (HAVEN, 1971).

A redução da temperatura proporcionada pelas plantas reflete uma reação fisiológica e psicológica do corpo humano, promovendo sua recuperação devido às qualidades terapêuticas da natureza (RAVEN, 1971). Portanto, o paisagismo é uma excelente ferramenta para a melhoria das condições climáticas e aumento do conforto humano em hospitais, escolas e outras edificações.

Vasconcelos (2004) constatou que os estímulos sensoriais promovidos pelo jardim, através do olfato, gustação, tato e visão, estão diretamente ligados ao bem-estar e conforto psicológico. Os pacientes e funcionários do hospital em que existe contato com a área externa jardinada, tiveram uma redução do estresse e uma recuperação mais rápida.

Mesmo sem consciência, as pessoas percebem os estímulos do meio ambiente, sendo que cada um responde de uma forma específica conforme a cultura (ULRICH, 1991, 1979). Assim, ainda que o usuário do jardim terapêutico não perceba o benefício desse ambiente, é certo que sofre as ações e os estímulos diretos proporcionados pelo meio vegetal.

De acordo com Sandra Costa (2009), os benefícios do jardim terapêutico podem ser divididos em cognitivos, psicológicos, físicos e sociais. Os benefícios se diferenciam nas tipologia do jardim, divididas em: jardim sensorial, jardim educativo ou interativo, jardim contemplativo e o jardim de caráter social e a jardinagem.

“Jardins de cura” (healing gardens)

Os “jardins de cura” (healing gardens) foram projetados observando seu poder restaurador da natureza. Ao exercerem uma função terapêutica, reduzindo o estresse, auxiliam no tratamento e na recuperação dos pacientes, diminuindo consideravelmente a quantidade de medicamentos consumidos. Assim, Ulrich (1984) propõe, em sua teoria sobre design de jardins (Theory of Supportive Garden Design, 1997), que espaços dessa natureza devem atuar de forma a promover autonomia de uso, incentivando o convívio social, oferecendo oportunidade para movimentos físicos e proporcionando o acesso às distrações na observação da natureza.

Na obra intitulada “Healing Gardens – therapeutic benefits and design recommendations” de Marcus e Barnes (1999), são apresentadas algumas recomendações gerais para a implantação de um jardim terapêutico, como a acessibilidade, segurança, visibilidade, plantas sem espinhos e não tóxicas, mobiliário e iluminação.

Aspectos químicos e biológicos dos jardins

As áreas verdes em hospitais também têm um papel muito importante na absorção dos compostos orgânicos voláteis (COVs), que são alguns gases que estão presentes na atmosfera e são eliminados por diferentes substâncias. Os COVs abrangem hidrocarbonetos saturados e insaturados (alcanos e alcenos) e hidrocarbonetos oxigenados, como ácidos carboxílicos, aldeídos, cetonas, éteres, ésteres e álcoois. Os COVs também são classificados como sendo qualquer composto de carbono que participa das reações fotoquímicas que ocorrem na atmosfera, com exceção do monóxido de carbono e do dióxido de carbono (MARTINS, 2004).

Outro fator é a existência da bactéria *Mycobacterium vaccae*, que está presente no solo e nos jardins, é uma espécie não patogênica que estimula os neurônios aumentando os níveis de serotonina, conseqüentemente diminuindo os níveis de ansiedade. Essa bactéria quando ingerida ou respirada pelas pessoas que entram em contato com a natureza e com o jardim, possui propriedades antidepressivas. Sua descoberta foi apresentada no 110º Encontro Geral da Sociedade Americana de Microbiologia (ASM, 2010), realizado em San Diego, nos Estados Unidos.

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Desta forma como resultado se pode afirmar que foi possível identificar, classificar e caracterizar as tipologias dos jardins hospitalares, conhecendo suas características principais e os benefícios do jardim terapêutico.

Partindo do conceito da biofilia, pode-se afirmar que o ser humano se sente bem ao estar em contato com a natureza e se beneficia dessa sensação ou estímulo, conscientemente ou não. Dessa forma, pode-se considerar que todo jardim exerce efeito terapêutico.

De acordo as bibliografias pesquisadas, foram classificadas algumas tipologias de jardim terapêutico, que estimulam benefícios distintos que podem ser classificados em cognitivos, psicológicos, físicos e sociais. Da mesma forma as tipologias podem ser divididas

em jardim sensorial, jardim educativo ou interativo, jardim contemplativo e o jardim de caráter social.

Parece evidente que no final deste estudo será possível entender e descrever as tipologias e os benefícios dos jardins terapêuticos mais detalhadamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSTANTINO, N. R. T. Novas funções do paisagismo: Jardins terapêuticos, paisagem em debate, encarte 1: In: ENEPEA ENCONTRO NACIONAL DO ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE AQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 7., 2004. Belo Horizonte. Anais...Belo Horizonte, 2004. 11p.

COSTA, Sandra – O jardim como espaço terapêutico. Tese de Mestrado em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano apresentada à Faculdade de Engenharia / Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto. Porto: 2009.

FOSTER, C. ; HILLDSON, M. Changing the environmental to promote health-enhancing physical activity. *Jornal Sports Science*, Oxford, v.22, n.8, p.755-769, 2004.

HAVEN, P. H. *Biologia Vegetal* ed.6, New York, 1971. 894p.

KAPLAN, R. The Nature View from Home: Psychological Benefits. *Environmental na Behaviour*, Ann Arbor, v.33, p.507-541, 2001. Disponível em: <http://www.sagepublications.com>

LOUV, R. *Last child in de woods-saving our children from nature-deficit disorder*, North Caroline: Ed.Algonquin Books of Chapel Hill, 2005. 390p.

MARCUS, C. C. ; BARNES, M. *Gardens in healthcare facilities: uses, therapeutic benefits and design recommendations*. Martinez: The Center for Health Design, 1999, 624p.

MARTINS, D.O. *Estudo do controle de emissões de compostos orgânicos voláteis em tanques de armazenamento de produtos químicos*. 2004. 162f. Dissertação (Gerenciamento e Tecnologias Ambientais no Processamento Industrial) – Departamento de Engenharia Ambiental, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2004.

PERÉN, J. I.; CARAM, R. M. *Interação da Ventilação Natural, Mecânica e Climatização: Estudo do Hospital Sarah Kubitschek Fortaleza, do arquiteto João Filgueiras Lima, Lelé*. In: ENCONTRO NACIONAL; LATINO AMERICANO DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 5., (ENCAC), 9., 2007. Ouro Preto. Anais... Ouro Preto, 2007. 10p.

ULRICH, R. S.; SIMONS, R. F.; LOSITO, B. D.; FIORITO, E.; MILES, M. A.; ZELSON, M. Stress recovery during exposure to nature and urban environments. *Journal of Environmental Psychology*, Texas, v.11, p.201-230, 1991.

ULRICH, R. S. View through a window may influence recovery from surgery. *Science*, Washington, v.224, p.420-421, 1984. www.sciencemag.org

ULRICH, R. S. Effects of gardens on health outcomes: Theory and research. In: COOPER – MARCUS, C.; BARNES, M. (Ed.). *Healing gardens: therapeutic benefits and design recommendations*. New York: John Wiley, 199. P.27-86.

VASCONCELOS, R. T. B. Humanização de ambientes hospitalares: Características arquitetônicas responsáveis pela integração interior/exterior. 177p. 2004. Dissertação (Mestrado apresentada ao programa de Pós – graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

WILSON, E. O. *Biophilia, the human Bond with other species*. Havard, 1984.

ZEISEL, J. Healing gardens for people living with Alzheimer's, In: THOMPSON, C. W.; TRAVLOU, P. (Ed.) *OPEN SPACE – People Space*. New York: Taylor and Francis, 2007. P.137-150.

PATRIMÔNIO RELIGIOSO E PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL IMPÉRIO: a interface entre propriedade fundiária e a formação do território e do tecido urbano nas cidades paulistas, 1822-1900.

LINHA DE PESQUISA: Teoria, história e crítica em Arquitetura e Urbanismo

Rafael Augusto S. Ferreira

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Renata Baesso Pereira

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

O presente texto demonstra a investigação em andamento, inserida no âmbito de uma pesquisa de doutorado, que tem por objetivo estudar os aspectos fundiários da formação da rede e do tecido urbano dos municípios paulistas durante o Império, a partir da relação entre a Igreja Católica e o Governo na ocupação do interior da Província de São Paulo. A pesquisa adota como eixo central a propriedade fundiária dos patrimônios religiosos enquanto o meio pelo qual as elites agrárias e a Igreja Católica viabilizaram um projeto de ocupação territorial.

O objetivo do presente texto é trabalhar questões metodológicas e apresentar algumas das fontes primárias para o estudo da formação do território e dos municípios paulistas, durante o Império do Brasil, e que demonstram essa relação entre o poder civil e eclesiástico no controle do território e dos espaços urbanos. Trabalha com métodos qualitativos próprios da micro história, quando identifica os agentes modeladores da forma urbana e, buscando realizar uma história regional – que valoriza as dinâmicas particulares e singularidades locais – não abre mão dos métodos da Geo-história braudeliana, operando ferramentas como a “longa duração” (BRAUDEL, 2009), o jogo de escalas (territorial e intraurbana) e a construção de espacializações conjecturais, unindo tempo e espaço.

A pesquisa, em desenvolvimento, pretende contribuir com a historiografia do período Imperial e avançar no entendimento da relação entre o Governo e a Igreja Católica na ocupação do território e na formação dos espaços urbanos. Esse ensaio limita-se a expor

métodos e discutir relações entre algumas das fontes primárias adotadas na pesquisa, construindo questões e hipóteses.

ESTRUTURA DA PESQUISA

A estrutura da tese busca relacionar duas escalas e temporalidades distintas: uma, correspondente ao território e à “longa duração” dos processos históricos e, a outra, correspondente à micro história, de curta duração, da escala intraurbana. A primeira parte da tese estuda o processo de formação do território paulista no recorte de estudo: a região de fronteira entre São Paulo e Minas Gerais, no nordeste paulista. Aborda, também, a formação da propriedade privada no Império com a Lei de Terras de 1850, buscando definir as bases jurídicas, no século XIX, da existência dos patrimônios religiosos; a estrutura administrativa Imperial na sua interdependência com a eclesiástica, colocando luz sobre os agentes sociais de ambos os poderes. Já a segunda parte da tese, focada na escala intraurbana, busca demonstrar os conflitos, atores e discursos envolvidos na produção e controle dos espaços urbanos, por meio da espacialização das fontes e da análise da dimensão fundiária desse processo. Na articulação das duas partes, utiliza-se de métodos da Geografia histórica, a partir, por exemplo, da obra de Maurício de Abreu (2010). Esse autor, estuda os “processos sociais de apropriação e de construção do lugar”¹, do território do Rio de Janeiro, identificando seus principais agentes. O que o autor pretende, em última instância, é integrar processo social e forma espacial.

A pesquisa trabalha com métodos da História Social, como análise em escalas e temporalidades distintas. Dessa forma, as duas partes da tese se entrecruzam, na medida em que algumas das questões tratadas na primeira parte reaparecem na segunda, sob pontos de vista analíticos diferentes. Fonseca (2011) também lembra que a mudança na escala implica, quase sempre, em uma mudança no objeto e na problemática. A urbanização, reconhece a autora, “é um fenômeno que se produz em diversos níveis: ao mudarmos a distância focal, o objetivo não é ‘ampliar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, mas modificar a sua forma e sua trama’”². Dessa forma, reunir métodos da Geografia Histórica e da História Social (que, aliás, nascem ambas de uma mesma matriz teórica) é o mais adequado para desvelar a complexidade do processo de urbanização. Além disso, a justaposição entre o poder religioso e o civil irá aparecer em diversos momentos nos capítulos e, como pretende-se demonstrar por meio de um estudo de caso no presente texto, com implicações na formação espacial dos municípios.

¹ ABREU, 2010, vol. 1, p. 19

² FONSECA, 2011, p. 42.

METODOLOGIAS E FONTES DE PESQUISA

A metodologia da presente investigação consiste na pesquisa em fontes primárias (textuais e cartográficas), produzidas pelo governo civil (Província de São Paulo) e eclesiástico (Bispado de São Paulo) com a espacialização dos dados em escalas distintas (territorial e intraurbana) e diálogo com o referencial bibliográfico adotado. Busca-se elucidar os procedimentos de elevação dos status urbanos (patrimônio, capela, freguesia, distrito, vila e município) de cada núcleo urbano da rede, identificando agentes sociais e processos. A pesquisa parte dos patrimônios religiosos doados e, utilizando de documentos eclesiásticos³, constrói uma cronologia que relaciona doações de patrimônios, provimentos de capelas curadas, freguesias e instituições canônicas de paróquias. As fontes textuais civis⁴ da Assembleia Legislativa de São Paulo, demonstram os procedimentos de criação de freguesias e vilas, delimitação de seus termos, transferências entre termos de vilas e os agentes envolvidos em cada petição, podendo mesmo analisar suas justificativas e discursos.

Com isso, a pesquisa busca analisar a relação entre o Governo Imperial e a Igreja Católica na produção e controle da rede e dos espaços urbanos. Utiliza-se de um estudo de caso, uma rede urbana paulista na região de fronteira entre São Paulo e Minas Gerais, estudada no período entre 1822-1900. Até o presente momento, o recorte espacial engloba os seguintes núcleos urbanos: Caconde, Casa Branca, Mococa, São José do Rio Pardo, Divinolândia, São João da Boa Vista, Tapiratiba, Itobi, Vargem Grande do Sul e São Sebastião da Gramma. Outros dois núcleos mineiros fazem parte de nosso estudo: Guaxupé e Guaranésia, pois ambos foram administrados, eclesiasticamente, pelo Bispado de São Paulo e, sendo localizados na região de fronteira entre Minas Gerais e São Paulo, tem uma relação direta com a rede urbana paulista estudada. A presente pesquisa também trabalha com questões da morfologia urbana: ao relacionar processo social e forma espacial, objetiva compreender de que forma esta última pode ser entendida como a espacialização da primeira. Estudando o tecido urbano dos municípios, busca-se identificar diferentes tipologias de núcleos urbanos.

³ Livros de Provisões e Autos de ereções de patrimônios e capelas do Bispado de São Paulo, arquivados na Cúria Metropolitana de São Paulo.

⁴ Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP).

As fontes primárias utilizadas são: 1) Maços de População⁵; 2) Registros Paroquiais de Terras⁶; 3) Cartografia histórica⁷; 4) Livros de registros das paróquias⁸; 5) Documentos da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo⁹; 5) Almanques da Província de São Paulo; 6) Documentos das Paróquias¹⁰ e 7) Inventários e documentos judiciais¹¹.

O caso do Patrimônio do Divino Espírito Santo do Rio do Peixe (1844)

O atual município de Divinolândia-SP foi fundado nas primeiras décadas do século XIX, a partir de um patrimônio religioso doado em 1834, nas terras da Fazenda do Rio do Peixe tendo como orago o Divino Espírito Santo. A autorização para edificar uma capela veio por Provisão em 1844. A povoação formada no bairro rural do Rio do Peixe, no patrimônio doado, foi elevada ao status de capela curada em 1855.

A documentação produzida pelo governo civil (Juízo da Comarca) traz consigo a relação íntima com o poder religioso e apresenta conflitos, até certo ponto previsíveis. Ghirardello (2010) lembra que a administração dos bens religiosos e dos patrimônios necessitava de um arcabouço legislativo ligado à esfera temporal¹². Um exemplo disso é o documento de posse judicial do patrimônio do Espírito Santo do Rio do Peixe¹³ (atual Divinolândia-SP), elaborado em 1844 quando, a pedido do fabriqueiro da mesma capela¹⁴, Vicente Ferreira Pinto, requereu-se a posse judicial do terreno de dezesseis alqueires doados por **Pedro Martins do Amaral** e sua mulher **Maria Theresa de Jesus** em 1834 para o Divino Espírito Santo do Rio do Peixe. A sentença foi dada favorável ao fabriqueiro, no “arraial do

⁵ Os Maços de população foram recenseamentos elaborados em São Paulo entre 1765 e 1850, e trazem dados da população, como nomes, idades, estado civil, origem, número de escravos, profissão, além da produção agrícola.

⁶ Os Registros Paroquiais de Terras foram elaborados em decorrência da Lei de Terras de 1850, e recensearam todas as freguesias no Império em 1854 e 1856.

⁷ Conjunto das cartas e mapas da Província de São Paulo, no recorte 1822-1900, além de séries cartográficas dos municípios que compõem a rede urbana.

⁸ Registros de batismo, casamento e óbito das paróquias de estudo.

⁹ Compõe-se de ofícios e pedidos de criação de freguesias e vilas, leis e projetos de delimitação de territórios das mesmas.

¹⁰ Arquivados na Cúria Metropolitana de São Paulo, no fundo “Pastas Paroquiais”. São documentos textuais diversos, desde ofícios, cartas, documentos das paróquias, provimentos, listagens de moradores, entre outros.

¹¹ Produzidos pelas Comarcas Cíveis, no caso do presente estudo, da Comarca de Casa Branca, que guarda documentação da região de estudo.

¹² GHIRARDELLO, 2010, p. 17.

¹³ “Autos Sumários de Posse Judicial de Terreno Doado para o Patrimônio da Nova Capella da Colocação do Divino Espírito Santo do Rio do Peixe, pertencente a Freguesia de Caconde deste termo da vila de Casa Branca” (Arquivo Público de Casa Branca, 1844, fl. 1).

¹⁴ O fabriqueiro, figura leiga ligada à administração dos bens eclesiais de cada paróquia, era responsável, entre outras atividades, pelo aforamento de datas de terras dos patrimônios e administração dos bens móveis e imóveis das paróquias e curatos.

Espírito Santo do Rio do Peixe” em 11 de março de 1845, data em que o mesmo fabriqueiro toma posse do patrimônio.

Os autos sumários descrevem o terreno como um “terreiro que consta de dezesseis alqueires de planta de milho”¹⁵, que foi tomado posse perante o juiz municipal, testemunhas e o fabriqueiro na seguinte forma: “lançando terra ao ar e praticando todos os mais actos possessórios”¹⁶. Nuances como estas, reveladas pelo documento judicial, permitem avançar em relação a pesquisas como a de Ghirardello (2010) sobre o papel dos patrimônios religiosos. Questões sobre a necessidade da posse judicial civil sobre os patrimônios ainda carecem de detalhadas análises, discussão com a qual a presente pesquisa busca contribuir.

Essas fontes permitem identificar vários agentes sociais: Juízes Municipais, fabriqueiros, fazendeiros e proprietários de terras. Outra fonte primária utilizada é o Registro Paroquial de Terras de Caconde (1854-1856). Através dessa fonte, foi possível identificar, nos lançamentos de número 5 e 16, de janeiro de 1854, a Fazenda Ribeirão do São Domingos e Rio do Peixe, pertencente a Antônio Cardozo de Sillos, “herança de sua mãe materna Maria Theresa de Jesus” (APESP, 1856, nº 5 e 16), ou seja, a doadora do patrimônio em 1834. Vinte e dois anos depois da doação, os herdeiros residiam nessa fazenda que circundava o patrimônio doado à capela do Divino Espírito Santo do Rio do Peixe.

CONCLUSÃO

No presente ensaio busca-se demonstrar os métodos, fontes primárias e questões centrais da investigação de doutorado em andamento sobre a formação da rede urbana e do tecido urbano de municípios durante o Império. Através de um documento primário, produzido pelo Juízo da Vila de Casa Branca, pode-se identificar a relação entre o poder civil e o eclesiástico no controle da propriedade fundiária dos patrimônios religiosos, um dos temas centrais da investigação de doutorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700). Rio de Janeiro: Andrea Jacobson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, 2v.

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Registro Paroquial de Terras da Freguesia de Caconde. 1856. Microfilme Rolo RT06, nº de ordem 17.04.038.

¹⁵ **Autos Sumários**... op. cit. , fl.7v.

¹⁶ Idem, fl. 8.

BRAUDEL, F. Escritos sobre a história. 2. ed. São Paulo-SP: Perspectiva, 2009.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas. Tradução de Juliana Gambogi Teixeira – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GHIRARDELLO, N. A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850-1900). São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

O PAPEL DA PAROCHIA NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DE BRAGANÇA PAULISTA.

LINHA DE PESQUISA: Teoria, história e crítica em Arquitetura e Urbanismo

Carolina Gonçalves Nunes

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Ivone Salgado

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

Os esforços da Igreja e Coroa sempre foram unidos e com o objetivo de administrar e organizar o território no Brasil Colonial. Com a chegada do Império (1822), houve alterações nessas relações entre poder civil e poder religioso. O estudo de caso da formação territorial da cidade de Bragança Paulista permite compreender melhor essa nova relação entre Igreja Católica e poder civil na consolidação do território.

É possível compreender que o formato de construção, ocupação e administração das paróquias que foram surgindo no território da região de Bragantina foi se moldando conforme o mesmo ia sendo ocupado. Ao longo do tempo, a área administrada pela Igreja Católica na Região da atual cidade de Bragança Paulista foi sendo dividida. No território que primeiramente era responsabilidade do Bispo, dentro de um bispado ou diocese delimitada, com somente uma Igreja (catedral), posteriormente foram implantados templos (capelas, igrejas) visitados por sacerdotes de tempos em tempos, em alguns casos, em outros, o pároco era fixo (capelas curadas). No entanto, esses templos tinham como sede principal no bispado, a Igreja Catedral com a pia batismal e jurisdição de um pároco. Do ponto de vista eclesiástico o território se dividia em paróquias (freguesias), podendo ser encontradas em cada freguesia diversas capelas, além da Igreja Matriz. Essas freguesias, para além da função de auxílio religioso, desempenhavam funções civis, elas eram responsáveis em registrar e arquivar os documentos relativos a casamento, nascimento e óbitos ocorridos dentro do termo de determinada freguesia.

Posteriormente com o aumento das igrejas rurais, a Igreja alterou a estratégia, criando uma paróquia com território delimitado, (termo) e pároco responsável pela jurisdição local da paróquia. Do ponto de vista civil, muitas vezes o território da paróquia correspondia aproximadamente ao território de uma freguesia, mas poderia corresponder também ao

território de uma vila, assim como poderia ter, e ainda hoje tem, delimitações territoriais distintas. Na análise da formação territorial, decorre certa complexidade ao falarmos de determinada freguesia, como a de Bragança Paulista por exemplo, pois é preciso esclarecer se estamos tratando da freguesia eclesiástica (paróquia) ou da freguesia civil.

A análise da Freguesia eclesiástica de Bragança Paulista

O livro do Cônego José de Aguirre, que foi vigário¹ de Bragança de 1911 a 1924, foi escrito em 1919, e nos permite uma compreensão sobre a formação da freguesia eclesiástica de Bragança Paulista. O livro descreve o surgimento do povoado de Conceição do Jaguari, origem da atual cidade de Bragança Paulista, nosso objeto de estudo. Contudo, a busca até então estava voltada para as questões civis, no formato de ocupação do território do século XVIII onde Coroa e Igreja eram parceiras, a metodologia atual da pesquisa é buscar nas fontes primárias a atuação e força da igreja católica na ocupação desse território. Portanto, deixou de ter o foco unicamente para as documentações desenvolvidas pela Coroa e abriu espaço para a busca de documentos elaborados pela Igreja Católica nos séculos XVIII e XIX.

Temas como a divisão territorial eclesiástica de Bragança em 1919 com suas Capelas Filiais, além de outras informações como: deveres dos paroquianos, regras da paróquia de Bragança, quais as instituições católicas em funcionamento no povoado, dias santos, normas do sacristão, são apresentados pelo autor José de Aguirre e esclarece a importância da Igreja na ocupação do território, o quanto a Igreja Católica esteve engajada em dar assistência religiosa aos fiéis mais distantes tornando possível fazer uma análise do quanto esse engajamento interferiu na formação do território da atual cidade de Bragança Paulista, esclarecendo também a nova relação da Igreja Católica com o Império (1822) e a República (1889).

Segundo José Aguirre, *Paróquia* é um direito canônico², é o território sobre o qual se estende uma jurisdição³, a jurisdição do pároco⁴. Entende-se, portanto que o pároco é a pessoa responsável em cumprir regras e leis determinada pela Igreja Católica, e a paróquia possui um território delimitado, que também era chamado de “termo” da paróquia.

José de Aguirre esclarece que: (texto original)

Com a propagação da fé, foram-se formando núcleos numerosos de fiéis nas grandes cidades e nas aldeias. Dahi, a necessidade de se construírem templos para comodidade desses fiéis, que nem sempre podiam recorrer facilmente ao Bispo, devido á distancia que os separava da sede diocesana. Nas igrejas ruraes, porém, forçoso foi confiar-se a sacerdotes determinados a sua administração, marcando-lhes um território ou comarca, para o

¹ Religioso que, investido dos poderes de outro, exerce em seu nome suas funções.

² É o que está de acordo com os cânones, com as regras eclesiásticas, os dogmas da Igreja.

³ Poder de um órgão, decorrente de sua soberania, para editar leis e ministrar a justiça; poder legal, no qual são investidos certos órgãos e pessoas, de aplicar o direito nos casos concretos.

⁴ Padre responsável por uma paróquia: vigário, padre-cura.

exercício da sua jurisdição. Esse território ou comarca é o que chamamos paróquia. (AGUIRRE; 1919, pg 7 e 8).

Vale enfatizar que, segundo José de Aguirre, as mudanças se deram num processo lento, pois a formação das primeiras paróquias ocorreu no final do século IV na Itália, logo para a colonização e formação do território do Brasil essa prática já havia se mostrado eficiente.

Sobre construção e uma Igreja Matriz o autor destaca a participação dos paroquianos no fornecimento de recursos: (texto original)

A igreja matriz deve ser o expoente da fé e da piedade dos paroquianos. Todas as funções religiosas da matriz devem ser bastante concorridas e revestir-se de grande pompa A matriz deve estar sempre provida de tudo quanto ha de melhor para **o esplendor do culto; mas para isso deve dispor de recursos fornecidos pelos paroquianos e pelo parócho.** (AGUIRRE; 1919, pg 9). Grifo nosso.

Fica evidenciada a relação financeira da igreja com seus fiéis expondo a necessidade e obrigação dos destes custearem as despesas da igreja.

No entanto, a obra de 1919 revela relações existentes da Igreja com capelas espalhadas no território, no caso de Bragança são 52 capelas filiais que foram listadas pelo autor. Essas capelas se diferenciam entre pública, para o caso em que o patrimônio é doado para a Igreja, semi-públicas para o caso do patrimônio não ter sido doado mas a capela ter permissão para receber um pároco para rezar missas e se encontra com fácil/livre acesso para os fiéis. Finalmente, a capela privada, essas na maioria dos casos estavam dentro das fazendas, e também tinham permissão para receber um pároco para rezar missas.

Vale, portanto, destacar que os motivos para o surgimento das capelas no território rural podiam variar como esclarece Cláudia Damasceno Fonseca, haviam alguns diferentes motivos envolvidos na construção de capelas rurais, que em sua maioria estavam dentro de uma fazenda no século XVIII. Esses motivos podiam ser interesse de um pároco em busca de fieis, interesse de um fazendeiro em busca de novos mercados consumidores, ou até mesmo na estratégia de valorizar suas terras e também o mais conhecido, para levar a palavra de Deus para os moradores distantes da Igreja Matriz. (FONSECA, 2013, p. 82 a 84)

A obra do Cônego José de Aguirre também revela a questão conflituosa sobre a divisa eclesiástica, que para o caso da Paróquia de Bragança foi fruto de um decreto do dia 6 de julho de 1913, assinado por D. Duarte Leopoldo Silva, que solicitava aproximar o quanto possível das divisas civis, que nessa data ainda não estava definida, o autor descreve os limites geográficos com riqueza de detalhes, como é observado na citação seguinte.

Bragança. Com Itatiba: Do rio Atibaia, no ponto em que faz barra com o ribeirão de Tijuco Preto, também chamado Fazenda Velha, onde terminam as divisas com Campo Largo, sobem o Fazenda Velha até o ponto em que para elle afflúe o córrego que vem da Fazenda do Barreiro; sobem por esse

córrego, a rumo, ao rio Jaguary, na barra do ribeirão que passa na fazenda de Manoel Ferraz. (AGUIRRE; 1919, pg 15 e 16)

É possível notar que apesar do autor relatar a necessidade de aproximar as divisas eclesiásticas com as civis, a documentação primária desenvolvida pela Igreja Católica apresenta-se com muito mais precisão que os levantamentos até hoje por nós encontrados sobre as delimitações do poder civil. O mapa que se refere à delimitação territorial da Paróquia Eclesiástica de Bragança Paulista, datado de 1911, e que hoje se encontra na Cúria Metropolitana de São Paulo, apresenta uma “mancha” no que refere-se ao território da paróquia de Bragança. Esse mapa da figura 1 possui as informações compatíveis às apresentadas pelo Cônego Aguirre em 1919.

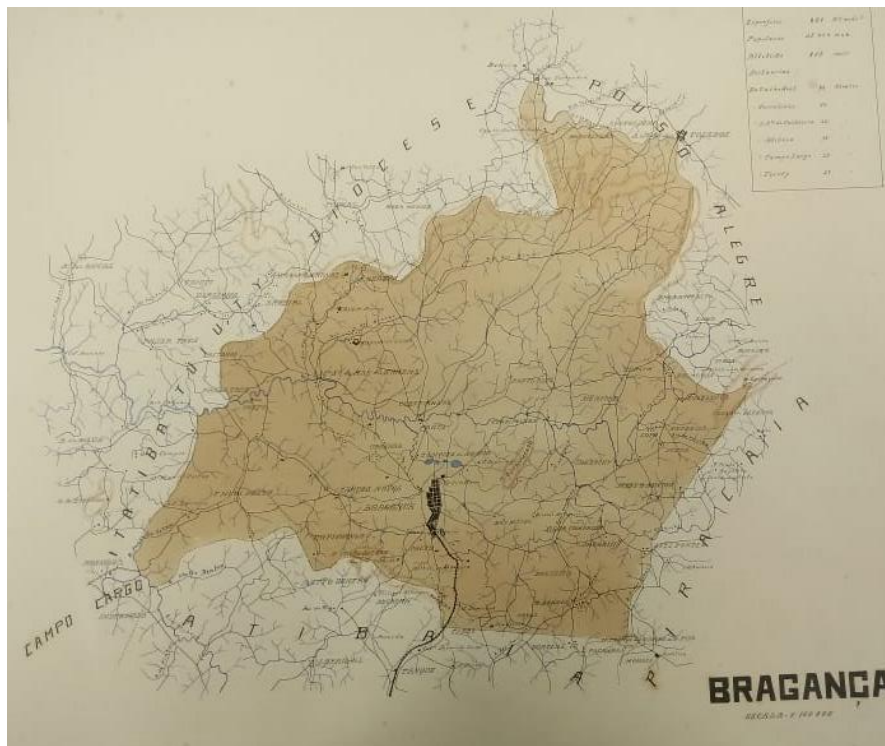


Figura 1: “Mapa do território de Bragança, 1911. Fonte: Mappas das Parochias de São Paulo, 1911, Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

No livro. O autor apresenta de forma mais amadora, um desenho da contextualização do espaço do território da paróquia de Bragança, apresentando o traçado urbano, a linha férrea, o Rio Jaguari, nomes e localização de bairros rurais como mostra na figura 2.

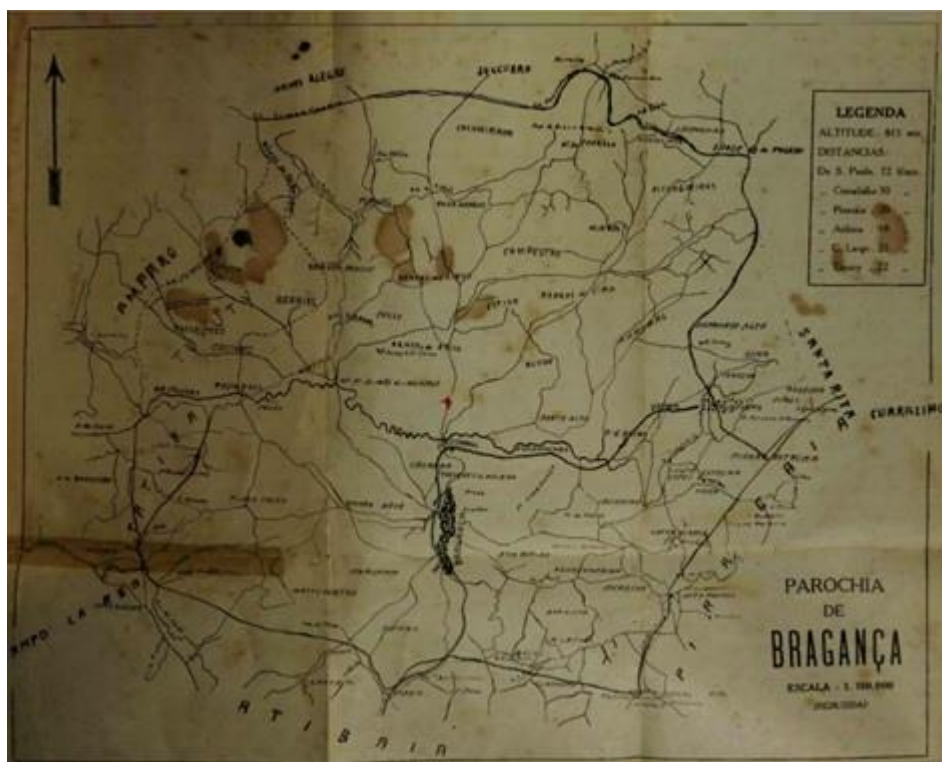


Figura 2: Mapa apresentado no livro “A Paróquia” autor Cônego José de Aguirre, 1919 onde mostra bairros rurais que fazem parte da Paróquia de Bragança.

CONCLUSÃO

A Igreja Católica, mesmo com sua aliança desfeita com a Coroa, em tempos de república não deixou de participar ativamente na ocupação do território da região bragantina, apresentando uma grande precisão e rigidez na produção de fontes documentais referentes ao início do século XX.

A análise dos documentos eclesiásticos do século XIV tem reforçado a ideia que o poder e influência da Igreja Católica continuam sendo importante e fundamental na ocupação do território após o período colonial, na formação social, econômica e transformações do espaço urbano bragantino, como mostra o livro do Cônego José de Aguirre que descreve a atuação da Igreja Católica no espaço urbano e rural, com o cuidado em entender e delimitar o território e principalmente em articular socialmente formas de sanar necessidades e problemas da paróquia apontados nas visitas pastorais.

Podendo portanto, até o momento, entender uma relação independente entre Igreja Católica, sociedade e crescimento urbano, da qual o governo não interferia. Além disso, o arquivo eclesiástico é uma documentação rica, elaborada com rigor e muitas vezes em bom estado de conservação, oferecendo a oportunidade de novos horizontes para a presente pesquisa.

Com o avanço da pesquisa, vamos buscar entender e analisar os caminhos rurais em que as 52 capelas filiais citadas pelo Cônego José de Aguirre foram construídas, qual sua relação social (pública, semi-pública e particular) apresentando assim a hipótese de que a Igreja Católica, mesmo que com a aliança com a Coroa desfeita tinha uma forte estratégia e atuação no crescimento de algumas cidades, influenciando agentes políticos, sociais e econômicos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGUIRRE, JOSÉ DE. *A Parochia*. Ed. I, São Paulo, 1919.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO, *Mappas das Parochias de São Paulo*, 1911.

FONSECA, Claudia Damasceno, *Arraiais e Villas d'el Rei. Espaço e poder nas Minas setentistas*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2011.

A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NA FAVELA OBJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Taisa Cintra Dosso

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Jonathas Magalhães Pereira da Silva

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca contribuir para o debate referente à transformação da paisagem em favelas que ocorreram processos de regularização fundiária. A paisagem, como produto e processo de ocupação do território, revela os conflitos sociais do espaço. A política se manifesta na paisagem. Quando ocorre a política pública de regularização fundiária, a paisagem reflete essa nova forma de ocupação do território, transformando-se em seus aspectos morfológicos.

Paisagem transformada: produto e processo de ocupação de território

O conceito de paisagem foi mudando ao longo do tempo. Jean-Marc Besse (2014), em seu livro “**Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**”, busca contribuir para essa perspectiva de transformação da paisagem.

Através da análise de textos que compreendem a paisagem desde a experiência de Petrarca de sua ascensão ao monte Ventoux, ou seja, a paisagem como algo que conduz, antes de tudo, à experiência de uma alteridade interior (BESSE, 2014, p 6), passando pela paisagem italiana na viagem de Goethe, que ao contrário, entende que a harmonia do mundo como paisagem desperta no sujeito a harmonia de suas faculdades internas (BESSE, 2014, 47), além de outras experiências como Brueghel, Alexander Von Humboldt, La Blache, Éric Dardel e Péguy, o livro evidencia a mutação conceitual de paisagem no tempo.

Um aspecto que merece ser destacado refere-se à concepção de paisagem segundo a geografia fenomenológica de Eric Dardel. A partir de Dardel, Besse aponta que

Antes então de qualquer experiência visual, antes de qualquer espetáculo, e dando ao espetáculo sua verdadeira dimensão, a paisagem é expressão, e, mais precisamente, expressão da existência. Ela é portadora de um sentido, porque ela é a marca espacial do encontro entre a Terra e o projeto humano. A paisagem é essencialmente mais *mundo* do que *natureza*, ela é o mundo humano, a *cultura* como encontro da liberdade humana com o lugar de seu desenvolvimento: a Terra. (BESSE, 2014, p. 92).

Neste contexto, a paisagem “permite manter uma relação viva entre o homem e a natureza que o envolve imediatamente. A paisagem desempenha o papel da “mediação”, que permite à natureza subsistir como mundo para o homem” (BESSE, 2014, p. 82).

E sendo a ética uma maneira de tornar o mundo habitável, a geografia fenomenológica, segundo Dardel, que se coloca nesta perspectiva da “habitabilidade” do mundo, contribui para esta destinação ética do agir humano sobre a Terra.” (BESSE, 2014, p. 95).

É nesse contexto de Dardel que a concepção atual de paisagem repousa. Ou seja, a paisagem é a manifestação dinâmica dos processos sociais do lugar. Vai além da simples representação, externando um produto decorrente de um processo. A paisagem é produto e processo de ocupação do território. Nas favelas, como no restante da cidade, a paisagem é resultante de um pacto. O que nos interessa na análise de territórios formados sem a mediação do estado é refletir a respeito do processo e de seus pactos.

Tomando a paisagem como resultante de pactos sociais, visando enfrentamentos contraditórios de diferentes grupos sociais, a paisagem não se trata de algo estático, sendo pois processo e produto de interação entre a sociedade e o espaço físico. É a manifestação desta interação.

Como conceito dinâmico e mutável, o modo como a paisagem é descrita está intimamente relacionado ao modelo de política pública adotado. A paisagem retrata a política, sendo pois uma das formas desta se manifestar. Na paisagem urbana, das cidades, esta relação é notória, evidente. Nas favelas, territórios formados pela ausência de políticas públicas, as paisagens resultam de pactos que ora são verbais e ora são documentados em instâncias “oficializantes” do pacto, como a associação de moradores.

André-Louis Sanguin¹ apresenta o conceito de paisagem política, afirmando que este é um conceito relativamente novo na geografia cultural e na geografia política, advindo de uma noção que resulta, principalmente, dos impactos e de adoção de uma ideologia e da

¹ Citado por Adriano Santos Soares, em “A paisagem como objeto de políticas públicas – o caso das favelas cariocas”, In: Revista Geonorte, Edição Especial 3, v.7, N.1, p. 15-39, 2013, p. 20.

autoridade política sobre a paisagem. No caso das favelas a “autoridade” pode não ser o estado e sim os grupos dominantes.

Os governos ou grupos dominantes moldam a paisagem através de políticas públicas ou de práticas estabelecidas pela tradição do lugar, porém não são os únicos a intervir. Há um “contra-poder”, uma “contra-força” que também influencia na modelagem da paisagem. A paisagem política, segundo o autor, é a paisagem natural modelada por um grupo político. A política é o agente e o espaço natural é o caminho. A interação destes dois é representada pela paisagem política. (SANGUIN, 2013, p. 20).

A paisagem da cidade ou das favelas retrata pois a interação da sociedade e o suporte físico ambiental, o espaço urbano, estando portanto em constante transformação.

A transformação da paisagem na cidade ou na favela revela a profunda mudança nos costumes e hábitos nas relações espaço-tempo. A política pode contribuir para essas mudanças. A favela regularizada é refletida na paisagem em mutação, na paisagem transformada pelo processo. Sua transformação ocorre pela chegada de um agente que passa a ter atuação dominante e portanto interfere nas correlações de forças locais.

Regularização fundiária da favela

Visto a dimensão da paisagem transformada, passa-se à análise da favela objeto de regularização fundiária. O conceito de regularização fundiária que prevalece é o proposto por Betânia de Moraes Alfonsin, pois compreende o instituto em questão como um processo *interdisciplinar*, dotado de *dimensões*.

Segundo a autora, a regularização fundiária foi assumida como uma política pública embebida de um *propósito interdisciplinar* de realizar, de forma conjunta e integrada as seguintes *dimensões*: a) regularização jurídica dos lotes; b) a urbanização/reurbanização do assentamento; c) a adequação com a legislação urbanística com a mudança do regime urbanístico aplicável a área e; d) o apoio e a motivação dos moradores para a auto-organização, o associativismo e a cooperação mútua em iniciativas que impliquem a melhoria das qualidade de vida da comunidade.

Importante salientar que não se está tratando de etapas de um processo, e sim de dimensões de uma política pública que se efetiva tanto melhor quanto mais o Poder Público tiver assimilado e implementado de forma complementar as dimensões identificadas. (ALFONSIN, 2000, p. 196-197). A partir dessas constatações, Betânia de Moraes Alfonsin (2007, p. 79) propõe o conceito de regularização fundiária

Regularização fundiária é um processo conduzido em parceria pelo Poder Público e população beneficiária, envolvendo as *dimensões jurídica, urbanística e social* de uma intervenção que, prioritariamente, objetiva legalizar a permanência de moradores de áreas urbanas ocupadas irregularmente para fins de moradia e, acessoriamente, promove melhorias no ambiente urbano e na qualidade de vida do assentamento, bem como incentiva o pleno exercício da cidadania pela comunidade sujeito do projeto.

Considerando esse enfoque interdisciplinar da regularização fundiária, com as dimensões jurídica, urbanística e social, a favela é o seu objeto principal. Alex Ferreira Magalhães, em sua obra “O direito das favelas” (2013), a partir de sua experiência nas favelas cariocas, busca o diálogo entre a produção teórica e o debate público contemporâneo a respeito da configuração das favelas e das políticas urbanas e elas direcionadas.

O autor adota o conceito pluridimensional de Betânia de Moraes Alfonsin e propõe o estudo das transformações no processo de *regulação jurídica das favelas*, entendido como o conjunto de mecanismos, estatais ou não, de diversas escalas, em que articulam no sentido de definir, fixar, divulgar, legitimar, impor e modificar as normas, regras ou parâmetros que visam controlar ou reger as atividades de apropriação, uso e aproveitamento do espaço.

O Observatório de Favelas, em “O que é a favela, afinal?” (SOUZA E SILVA, 2009, p. 96-97) apresenta uma *Declaração* própria, com o objetivo de contribuir para a formulação de um conceito de favela que abrigue a complexidade e a diversidade desse território no espaço urbano contemporâneo. A favela, nesse sentido, apresenta quatro perfis: sociopolítico, socioeconômico, socio urbanístico e sociocultural.

A favela, como território com diversos perfis, se insere no *espaço* urbano contemporâneo. O conceito de espaço geográfico dado por Milton Santos (2008) como o espaço formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá, é identificado na favela.

No processo de formação da sociedade e com a ocupação dos espaços, o *território* surge através da formação socioespacial. O território é o espaço em que há uma tensão em razão da existência de relações sociais conflituosas. Já o *lugar* surge quando em determinado espaço há um valor, um significado.

No espaço, como conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2008), é possível identificar um território, quando há uma tensão em razão das relações sociais, e também um lugar, quando há um valor, um significado.

Na favela, um espaço urbano contemporâneo, é possível identificar um território, com uma tensão entre as relações sociais tanto internas, entre os moradores, como externas, entre esses e o Estado e a sociedade. É possível também identificar um lugar, em que os moradores reconhecem um valor naquele espaço, atribuindo-lhe um significado muitas vezes afetivo.

É importante aqui também trazer o conceito de *segregação social*. Segundo Flávio Villaça (1998) “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”. A existência da favela é resultado de um flagrante processo de segregação sócio espacial nas cidades.

A noção dos conceitos de *espaço, território, lugar e segregação sócio espacial* faz-se necessária para auxiliar na compreensão da transformação da paisagem na favela objeto da regularização fundiária.

Havendo um território no espaço da favela, em que há a tensão entre as relações sociais existentes, a paisagem, como produto e processo de ocupação desse território, reconhece essa tensão, essas relações em que há conflitos de interesses.

Na favela essa tensão é bastante nítida tanto no que tange aos conflitos internos, de disputa de território, com moradias muito próximas umas das outras, quanto no que tange aos conflitos externos com o Estado e a própria sociedade, quando tendo em vista a reivindicação do direito social à moradia, as ocupações ocorrem em lugares inadequados, como morros e áreas sujeitas à inundação ou próxima de áreas privilegiadas da cidade, acentuando a conflituosidade. A paisagem na favela revela esses conflitos.

Quando ocorre a política pública de regularização fundiária, os *conflitos tendem a serem repactuados, cabendo destacar que a presença do Estado o processo acaba por reconhecer aquele território explicitando direitos e deveres*. A paisagem resultante traduz essa nova forma de ocupação do território, e seus elementos morfológicos como: via, fachada, lote, quadra, etc. se transformam.

Ousa-se dizer que quando a favela é regularizada, ocorre uma alteração, ainda que tímida, da “premissa”. Ou seja, ao reconhecer a legitimidade do espaço, regularizando-o sob as dimensões jurídica, urbanística e social, o Estado repactua as relações de conflito, tanto sob o aspecto interno, entre os moradores, quanto sob o aspecto externo, com relação à sociedade. A premissa da disputa de território, embora ainda exista, é atenuada, cedendo espaço a uma premissa de maior tolerância e respeito ao direito à moradia digna de todas as pessoas.

CONCLUSÕES

A conceituação a respeito da paisagem se alterou ao longo dos séculos, mudando a forma de se ver a terra. As favelas, num espectro menor de tempo, também passam por uma ressignificação e conseqüentemente por necessitar de um novo olhar onde a regularização urbanística cumpre um papel nessa transformação.

A transformação da paisagem na favela objeto da política de regularização fundiária, como produto, ocorre quando o processo de ocupação do território é reconhecido pelo Estado, legitimando-se, e, por conseqüência, atenuando as relações de conflito deste espaço complexo e multicultural dos assentamentos informais. A favela regularizada é refletida na paisagem em mutação, na paisagem transformada pelo processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSIN, Betânia de Moraes. O significado do Estatuto da Cidade para os processos de regularização fundiária no Brasil. In: Ministério das Cidades, *Regularização fundiária plena: referenciais conceituais*. Brasília: 2007.

_____. *Da invisibilidade à regularização fundiária: a trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre - Século XX*. (Dissertação - Mestrado em Arquitetura). Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 2000).

BESSE, Jean-Marc. "Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Trad. Vladimir Bartolini. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edicoes70, 2013

FERNANDES, Edésio, ALFONSIN, Betânia. *A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

MAGALHÃES, Alex Ferreira. *O direito das favelas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008

SAULE JÚNIOR, Nelson. *A proteção jurídica da moradia nos assentamento irregulares*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.

SOARES, Adriano Santos. *A paisagem como objeto de políticas públicas – o caso das favelas cariocas*, In: Revista Geonorte, Edição Especial 3, v.7, N.1, p. 15-39, 2013, p 20.

SOUZA E SILVA, Jailson (Org). *O que é favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. Nobel/FAPESP, Lincoln Institute, São Paulo, 1998.

INTERVENÇÕES URBANAS NA ÁREA PORTUÁRIA PARA OS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016: PARA QUAL CIDADE MESMO?

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Bianca Teixeira Moret Pacheco

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Maria Cristina da Silva Schicchi

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

Os projetos de revitalização urbana, comuns nas principais cidades do mundo, são vistos como uma oportunidade de inserção das cidades no mercado competitivo global, através da atuação na imagem da cidade (Molina, 2014). Em muitos casos, a recuperação das antigas áreas centrais ou portuárias apoia-se na refuncionalização turística (Paes, 2017, p. 678).

Segundo Mesentier (2013, p. 70), as áreas urbanas de valor patrimonial são colocadas no foco de políticas públicas de reestruturação da metrópole, uma vez que o valor patrimonial é um potencial fator de atração de atividades produtivas, tais como as relacionadas ao turismo. Frequentemente, os bairros centrais se tornam lugares patrimoniais da cidade; segundo o autor, quando isso acontece, estes bairros são dotados de uma “qualidade especial do ambiente urbano” que se dá pelo valor patrimonial associado ao ambiente construído.

As intervenções urbanas realizadas na zona portuária do Rio de Janeiro, através do Projeto Porto Maravilha, no contexto da realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, se inserem nessa tendência de regeneração de centros urbanos, a qual tem como prioridade atrair capitais e investimentos, além de turistas nacionais e internacionais, eventos e mercadorias (Monié, 2015).

Ao propor-se a hospedar os Jogos Olímpicos, a cidade sede precisa responder a uma série de exigências, sendo responsável por apresentar um padrão de qualidade em mobilidade urbana, segurança e conforto. Neste sentido, em 2009, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, apoiada política e financeiramente pelos governos federal e estadual, e em

parceria com o setor privado, viu a oportunidade de promover intervenções de regeneração urbana com vistas a uma refuncionalização turística da área.

O Projeto Porto Maravilha possuía diversos eixos de atuação, entre eles infraestrutura, habitação, cultura e entretenimento, e comércio e indústria¹. A implantação do Veículo Leve sobre Trilhos surge como alternativa sustentável de meio de transporte, se propondo a ser um veículo de uso turístico, conectando os equipamentos existentes e os implantados pelo projeto, além de fazer a ligação do centro à zona portuária, sendo, portanto, mais que um meio de transporte, um conector urbano. Por sua importância como transporte turístico e cotidiano, o recorte espacial da pesquisa se dá a partir do trajeto do VLT e as áreas de interesse que se encontram ao redor das estações deste.

OBJETIVOS

Este trabalho pretende identificar os desdobramentos das intervenções realizadas entre 2009 e 2019, tomando como vetor da pesquisa o trajeto do VLT, que possui duas linhas em funcionamento; dessa forma, busca-se contribuir com uma maior compreensão acerca das ações do governo no campo das políticas urbanas e entender se as estratégias de intervenção levadas adiante contribuíram e contribuem para a formação de novas centralidades, para a melhoria das condições de uso e a preservação de valores culturais ou, ao contrário, para acentuar a fragmentação e a segregação do tecido sociopolítico-espacial, as disputas pelo território, além de deflagrar processos de gentrificação e segregação socioespacial; além disso, busca-se identificar e analisar os efeitos da implantação do VLT e sua efetividade na costura dos equipamentos culturais e turísticos preexistentes e dos implantados no âmbito do projeto, tendo em vista que um de seus objetivos era incentivar o turismo e a preservação de valores culturais na área.

Com base numa revisão bibliográfica interdisciplinar, está em curso uma análise sobre a formação e transformação da área e de seus usos até o presente, bem como dos documentos técnicos do Projeto Porto Maravilha, de forma a elencar os principais pontos de intervenção e os projetos propostos para a área desde a década de 1990.

Foram levantados os equipamentos culturais e os bens tombados presentes, assim como os roteiros turísticos propostos para a área de recorte do estudo, cuja análise permitirá constatar se o trajeto do VLT foi levado em consideração na construção dos circuitos e, conseqüentemente, se é eficiente na costura dos equipamentos culturais.

¹ Projeto Porto Maravilha. Disponível em: portomaravilha.com.br

A pesquisa pretende, após as etapas de levantamento e análises, cotejar as políticas culturais, de turismo e de preservação para a área, vigentes após os eventos, e avaliar se os distintos equipamentos implantados estão sendo utilizados pela população da forma como foi previsto no projeto.

METODOLOGIA

Para que os objetivos sejam alcançados, a pesquisa se divide em quatro momentos: 1) Revisão Bibliográfica; 2) Análise do Projeto Porto Maravilha e dos outros projetos propostos para a área, além do levantamento dos equipamentos culturais e bens tombados pelas três esferas de governo na área de estudo; 3) Pesquisa de campo, observacional e exploratória, com objetivo de identificar os usos presentes no VLT e nos equipamentos culturais; e 4) Cruzamento, análise e síntese dos dados para elaboração da dissertação.

A revisão bibliográfica tem como base palavras-chave, como: “regeneração de centros urbanos”; “gentrificação”; “patrimônio cultural”, “memória coletiva”, “marketing urbano”, apoiando-se conceitualmente no entendimento sobre a formação de novas centralidades e o consequente impacto na configuração de espaços socialmente segregados. Alguns dos autores que darão fundamentação teórica à pesquisa, de forma a delimitar e definir os conceitos fundamentais são: Flávio Villaça (2001), Manuel Castells (2009), Marcelo Lopes de Souza (2002; 2003; 2005), Neil Smith (1996), Milton Santos (1996), Catherine Bidou-Zachariassen (2006) e Roberto Lobato Corrêa (2000).

Ao estudar a formação e transformação da área e de seus usos até o presente, busca-se compreender as memórias que se ligaram ao território através dos anos e de que forma essas memórias são apropriadas por diversos grupos sociais.

Ao analisar o Projeto Porto Maravilha é possível identificar as principais obras de infraestrutura, assim como os equipamentos culturais instalados e os projetos propostos para a área desde a década de 1990. Ao cotejar as propostas e o que efetivamente foi implementado pretende-se entender se o espaço resultante é passível de enquadramento no conceito de regeneração de centros urbanos, identificando quais agentes modeladores do espaço urbano² tiveram, de fato, suas demandas atendidas.

² Segundo Corrêa (2000), os agentes modeladores do espaço urbano estão divididos nos seguintes grupos sociais organizados em grupos de interesses: os proprietários dos meios de produção (industriais); os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; os agentes sociais excluídos.

A pesquisa de campo, no primeiro momento, foi de caráter exploratório, em percursos por onde passa o VLT, de forma a observar o espaço e os equipamentos culturais existentes ao redor das estações, buscando identificar as dinâmicas e as contradições presentes no território.

Numa segunda fase, a pesquisa prevê o acompanhamento presencial nos roteiros turísticos propostos para a área, de modo a apontar os equipamentos e as memórias que são ressaltadas para os turistas, tanto por percursos oficiais quanto por percursos que sejam organizados por coletivos e afins; também se pretende compreender a relação entre as antigas e novas territorialidades criadas, ou seja, quais grupos sociais se apropriam do território.

O cruzamento dos dados e a verificação da confirmação dos fenômenos estudados a partir da revisão bibliográfica no território da zona portuária do Rio de Janeiro e das etapas de análises e sínteses propostas constitui a última etapa a ser realizada.

JUSTIFICATIVA

Se a cultura guia a seleção do que tem valor para a sociedade (Paes, 2017, p. 678) e o patrimônio cultural reflete a memória de um grupo, bem como seus referenciais sociais, espaciais, histórico e existenciais (Cruz, 2012, p. 100), a seleção do patrimônio a ser valorizado é também a seleção da memória a ser exaltada.

O patrimônio cultural reflete as “marcas de distinção” que remetem a situações vividas por certo grupo social (Velooso, 2006, p. 438). Desta forma, a refuncionalização turística deveria ser uma forma de evidenciar e valorizar as memórias ligadas ao território. A atividade turística, como premissa, deveria explorar as características identitárias e de tradições locais, para que a imagem turística construída seja compatível com a memória coletiva existente (Carvalho, 2015).

No entanto, muitas das revitalizações com objetivo de refuncionalização turística seguem as premissas de uma estética globalizada e criada a partir dos ideais das classes dominantes, resultando em uma possível alteração da memória coletiva local. Dessa forma, a patrimonialização de um objeto reflete tanto sua valorização cultural por uma dada sociedade ou grupo social como também a valorização relacionada à atividade turística, tornando o patrimônio, muitas vezes, objetos de consumo turístico. (Cruz, 2012, p. 98).

Portanto, o patrimônio cultural deve ser entendido como um campo de disputas, no qual diversos agentes atuam na construção de um discurso que seleciona, se apropria de

práticas e objetos e as expropria (Veloso, 2006, p. 438).

No caso de áreas portuárias, a ressignificação dos lugares anteriormente ocupados por uma população de renda mais baixa a partir da implementação de programas culturais com apelo turístico pode resultar na transformação dos espaços públicos e patrimônios culturais em meros locais de consumo, afastando os usos cotidianos que garantem a permanência de atividades, gerando a sua desertificação.

Nesses casos, um fenômeno frequentemente identificado é o de valorização ou enobrecimento, entendido como o processo pelo qual bairros degradados, carentes de investimentos públicos e habitados por pessoas de classes inferiores frequentemente passam ao serem reformados, geralmente via investimentos públicos e privados, combinados, atraindo novamente compradores de classe média e alta (Smith, 1996, p. 30), a partir da decorrente valorização imobiliária da área.

Portanto, considera-se necessário entender os desdobramentos das intervenções realizadas na área, afim de verificar se os efeitos comumente encontrados em áreas que passaram por intervenções urbanas similares se repetem na área de estudo.

RESULTADOS PARCIAIS

A partir de uma análise preliminar do percurso do VLT, do caráter dos equipamentos encontrados e do roteiro turístico oferecido pelo site do Porto Maravilha até o momento³ - o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, criado e promovido pelo Instituto dos Pretos Novos (IPN), em 2016 – foi possível constatar que nos 15 pontos de parada “cada um remete a uma dimensão da vida dos africanos e dos seus descendentes na Região Portuária”⁴. Todos os locais de parada se localizam próximos a estações do VLT, de forma que, nesse caso, é possível dizer que o veículo opera de forma a interligar os equipamentos culturais na área, além de promover a valorização da memória coletiva de um grupo social específico, tanto pelo Instituto de Pretos Novos quanto por parte do governo da cidade.

Adotando-se o mesmo procedimento para a análise de outros roteiros propostos, estão sendo mapeados os equipamentos culturais mais significativos e valorizados por diferentes grupos sociais e coletivos, as memórias de cada um ainda presentes na área e pretende-se compreender se as paradas do VLT, além de propiciar o acesso, também nestes casos,

³ Disponível em: portomaravilha.com.br. Acesso em 05/09/2019

⁴ Disponível em: <http://pretosnovos.com.br/educativo/circuito-de-heranca-africana/>. Acesso em: 05/09/2019

funcionam como pontos de referência e interconexão entre eles.

Ao analisar diferentes pontos de intervenção do Projeto Porto Maravilha, implementado em 2009, é possível detectar as distintas formas de interferência do poder institucional nas memórias coletivas presentes na área.

Os projetos de revitalização urbana costumam ter como mote o desenvolvimento urbano, a melhoria em infraestrutura e de condições de habitação, além da instalação de equipamentos que visam a dinamizar a vida cultural do local, bem como criar uma imagem internacionalizada da cidade como destino turístico atraente. Dessa forma, o poder pode recriar memórias vinculadas ao território, e nesse processo, algumas memórias são mais destacadas do que outras, numa escolha que prescinde dos envolvidos com a história e a vivência do território.

A cidade do Rio de Janeiro possui muitas contradições inerentes ao seu território, que, no contexto da realização dos megaeventos na cidade, são reveladas em suas diversas formas. A inserção da cidade num mercado competitivo global permitiu a produção de uma nova paisagem cultural, que segue os padrões estéticos homogeneizados da globalização e que servem à reprodução do capital, na forma de equipamentos culturais que enobreceram a área e, ainda que disponíveis à visita de todos, são símbolos de uma apropriação externa aos grupos ali anteriormente existentes, ou seja, reconstruindo identidades ou selecionando-as para novos grupos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDOU-ZACHARIASEN, C. *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

CARVALHO, F.R.T. *Turismo e patrimônio cultural material*. *Cultur*, 9(1), 143-159, 2015.

CASTELLS, M. *A Questão Urbana*. 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CORRÊA, R. L. *O Espaço Urbano*. Série Princípios. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 2000.

CRUZ, R. *Patrimonialização do patrimônio. Ensaio sobre a relação entre turismo "patrimônio cultural" e educação do espaço*. *GEOUSP. Espaço e Tempo*, 31, 95-104, 2012.

MESSENTIER, L. M. *Patrimônio e competição na metrópole contemporânea*. *Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável*, 1(1), 2013.

MOLINA, F. S. *A produção da "Cidade Olímpica" e o contexto do empreendedorismo urbano no Rio de*

Janeiro. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais v.16, nº2, p.63-79, 2014.

MONIÉ, F.; SILVA, V. S. D. *O projeto Porto Maravilha de revitalização da área portuária do Rio de Janeiro entre inovações e retrocessos na produção do espaço urbano*. Revista Transporte e Território, p. 110-126, 2015.

PAES, M. T. D. *Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades*. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, 2017.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SMITH, N. *The New Urban Frontier. Gentrification and the Revanchist City*. Londres, Routledge, 1996.

SOUZA, M. L. *Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *O Desafio Metropolitano: Um Estudo sobre a Problemática Sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

VELOSO, M. *O Fetiche do Patrimônio*. Revista Habitus. Goiânia, v.4, n.1, p.437-454, 2006.

VILLAÇA, F. *O Espaço Intra-urbano no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

SERRA DO JAPI: ENTRE O PRESERVACIONISMO, O CONSERVACIONISMO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Décio Luiz Pinheiro Pradella

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Laura Machado de Mello Bueno

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

A Serra do Japi está situada na Macrometrópole Paulista, entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas e Sorocaba. Seu espaço geográfico, aqui considerado o maciço da Serra do Japi, sua área de borda e zona de amortecimento, está diretamente relacionado a importantes municípios para o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo.

Está contida nos municípios de Jundiaí, Cabreúva, Cajamar e Pirapora do Bom Jesus (Figura 1), sendo sua maior parte situada no município de Jundiaí. Representa atualmente uma das maiores áreas de matas do estado de São Paulo, e concentra uma diversidade de flora e fauna, além de possuir uma riqueza hídrica e formação geológica única.

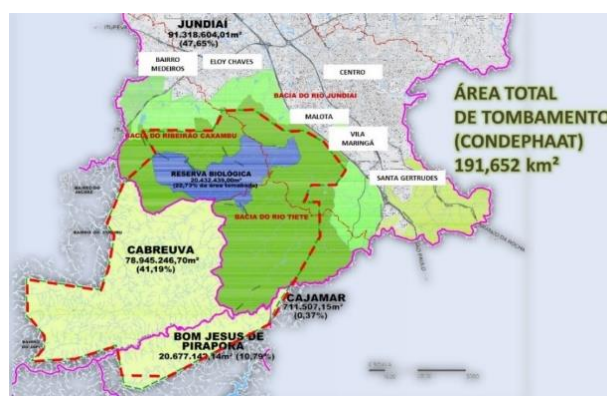


Figura 1 – Serra do Japi abrangendo os municípios de Jundiaí, Cabreúva, Cajamar e Bom Jesus de Pirapora, em uma de suas delimitações. Fonte: <https://serradojapi.jundiai.sp.gov.br/institucional/mapas/mapas/,2018>

Parte de seu espaço geográfico, abrangido pelos municípios de Jundiaí, Cabreúva e Cajamar, é considerado APA Estadual (Figura 2). A APA Jundiaí e Cabreúva está

regulamentada e possui um zoneamento ambiental, sendo que a APA Cajamar não se encontra regulamentada. Nenhuma delas possui Plano de Manejo.



Figura 2 – APAs Jundiaí, Cabreúva e Cajamar
Fonte: <http://www3.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/unidades-de-conservacao/apas/>

Parte também é protegida pelo instrumento do Tombamento. Os atributos ambientais da Serra do Japi foram determinantes para que o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico (CONDEPHAAT) determinasse o tombamento de parte da área, no ano de 1983, por meio da Resolução nº 11. Nesse ato, foi definido um polígono de Tombamento, que abrange parte dos municípios de Jundiaí, Cabreúva, Cajamar e Pirapora do Bom Jesus, sendo que a maior porção está presente no território do município de Jundiaí (47,65%). Seu sistema de proteção ainda conta como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral de acordo com o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a REBIO - Reserva Biológica da Serra do Japi, cujos limites estão todos no município de Jundiaí. Apesar de todo o arcabouço legal de proteção, sua beleza cênica assim como a qualidade ambiental proporcionada por ela na sua proximidade, também a facilidade de circulação entre as regiões metropolitanas que a circundam tem atraído ocupação urbana diversa, exercendo forte pressão em sua área de amortecimento (Figura 3). O setor imobiliário tem demonstrado grande interesse na área de amortecimento da Serra, assim como os proprietários de grandes propriedades, em empreender. A ocupação urbana na área de amortecimento da Serra do Japi também tem ocorrido por loteamentos irregulares, em sua maioria na porção ao sul do município de Jundiaí, na região dos bairros da Santa Clara e Terra Nova¹. Essa dinâmica de produção do espaço urbano ocorre em toda a área de amortecimento da Serra do Japi, e é facilitada pelo fato de a lei das APAs em seu zoneamento

¹ Pesquisa sobre o processo de expansão urbana no município de Jundiaí, desenvolvida pelo autor no âmbito do Mestrado em Urbanismo pelo POSURB PUC, anos de 2017 e 2018.

ambiental não ter considerado como de interesse de conservação essas áreas de amortecimento, tampouco a legislação dos municípios.

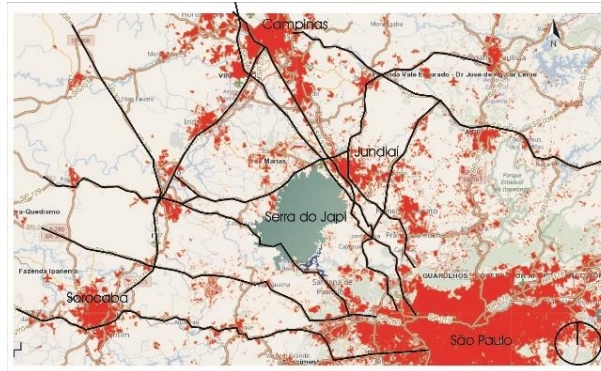


Figura 3 – Inserção regional da Serra do Japi, manchas da ocupação urbana no ano de 2010 e malha viária principal. Fonte: extraída do site do IBGE, modificada pelo autor. https://www.ibge.gov.br/apps/areas_urbanizadas/. 2018

A APA como unidade de conservação e proteção da Serra do Japi tem se mostrado ineficaz para atingir os objetivos preconizados pela legislação que a definiu e regulamentou (PRADELLA; BUENO, 2017, p.89).

Por outro lado, os Planos Diretores dos municípios que contêm a área de amortecimento da Serra têm se distanciado progressivamente ao longo dos anos da configuração e objetivos definidos pelo zoneamento ambiental da APA.

Na tentativa de aumentar a eficácia na proteção do maciço da Serra do Japi e sua área de amortecimento, surgem novas propostas como as de criação de nova Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque Estadual da Serra do Japi. Tramita na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Parque Estadual da Serra do Japi².

Busca-se através da pesquisa em andamento, encontrar novas soluções e possibilidades à reestruturação do território que abrange a área de amortecimento da Serra do Japi, que sejam alternativas ao desenvolvimento urbano preconizado pelos planos e projetos para a Macro metrópole Paulista em desenvolvimento pelo Governo do Estado³, nos quais a conservação e recuperação dos recursos ambientais presentes nessa área serão prejudicados.

² Projeto de Lei nº 652/2009 – Cria o Parque Estadual da Serra do Japi. Autoria do ex-Deputado Estadual Pedro Bigardi. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=883582>. Acesso em 18/10/2018.

³ O Governo do Estado de São Paulo, através da EMPLASA, desenvolveu o PAM - Plano de Ação da Macrometrópole Paulista 2013-2040 e está desenvolvendo os PDUI – Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado, para todas as Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do Estado.

A unidade territorial definida para o desenvolvimento do estudo é o espaço geográfico da Serra do Japi e sua área de amortecimento, o qual está contido nas áreas dos municípios de Jundiá, Cabreúva, Cajamar e Pirapora do Bom Jesus (Figura 4).

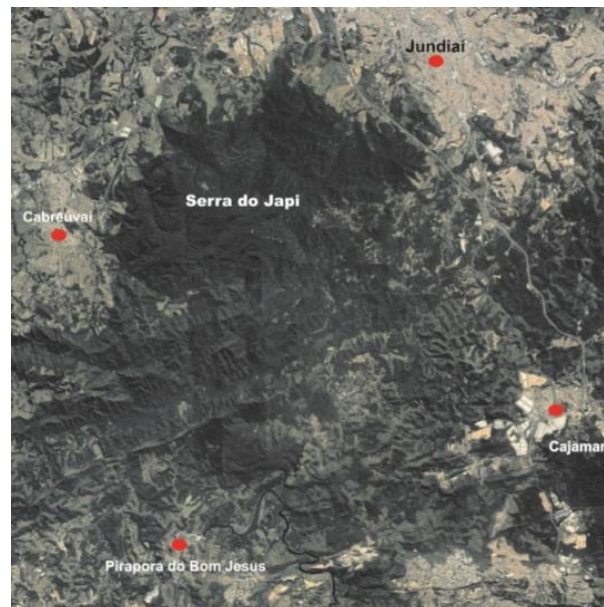


Figura 4 – Serra do Japi e municípios abrangentes Fonte: Foto de satélite extraída do Google Earth, modificada pelo autor. 2018

Como conceitos e métodos que vêm sendo trabalhados, a unidade territorial pré-definida é estudada em seu Espaço Total, o que representa uma análise e leitura do território compreendendo ecossistemas naturais preservados, os agro ecossistemas e o ecossistema urbano, assim como o sistema de relações existente entre esses ecossistemas (AB`SABER, 2007,p.368). A unidade territorial em estudo é composta em parte por características biofísicas naturais, como os sistemas geológico, hídrico e o florestal do maciço da Serra do Japi, onde incidem legislação de conservação e preservação em vários níveis, mas também composta por extensas áreas não ocupadas ou ocupadas parcialmente e legalmente passíveis de ocupação, que são as áreas das bordas ou área de amortecimento.

Essa área de amortecimento do maciço da Serra do Japi tem especial interesse no estudo proposto, em função da grande probabilidade de sua transformação e alteração da paisagem por processos de urbanização, também por serem lugares frágeis, que contam com a presença de ecossistemas relacionados à Serra ao mesmo tempo que são considerados como lugar para futura expansão urbana. Como áreas de estudo foram definidas, além dos perímetros abrangidos pela área tombada e pela APA Estadual, a área abrangida a partir da cota 700, por alcançar mais claramente a mudança da morfologia das encostas íngremes serranas para as áreas de planície, as bacias hidrográficas dos cursos d'água utilizadas para

abastecimento público e industrial no entorno da Serra e as áreas com presença de vegetação de porte arbóreo. Estão sendo também mapeadas outras marcas da presença humana no maciço, de forma a contribuir para sua história ambiental.

A Serra do Japi como Fragmento Florestal – Relação

Espécies-área

Segundo Fernando Fernandez (2000), a explosiva expansão populacional e econômica da humanidade nos últimos séculos transformou o que antes eram grandes áreas contínuas de florestas em paisagens em mosaico, formadas por manchas remanescentes das florestas originais cercadas por áreas alteradas pelo homem de várias formas: plantações, pastagens, assentamentos urbanos. Este processo, conhecido como fragmentação florestal, acelerou-se no século XX. O resultado é que hoje, na maioria das regiões do mundo, as florestas originais estão reduzidas a uma grande coleção de ilhas de mata, cada vez menores e mais isoladas, cercadas por áreas abertas. Grandes áreas contínuas de florestas foram transformadas em paisagens em mosaico. Essas paisagens são formadas por manchas remanescentes de florestas originais, cercadas por áreas alteradas pelo homem. No caso da Serra do Japi, podemos entendê-la como fragmento florestal, considerando-se que perdeu a conexão com a Serra do Mar e com a Serra da Mantiqueira. E nesse sentido, considerando fragmento florestal como uma “Ilha de Mata” (FERNANDEZ, 2000), estaria a Serra do Japi sujeita aos efeitos da Teoria da Biogeografia de Ilhas, que supõe além de um prejuízo na biodiversidade, risco para as espécies que lá se encontram, já que são especialmente vulneráveis e sujeitas a extinção.

Além da ineficácia para atingir os objetivos preconizados, como já mencionado, a delimitação das APAs Jundiáí, Cabreúva e Cajamar não levaram em consideração a possibilidade de integração entre a Serra do Japi e áreas de matas existentes em sua área de amortecimento.

Unidades de Paisagem como método para delimitação espacial de uma Unidade de Conservação.

Pretende-se a partir da pesquisa em desenvolvimento, como um dos produtos, apresentar proposta de uma nova possibilidade de território protegido, alternativo a atual delimitação da APA Estadual, utilizando-se da aplicação do método de definição de Unidades de Paisagem ou Morfo-Territoriais (SILVA, 2019, p.166), visando apresentar uma proposta

com formato mais adequado à conservação e preservação da Serra do Japi e suas áreas de amortecimento, incorporando componentes que permitam a possibilidade de conectividade entre os fragmentos florestais e elementos biofísicos existentes, possibilitando a diminuição do efeito de borda sobre a vegetação existente, assim como aumentando a abrangência do território delimitado atualmente como APA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB`SABER, Aziz N. Planejamento: metodologia e estratégias. In: TÂNGARI, Vera Regina; SCHLEE, Mônica B.; ANDRADE, Rubens de; DIAS, Maria Ângela. Águas Urbanas: uma contribuição para a regeneração ambiental como campo disciplinar integrado. 1ª. ed. Rio de Janeiro : Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade do Rio de Janeiro , 2007.

FERNANDEZ, Fernando Antonio dos Santos. O Poema Imperfeito: crônicas de Biologia, conservação da natureza, e seus heróis. Curitiba : Ed. da Universidade Federal do Paraná, 2000.

PRADELLA, Décio Luiz P.; BUENO, Laura M.M. Expansão Urbana em Unidade de Conservação de Uso Sustentável: conflitos entre a política local e o interesse regional. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 5, n. 33.

PRADELLA, Décio Luiz P. Expansão Urbana sobre Área de Proteção Ambiental. Estudo sobre a influência da legislação urbanística na produção do espaço urbano em Jundiaí/SP. Campinas: PUC-CAMPINAS, 2017.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira. Desenho como Questionamento: distintas dimensões de planos e projetos urbanos. Rio de Janeiro: FAUFRJ. São Paulo: PUC-Campinas. 1º edição, 2019.

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E O DÉFICIT DE SANEAMENTO: PERCURSO METODOLÓGICO PARA ABORDAGEM DO PROBLEMA

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Renata de Faria Rocha Furigo

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Patrícia Rodrigues Samora

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o percurso metodológico utilizado para analisar as limitações da universalização do saneamento em assentamentos precários urbanos no Brasil, buscando compreender por que, ao longo dos anos, o País não conseguiu reduzir o déficit do saneamento, mesmo tendo conduzido uma política pública recente que envolveu mudanças legais, institucionais e investimentos financeiros neste setor.

O período de interesse são os anos de 2007 a 2014, quando o Governo Federal instituiu o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e por meio deste, investiu um montante significativo de recursos neste setor de saneamento. Entretanto, os resultados referentes ao atendimento dos serviços de água e esgoto não refletiram variações significativas que correspondessem à expectativa inicial dos investimentos. Ao contrário, contribuíram para fortalecer o discurso de eficiência da iniciativa privada e a necessidade de privatização do setor para finalmente alcançar a universalização do atendimento.

Neste cenário, o trabalho apresenta o percurso metodológico desenvolvido para responder a tal questão motivadora. Tem como ponto de partida a própria questão, já colocada por Albuquerque & Ferreira (2012), que a analisaram sob o ponto de vista econômico e institucional, e também um estudo realizado pelas autoras sobre investimentos do PAC Saneamento em cidades médias no Estado de São Paulo, sob a perspectiva do princípio de universalização adotado na Lei Nacional de Saneamento Básico (Brasil, 2007).

O referencial teórico adotado foi a Teoria da Ecologia Política, desenvolvida por Swyngendown (2004). Nesta, o ciclo urbano da água é um processo de transformação e metabolização, não só em termos físico-químicos, mas também sociais, culturais e simbólicos. No caso das cidades capitalistas, a água também faz parte da circulação de dinheiro e capital (Swyngendown, 2004 apud Britto & Rezende, 2017). Além disso, Swyngendown (2013) também argumenta que o discurso da escassez hídrica serve para justificar a mercantilização da água e a atuação de empresas de saneamento, públicas e privadas, no sentido da obtenção de lucros ou de equilíbrio de custos, limitando o acesso à água àqueles que podem pagar pelos serviços, além de priorizarem investimentos aos que podem pagar mais pelos mesmos. Nesta abordagem, a que o autor denomina como Despolitização da Água, não há espaço para contradições, ou dinâmicas regionais diferentes, ou mesmo para relações culturais pré-existentes entre as comunidades e a água.

Entidades como o Conselho Mundial da Água defendem que a universalização do saneamento só será possível com a participação do mercado (Espinoza, 2016), mas Swyngendown (2013) contesta e afirma que é justamente a imposição de obtenção de lucros ou a necessidade de equilíbrio de custos das empresas que compromete a universalização do saneamento.

A HIPÓTESE DA PESQUISA

Buscando identificar a influência das obras do PAC Saneamento sobre os índices de atendimento dos serviços de água e esgoto, foi realizado um estudo sobre investimentos realizados num grupo de cidades médias do Estado de São Paulo, que mostrou que a universalização do saneamento, apesar de ser um princípio fundamental da Lei 11.445/2007 (Brasil, 2007), não priorizou a variável “déficit” ao distribuir os recursos financeiros entre os municípios beneficiados.

Britto & Rezende (2017) realizaram um estudo sobre a mercantilização dos serviços de água e esgoto no Brasil, analisando que a governança da água é determinada por processos socioeconômicos, políticos e culturais que estruturam e determinam as opções de políticas públicas. Observou-se que a política de saneamento no período entre 2007 e 2014, agiu em dois sentidos opostos: o do saneamento como direito, para atender a pressões dos movimentos sociais e sindicais, valorizando a construção da Lei Nacional de Saneamento Básico, a elaboração do Plano Nacional de Saneamento (Brasil, 2014) e o financiamento de planos municipais de saneamento; e do saneamento na perspectiva do neoliberalismo econômico, associado à financeirização e mercantilização da cidade. Neste caso, a política

nacional financiou obras alinhadas com o urbanismo neoliberal, priorizando o saneamento que viabilizava megaprojetos de reestruturação e renovação urbana.

Outro estudo, elaborado pela Agência Nacional de Águas (2017), apresentou um plano de universalização do esgotamento sanitário no Brasil partindo de um método de cálculo de investimentos baseado no custo médio per capita de construção de redes de coleta de esgotos e soluções-tipo para o tratamento de efluentes, seguindo uma concepção de sistemas centralizados de saneamento, padronizando os sistemas para todo o País, desconsiderando quaisquer peculiaridades locais, para os mais de 3000 municípios analisados.

Esses estudos permitiram formular a seguinte hipótese de pesquisa: a universalização do saneamento no Brasil não é possível de ser atingida devido ao fato do déficit ser tratado somente por sua dimensão econômica, em um modelo empresarial que não dialoga com o fato concreto, que são as distintas dimensões socioambientais do mesmo. Tal modelo reduz esta realidade complexa a uma necessidade de padronização das soluções de saneamento, visando minimizar os custos e maximizar os lucros do negócio, e assim exclui territórios em que tais soluções não sejam aplicáveis, assim como grupos sociais que não tenham condições de pagar pelos investimentos.

O recorte de pesquisa delimitou os serviços de esgotamento sanitário, por ser o que tem o maior déficit de atendimento em todo o País, além de seus problemas colocarem em risco os sistemas de abastecimento de água, de drenagem urbana, e comprometerem a eficácia da gestão dos recursos hídricos. Por esgotamento sanitário compreendem-se as atividades, infraestruturas e instalações necessárias à coleta, transporte, tratamento e disposição final dos esgotos domésticos, desde as ligações prediais até o lançamento final no meio ambiente.

AS LIMITAÇÕES DAS INFORMAÇÕES DE SANEAMENTO

Para compreender por que o déficit de esgotamento sanitário no Brasil não é superado, buscou-se localizá-lo territorialmente, a partir dos dados disponíveis na literatura técnica e acadêmica. A base adotada foi o Plano Nacional de Saneamento (Brasil, 2014), com a intenção de sistematizar os dados disponíveis e organizar possíveis categorias de análise. No entanto, este documento apresentava categorias gerais de problemas, tais como condição socioeconômica, percentuais de pessoas ou domicílios, sempre estratificados por macrorregiões brasileiras. Por outro lado, identificou-se que o déficit de esgotamento sanitário atinge fundamentalmente as áreas urbanas, sendo que o tratamento de efluentes não abrange todo o volume transportado, indicando a grande deficiência do serviço. Apesar de importantes

análises disponíveis, não era possível determinar a localização do déficit, e sob qual condição ambiental se manifestava.

Da mesma forma, o Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SNIS, do Ministério das Cidades (Brasil, 2018) não permite essa espacialização, apesar de conter informações e indicadores desagregados. Uma limitação importante é o fato de estar limitado às informações dos prestadores de serviço, não permitindo identificar soluções individuais de esgotamento sanitário, tais como fossas sépticas e rudimentares.

A outra fonte de dados consultada foi o Atlas Esgoto (ANA, 2017), que por sua vez apresenta um grande conjunto de informações e uma pesquisa aprofundada sobre as condições de saneamento dos municípios brasileiros. Este estudo permitia identificar situações de atendimento por sistemas coletivos e individuais, em função de um número significativo de municípios, mas ainda assim, não permitia a sua localização no espaço urbano. Portanto, concluiu-se que as informações do setor não eram suficientes para esclarecer a pergunta de pesquisa proposta.

A ABORDAGEM INTEGRADA DO SANEAMENTO E DA HABITAÇÃO

Pelas dificuldades na obtenção de dados de déficit de esgotamento sanitário, e considerando que o problema de saneamento é, antes de tudo, um problema ambiental e urbano, decidiu-se então buscar, nas abordagens de Planejamento Urbano um método que possibilitasse identificar a localização do déficit de esgotamento sanitário. Especificamente, foi no campo de análise habitacional que se conseguiu uma aproximação mais consistente do problema. O estudo elaborado por Marques et. al. (2008) apresentava correlações importantes entre a existência de déficits de saneamento em assentamentos precários. Além de indicar que o déficit atinge mais gravemente pessoas pobres, com renda familiar mensal inferior a cinco salários mínimos, e com baixo nível de escolaridade (Marques, et. al. 2008), verificava-se que estas pessoas estavam, na sua maioria, localizadas em favelas ou loteamentos irregulares e clandestinos.

Este estudo identificou assentamentos precários urbanos em 98% dos setores censitários subnormais classificados pelo IBGE, e mais ainda, adicionou um número de setores considerados não especiais, mas notadamente precários do ponto de vista da infraestrutura urbana e das condições socioeconômicas de seus habitantes. No que diz respeito a carências nos serviços de esgotamento sanitário, o estudo revelou que setores

subnormais e precários tem características muito similares, mas também distintas dos setores formais das cidades.

Por outro lado, cruzando os dados obtidos por Marques et. al. (2008) com os dados disponíveis no Atlas Esgoto (ANA, 2017), foi possível verificar as soluções individuais e descentralizadas de afastamento e tratamento de esgotos eram bastante comuns, o que contribuía para a compreensão das especificidades locais, e demonstrava, de algum modo, que a hipótese adotada se aproximava da realidade.

Assim, foram definidos dois aspectos relevantes para a pesquisa: a necessidade de conhecer as peculiaridades físicas dos territórios com déficit, e a necessidade de abordagem integrada de saneamento e habitação, optando-se por analisar três casos concretos, para verificar tal relevância. Com base na leitura dos planos locais de Habitação de Interesse Social e dos planos municipais de saneamento básico, buscou-se descrever e analisar os assentamentos precários urbanos em função de: sua localização topográfica; sua conexão com os sistemas de infraestrutura principais das cidades; e o acesso da população aos serviços de saneamento. As cidades escolhidas foram Belém, Recife e Campinas. Além dos planos municipais, foram consultadas fontes bibliográficas que traziam análises sobre intervenções urbanas de saneamento e habitação, buscando identificar problemas e peculiaridades não relacionados nos primeiros.

Os estudos de caso permitiram verificar as limitações da universalização do saneamento com respeito aos elementos de análise propostos, mas também das soluções específicas de moradia. Porém, o modelo de saneamento no Brasil não leva em conta essa inter-relação, além de ignorar as peculiaridades locais dos APU.

Outro estudo de caso foi desenvolvido para concluir a pesquisa. Trata-se do Programa Unidos por El Agua, implementado pela Prefeitura de Medellín, na Colômbia. O objetivo, neste caso, era o de analisar um caso concreto de política pública de saneamento, com foco na redução do déficit de atendimento. O estudo foi realizado in loco, amparado por um acordo de cooperação entre a PUC Campinas e a Universidade de Antioquia, e a escolha da experiência deu-se pelo fato de Medellín ser uma das cidades pioneiras na implementação de políticas de direito à água e ao saneamento. A investigação permitiu consolidar algumas reflexões propostas, com relação às soluções técnicas de coleta de esgotos, os problemas da tarifação dos serviços, e mais ainda, a integralidade do saneamento com a política habitacional e de planejamento urbano.

DISCUSSÃO

O presente artigo teve por finalidade apresentar o percurso metodológico adotado para analisar o motivo pelo qual o Brasil não consegue enfrentar, de forma contundente, o déficit de saneamento. As dificuldades da pesquisa estiveram associadas principalmente ao tipo de abordagem disponível no campo de conhecimento do saneamento, uma vez que o déficit não estava devidamente reconhecido e descrito nos estudos disponíveis. Heller (2011) comenta que a lógica vigente no campo do saneamento básico se restringe a necessidade de prestação de serviço, sem considerar todas as inter-relações existentes na sociedade, como o manejo de recursos hídricos e o uso e ocupação do solo. Segundo este autor, essas conexões não têm sido acolhidas nas estruturas setorializadas de gestão. De fato, esse distanciamento explica muito sobre as dificuldades em se avançar no sentido da universalização, e mais ainda, quando o setor é objeto de disputas com vistas a exploração mercantil, e objeto de desejo do mercado, para abertura de novas frentes de reprodução do capital.

Superando este campo de análise, e partindo para a abordagem habitacional, foi possível dialogar melhor com os próprios dados do setor, pois se conseguiu aproximá-los do espaço onde ocorrem as relações sociais, culturais e ambientais, e que sofrem os impactos diretos do déficit do saneamento.

O percurso metodológico adotado proporcionou o resgate histórico dos problemas e soluções adotados, demonstrando que, mesmo que o País não tivesse a política pública de saneamento bem definida, quando eram abordados de forma integrada, era possível tratá-los, mesmo que de forma paliativa ou incompleta. Por outro lado, a busca por melhorias e aumento da eficiência dos serviços levou o setor para o campo da mercadoria, envolvido por uma mentalidade fundada em bases tecnocráticas, com soluções de engenharia de produção, desconectadas das práticas culturais e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Atlas esgotos: despoluição de bacias hidrográficas. Brasília: ANA, 2017.

ALBUQUERQUE, Guilherme da Rocha, FERREIRA, Arian Bechara. O saneamento ambiental no Brasil: cenário atual e perspectivas. Brasília : Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/BNDES, 2012. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>>. Acesso em 16/09/15.

BRASIL. Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm Acesso em 30 out 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. PLANSAB: Plano Nacional de Saneamento Básico. Brasília, 2014. 215 p.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2016. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2018. 220 p.

BRITTO, Ana Lucia, REZENDE, Sonaly Cristina. A política pública para os serviços urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil: financeirização, mercantilização e perspectivas de resistência. Cad. Metrop., São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 557-581, maio/ago 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3909>

ESPINOZA, Rodrigo de Freitas. Rivalidade entre os polos : a construção discursiva do Conselho Mundial da Água. São Carlos : UFSCar, 2016. 239 p.

HELLER, Leo (coord.). Panorama do saneamento básico no Brasil: Elementos conceituais para o saneamento básico. Ministério das Cidades, 2011 [versão preliminar]. V. I.

MARQUES, Eduardo (coord). Assentamentos precários no Brasil urbano. Ministério das Cidades / Centro de Estudos da Metrópole, 2008.

SWYNGENDOWN, Eric. Águas Revoltas. In: HELLER, L. &, CASTRO, J.E. (org). Política pública e gestão dos serviços de saneamento. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 76-97.

SWYNGENDOWN, Eric. Social power and the urbanization of water: flows of power. Oxford Geographical and Environmental Studies. Oxford, 2004.

CONTRIBUIÇÕES PARA UM PLANO TERRITORIAL SOCIOAMBIENTAL: ESTUDO DE CASO COMUNIDADE PÉ DA SERRA - PARQUE NACIONAL SERRA DO DIVISOR/ACRE

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Rita De Cássia Barros Esteves

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Vera Santana Luz

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

A Pesquisa discorre sobre insumos e estratégias para um plano territorial socioambiental de caráter local, observando também o território de influência direta e indireta e relações regionais e, na escala arquitetônica, critérios e ensaios para sistemas de infraestrutura sustentável para construções existentes e proposta de instalação de um posto avançado de gestão integrada com parcerias entre o ICMBio – Instituto Chico Mendes, o ARPA- Programa Áreas Protegidas da Amazônia, o IPAM- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o ISA – Instituto Sócio Ambiental e a Associação da Comunidade Pé da Serra, como exemplaridade, no sentido de uma contribuição ao Parque Nacional da Serra do Divisor em sua condição de Unidade de Conservação.

Este parque, de imensas proporções, abrange os municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Marechal Taumathurgo e Porto Walter no Estado do Acre. A influência dos municípios nos quais incide a Unidade de Conservação é significativa pois as pressões e ameaças que as áreas urbanas, rurais e de extração dessas cidades oferecem ao parque, com queimadas, desmatamentos e interferência com respeito às populações autóctones são uma ameaça constante à preservação da biodiversidade e identidades locais tradicionais.

Objetiva-se, partindo da reflexão sobre a exemplaridade da Comunidade Pé da Serra, estabelecer pressupostos para um Plano Territorial Socioambiental e um sistema de gestão compartilhada, como possível contribuição de estratégias replicáveis, adaptando-se à diversidade de características locais, no sentido de preservação ambiental, inclusão e pertencimento, com possíveis benefícios e impactos positivos em relação à paisagem e às formas de vida local, pretendendo constituir diretrizes territoriais e ensaios para implantação de equipamentos de apoio à gestão, pesquisa, estudos, fortalecimento comunitário, conagração e potencialização de atividades comunitárias em um posto avançado compartilhado congregando esforços dos parceiros acima citados.

DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

O Parque Nacional da Serra do Divisor, criado pelo Decreto Federal 97.839 de 1989, dentro do grupo de Proteção Integral, localizado a noroeste do Estado do Acre, na Amazônia ocidental, abrange a microrregião de Cruzeiro do Sul - com o total de 131.396 habitantes e densidade de 4,1 hab/km² (IBGE 2010). Segundo o Plano de Manejo, o Parque ocupa uma área de aproximadamente 843.000 ha, abrangendo as bacias do Rio Ucayali, no Peru e Juruá no Brasil; sua vegetação é composta de dois grandes Sistemas Ecológicos Regionais: Floresta Ombrófila Densa e Floresta Ombrófila Aberta, com clima quente úmido e temperatura média mensal de 26°C. Os acessos aos municípios que abrangem o parque podem ser feitos por via aérea, rodoviária e fluvial, sendo o acesso principal ao Parque o fluvial, por embarcações como canoas ou botes de alumínio. O Parque conta com uma população de 522 famílias (3.115 pessoas) no seu interior e 996 famílias (5.967 pessoas) habitantes do entorno imediato (Plano de Manejo, 1998, p.5-169-170). Os habitantes locais se dividem em índios¹, ribeirinhos, posseiros e descendentes de ex-seringueiros que praticam hoje a agricultura de subsistência, a extração da borracha e de fibras, a caça e a pesca².

¹De acordo com a **Comissão Pró-Índio do Acre**, existe atualmente uma população aproximada de 17 mil indígenas vivendo em cerca de 200 aldeias, distribuídas em 36 terras indígenas reconhecidas, com uma superfície agregada estimada em 2.439.982 hectares, o que equivale a 16% da extensão do estado. As populações indígenas, localizadas nas bacias dos rios Juruá e Purus, apresentam uma diversidade cultural e linguística marcada pela presença de 15 povos, cujas línguas pertencem a três famílias linguísticas (Pano, Aruak e Arawá): vivem dos recursos da floresta através da pesca, caça e agricultura. Disponível em: <<http://cpiacre.org.br/cpi-acre/quem-somos/>>. Acesso em: 07 de abril de 2018.

²Ribeirinhos são comunidades que residem nas proximidades dos rios e têm a pesca artesanal como principal atividade de sobrevivência. Cultivam pequenos roçados para consumo próprio e também podem praticar atividades extrativistas. Disponível em: <<http://cpiacre.org.br/cpi-acre/quem-somos/>>. Acesso em: 07 de abril de 2018.

Seringueiros vivem em meio à floresta, onde as seringueiras nascem naturalmente, especialmente no Acre. Seu trabalho depende da conservação da mata e, quando ela é agredida, eles denunciam o fato às autoridades. As áreas de extração perante a conservação ambiental não comprometem, em longa escala, o equilíbrio ecológico. Disponível em: <<http://cpiacre.org.br/cpi-acre/quem-somos/>>. Acesso em: 07 de abril de 2018.

Posseiros são agricultores que cultivam pequenos lotes, geralmente há muitos anos, mas não possuem o título de propriedade da terra. Eles detêm a posse da terra, porém não os documentos legais registrados em cartórios, que garantiriam a sua propriedade. São vítimas de fazendeiros e empresas. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/>>. Acesso em: 07 de abril de 2018.

Procurou-se que as diretrizes para implantação de um posto avançado de gestão compartilhada se caracterizem por necessidades pautadas de acordo com preceitos de preservação no agenciamento apropriado ao contexto, com coerência programática, espacial, construtiva e de infraestrutura correspondentes às características de preservação a serem reforçadas no PNSD.

As contribuições de planejamento territorial e socioambiental na Comunidade Pé da Serra-Parque Nacional da Serra do Divisor/AC, têm como referência o Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Nukini, realizado pela Associação Indígena Nukini-AIN e parceiros da sociedade civil, o projeto Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre e Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação, elaborados pelo ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Neste contexto, essas referências despontam como instrumentos de suporte e orientação quanto à definição, objetivos e etapas para a elaboração de contribuições para planejamentos em Unidades de Conservação. De acordo com o Fundo Amazônia (2018), o PGTA - Plano de Gestão Territorial e Ambiental - é entendido como um instrumento que materializa o planejamento, pactuado pela comunidade envolvida, do uso do seu território para fins culturais, ambientais e econômicos. O Fundo Amazônia apoiou o projeto “Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre”, com o objetivo de implementar Planos de Gestão Territorial e ambiental em 8 Terras Indígenas³. As atividades desenvolvidas no âmbito do projeto foram concebidas a partir dos respectivos PGTAs. Algumas atividades são de extrema importância para as Terras Indígenas, como: o manejo de sistemas e quintais agroflorestais; a instalação de pontos de captação de água pluvial; a realização de oficinas de gestão ambiental e territorial e de manejo de resíduos sólidos. Adicionalmente, em algumas TIs serão realizadas ações de articulação para proteção territorial, de monitoramento e vigilância, e de articulação e formação com comunidades do entorno. (FUNDO AMAZÔNIA, 2018).

Para Little (2006), os povos indígenas ocupam, transformam e ressignificam seus espaços, segundo suas escolhas, tradições, normas e ritos conforme suas culturas, estabelecendo formas de uso dos recursos naturais e de controle sobre os territórios tradicionais. Nesse sentido, pode-se entender que a noção de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas combina a dimensão política do controle territorial com a dimensão ambiental de ações voltadas para sua sustentabilidade, envolvendo atividades tanto de ordenamento territorial quanto de gestão ambiental. A luta do povo Nukini na gestão do seu

³ AS Terras Indígenas que foram beneficiadas com esse projeto foram: TI Kaxinawá do Rio Jordão, TI Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, TI Kaxinawá Seringal Independência, TI Kaxinawá e Ashaninka do Rio Breu, TI Kaxinawá do Igarapé do Caucho, TI Kaxinawá da Praia do Carapanã, TI Kampa do Igarapé Primavera e TI Katukina/ Kaxinawá. Disponível em: <<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Experiencias-Indigenas-de-Gestao-Territorial-e-Ambiental-no-Acre/>>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

território fortalece a importância da proteção da biodiversidade, das florestas e dos recursos naturais.

O “III Seminário de Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação” resultou em revista que reúne 76 boas práticas em Unidades de Conservação. O Presidente do ICMBio, Paulo Henrique M. Carneiro, ressaltou a importância de compartilhar boas práticas e definir um conceito capaz de apresentar as particularidades de cada trabalho desenvolvido com mais destaques.

[...] a importância das parecerias, com o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas e o Ibam - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, dentre outros, reforça que a união e a soma dos esforços seja uma boa alternativa para o favorecimento da preservação ambiental. A Revista Boas Práticas, na gestão de unidades de conservação, traz exemplos que buscam soluções para a gestão das UCs. As 76 boas práticas pressupõem novas inspirações capazes de favorecer a preservação, valorização das comunidades locais, fortalecer o monitoramento, desenvolver pesquisas e incentivar o uso público nas UCs[...] (ICMBio,2018).

Ao vivenciar o cotidiano da comunidade, confirmou-se a gestão como um polo fraco, potencializável e imprescindível. Para a elaboração de contribuições para um plano territorial socioambiental no território da comunidade Pé da Serra estabeleceu-se um rol setorial de instâncias onde se destacam a geomorfologia e o sistema hídrico, a riqueza do bioma com sua flora e fauna, os sistemas de fluxo e transporte, as ocupações esparsas e de baixa densidade, a articulação cooperativa com a tribo indígena Nukini, hábitos, costumes e ações cotidianas das populações, sua história, sua produção de alimentos, a incipiente condição de lideranças locais e a deficiência de infraestrutura de provimento de energia, sistemas de purificação de água potável, tratamento de esgotos, manejo de resíduos sólidos e articulação comunitária em atividades geradoras de renda e de fortalecimento cultural, dada a já consolidada noção de pertencimento, donde despontaram hipóteses de contribuição para sistemas sustentáveis e potencialização de processos de solidariedade, para sobrevivência, incremento cultural e educativo, fundamentáveis na valorização dos saberes locais e possíveis trocas com visitantes. Observou-se numa visão ampliada possíveis articulações com centralidades urbanas regionais, como Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul, com a cautela de manter claros os limites de preservação ambiental condicionados pelo Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Divisor como um todo.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Como descrito, o Parque Nacional da Serra do Divisor é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral que tem como objetivos promover a preservação dos recursos naturais e fomentar atividades de pesquisa científica, educação ambiental e recreação⁴.

As contribuições para um Plano Territorial Socioambiental e a proposição de um posto avançado de gestão integrada na Comunidade Pé da Serra como exemplaridade, inspira-se em alguns exemplos mencionados, no sentido de colaborar para uma gestão compartilhada, auxiliando e potencializando o preconizado pelo Plano de Manejo do Parque como um todo, dada a extensa dimensão do mesmo. Setorizar perímetros caracterizados por comunidades interiores, como é o caso da Comunidade Pé da Serra, se configuraria em uma estrutura replicável de ação sistêmica, importante pelo estado de relativa preservação atualmente alcançado. A cartografia apresenta as maiores concentrações dessas comunidades ao longo dos eixos fluviais, dado serem a única forma de transporte de pessoas e cargas, tão somente articulada a caminhos e trilhas percorridos a pé ou muito eventualmente no lombo de animais.

Da mesma forma, em outra oportunidade, poder-se-ia articular processo semelhante no perímetro limdeiro do Parque Nacional da Serra do Divisor em interface com áreas urbanas, rurais e de extração, onde é observável o adensamento de comunidades, se constituindo como evidente linha de pressão.

As contribuições pressupõem, a partir do entendimento integrado dos sistemas geomorfológico, de transporte, energia, saneamento, resíduo sólidos, educação ambiental, economia solidária e saúde, estabelecer um arcabouço de diretrizes válidas para a situação de preservação ambiental associada à existência de populações tradicionais de baixa densidade. A comunidade Pé da Serra tem características particulares e potencial de exemplaridade socioambiental, podendo consubstanciar indícios válidos sistêmicos como contribuição para reverberação para outras populações ribeirinhas, associando preservação e promoção social adequada.

A partir das referências de boas práticas onde se constroem canais de gestão integrada na relação entre as comunidades envolvidas, organizações civis representativas e o estado indicaram um modelo que tende a possibilitar maior capilaridade, no sentido de fortalecer a

⁴ Em nosso entender, a atividade de recreação deve ser encarada com cautela pois se intensificada sem controle e gestão devida pode incentivar o incremento turístico extremado, tornando-se preocupante e contraditório com a preservação ambiental.

proteção das Unidades de Conservação e gerar renda, potencializar valores e incrementar laços socioculturais para as comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA NUKINI-AIN. *Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Nukini*. Rio Branco, 2015. Disponível em:

<https://www.academia.edu/22509723/Plano_de_Gest%C3%A3o_Territorial_e_Ambiental_da_Terra_Ind%C3%ADgena_Nukini>. Acesso em: 06 de agosto de 2019.

BRASIL. Decreto n. 97.839, de 16 de junho de 1989. Cria o Parque Nacional da Serra do Divisor. Brasília: 1989.

Comissão Pró-Índio do Acre. Povos e Terras Indígenas do Acre. Rio Branco-AC: CPI-ACRE:2016. Disponível em: <<http://cpiacre.org.br/povos-e-terras-indigenas/>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2019

FUNDO AMAZÔNIA. Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre. Rio Branco,2018. Disponível em: <<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Experiencias-Indigenas-de-Gestao-Territorial-e-Ambiental-no-Acre/#>>. Acesso em: 18 de setembro de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão Regional do Brasil em Microrregiões. Brasília:2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/cruzeiro-do-sul/panorama>>. Acesso em 10 de setembro de 2019.

ICMBio, 2018. *Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação*. Ed.03. Ano 2018. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/boas_praticas_na_gestao_de_ucs_edicao_3_2018.pdf>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

ICMBio. Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Divisor. Rio Branco - AC: ICMBio, 1998. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

LITTLE, P.E. *Gestão territorial em terras indígenas: definição de conceitos e proposta de diretrizes*. Relatório para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Acre. Rio Branco, 2006. (Mimeo).

GRANDES PROJETOS DE INFRAESTRUTURA E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: OS CASOS DA FERROVIA NOVA TRANSNORDESTINA E DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (2007-2017)

André Paiva Rodrigues

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Vera Santana Luz

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

A organização espacial é, de acordo com Corrêa (2000, p. 30), “expressão da produção material do homem, resultado de seu trabalho social”. Assim, prossegue o autor, ao fixar no solo os seus objetos – frutos do trabalho social e vinculados às suas necessidades – , os grupos humanos produzem arranjos espaciais que refletirão a natureza de sua estrutura de classe e dos modos de produção material de sua existência, historicamente condicionados. Os padrões de associação, disposição e funcionamento de tais objetos trabalhando solidariamente – isto é, sob a forma de sistema – informam, deste modo, a natureza do *espaço geográfico*, classificado por Santos (1998, p. 49) como um conjunto indissociável de sistemas de objetos (naturais ou fabricados) e de sistemas de ações (deliberadas ou não).

A cada período da história, novos objetos e sistemas técnicos vêm juntar-se aos demais, anteriormente instalados no território, modificando a forma, a organização espacial e “função” dos lugares, reformulando os padrões de produção e reprodução material da vida no presente.

Conforme esclarece Osório (2012, p. 73-74), “cada padrão de reprodução do capital apresenta especificidades quanto ao uso que faz do espaço geográfico”. Assim, prossegue o autor, “o capital intervêm no território de maneiras diversas, segundo as necessidades particulares que sua metamorfose exige”. Disso, temos que adição de sistemas técnicos (ou de engenharia) – como aqueles que se instalam no semiárido brasileiro – é, seguindo os termos de Santos (1998, p. 49), mais um capítulo daquilo que podemos denominar como uma

“produção raciocinada do espaço”, para melhor adaptar suas partes às necessidades econômicas e sociopolíticas hegemônicas do capital – a consecução de mais um elemento na rede material de apoio à acumulação capitalista em sua fase globalizada.

Entre estas iniciativas evidenciam-se o *Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional* – o maior projeto de hidráulico do semiárido e uma das maiores obras federais na região – e a *Ferrovía Nova Transnordestina* – destaque entre os projetos privados em estrada de ferro no Brasil, com vultoso financiamento público para sua realização – de imensas implicações sobre o campo e as cidades da região, tais como relevante especialização produtiva e transformações das atividades agropecuárias; forte integração do campo aos circuitos da economia urbana; intensificação da urbanização; modificações nas relações cidade-campo; novas regionalizações e papel na divisão territorial do trabalho, entre outros.

O primeiro projeto define-se como um conjunto de mais de 477 km entre canais, túneis, adutoras, estações de bombeamento – que prevê o desvio de 1% a 3% das águas do rio São Francisco (algo entre 26,4 m³/s e 127 m³/s), para abastecer rios intermitentes e açudes que secam durante o período de estiagem –, subdividido em dois grandes eixos (Norte e Leste), conforme imagem abaixo (Figura 1). O segundo possui 1.752 km de extensão e abrange 81 municípios em seu traçado, pertencentes aos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco. Com início no município de Eliseu Martins (PI), segue em direção aos Portos de Pecém (CE) e Suape (PE) tendo como objetivo o transporte de mercadorias agrícolas e minerais –, em especial, soja e minério de ferro. Constituem-se, deste modo, típicos exemplos daquilo que Vainer e Araújo (1992, p. 34) classificam como *Grandes Projetos de Investimento (GPI)*, “empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica” respondendo a decisões e formatos exógenos aos das populações e mesmo dos agentes produtores internos – correspondendo, portanto, aos desígnios dos agentes hegemônicos globais e sua lógica de reprodução do capital.



Figura 1: Eixos Norte e Leste do PISF

Fonte: WESTIN, 2017.



Figura 2: Ferrovia Nova Transnordestina.

Fonte: Transnordestina Logística S.A, 2017.

DESENVOLVIMENTO

A *organização espacial* – aqui tomada como sinônimo de *espaço geográfico* ou *configuração/arranjo espacial* (CORRÊA, 2000, p. 29) – é a dimensão da qual nos reportaremos como instância analítica. Esta, enquanto conjunto indissociável e complexo de sistemas herdados do passado e em constante acúmulo e mudança (SANTOS, 1998, p. 48-49), é base indispensável à reprodução social e, como tal, condição, meio e produto da acumulação capitalista – o que coloca em constante conflito atores, classes sociais e as diversas frações do capital que disputam entre si, dentro de um mesmo território, o domínio sobre o ordenamento espacial que melhor garanta sua reprodução (BIACHI e MACEDO, 2018, p. 05), i.e. os termos de criação, apropriação e uso dos sistemas de objetos e ações (fluxos, normas, etc.) indispensáveis aos seus interesses materiais.

Como consequência, a noção de *padrão de reprodução de capital* (OSÓRIO, 2002) e *grandes projetos de investimento* (VAINER e ARAÚJO, 1992) completam o quadro analítico que tentamos propor ao avaliar o conjunto das infraestruturas adicionadas ao território – ultrapassando, deste modo, a descrição da materialidade e desempenho de tais sistemas, tentando uma incursão mais profunda nas relações políticas e sócioeconômicas que lhe dão origem e sentido, como aquelas da dimensão das políticas macroeconômicas, dos interesses que a cada momento definem (e redefinem) as articulações do país com a economia internacional, da luta de classes que se estabelece em cada território e as especificidades de cada conjuntura política (BIACHI e MACEDO, 2018, p. 05).

Isto permite compreender o *Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional* (PISF) e a *Ferrovia Nova Transnordestina* (FNT) como sistemas de engenharia que visam integrar novas áreas do Nordeste ao circuito de produção regional e mundial; inserir ou qualificar estas regiões na divisão internacional do trabalho, como exportadora de gêneros agrícolas e minerais. As áreas de influência destes grandes projetos de infraestrutura tendem a funcionar, seguindo Rodrigues (2005, s/n), “por uma racionalidade exclusiva do valor de troca em detrimento do valor de uso, transformando-os, assim, em mais um espaço da globalização” – com profundas implicações na reestruturação urbana, agrária e regional das áreas atingidas.

De igual maneira, tais projetos não diferem daquilo que literatura em geografia, arquitetura e urbanismo vêm chamando de mercado de terras e financeirização da construção civil: a criação de infraestruturas, moradias e serviços tidos como um ativo para as instituições financeiras que investem, desinvestem ou redirecionam capital para os usos mais lucrativos no ambiente construído (RODRIGUES, 2005, s/n).

DISCUSSÃO

Distante de se constituir em sistema de desenvolvimento em bases endógenas, o *Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional* e a *Ferrovia Nova Transnordestina* são a estruturação de sistemas técnicos que têm como fundamento a expansão dos grandes negócios na região. São Grandes Projetos de Investimentos que buscam qualificar partes do semiárido brasileiro – caracterizado até então como *exército de lugares de reserva* (Santos 1993 *apud* ELIAS, 2006, p. 65) – dentro de uma perspectiva de “ajustamento” econômico e espacial, profundamente demandado por forças econômicas globais.

Tal como afirma o próprio Relatório de Impactos Ambientais do PISF, “o projeto de integração [de bacias] permitirá a inserção, na região, de cerca de 186.000 hectares de novas terras agricultáveis com irrigação” (BRASIL, 2004a, p. 122), sendo uma de suas prioridades a dinamização da atividade agropecuária e “a incorporação de novas terras ao processo produtivo”, conforme menciona o documento. Em termos ainda mais claros, o Relatório de Impactos Ambientais da FNT dirá que “os principais benefícios originados da implantação da Ferrovia Transnordestina são: 1. confiabilidade, qualidade e regularidade no transporte ferroviário de cargas; 2. redução do custo de frete; 3. possibilidade de integração dos vários tipos de transporte de cargas; 4. desenvolvimento das cadeias produtivas existentes e potenciais; 5. diminuição do tráfego nas rodovias existentes; 6. conservação das rodovias

existentes”. (BRASIL, 2004b, p. 108). Em conjunto, ainda de acordo com este material, promoverão “melhoria das finanças públicas”, “melhorias na economia regional” e “geração de emprego e renda”.

De acordo com os dados da Agência de Planejamento e Pesquisa do Estado de Pernambuco – CODEPE/FIDEM (PERNAMBUCO, 2017), a partir das obras da FNT espera-se adicionar a capacidade de distribuição de até 30 milhões de toneladas por ano de minérios de ferro e grãos, apenas no sertão pernambucano; por seu turno, com a consecução do PISF, garantir forte investimento no planejamento da produção e incremento na produção agropecuária nesta mesma região, a partir da situação de segurança hídrica gerada pelo projeto.

As implicações de tais projetos na organização espacial são intensas: além de uma tendência à formação de um meio técnico-científico-informacional – dado elevado nível de adição tecnológica e demais itens que garantem uma produção racionada do território, como objetos e sistemas que permitem a fluidez e aumento da circulação de mercadorias, processos e comandos (informação) – há a exacerbação das especializações produtivas no campo – avanço do capital monopolista como agente produtor e proprietário de terras, reproduzindo aquilo que Oliveira (2013, p. 128) classifica como *territorialização do capital monopolista* na agricultura –, bem como intensificação do processo de urbanização – aumento das cidades e de suas atividades urbanas, qualificando-as como *cidades do campo* (SANTOS, 2013, p. 73-76) ou *cidades do agronegócio* (ELIAS, 2017, p. 06-14) –, assim como a constituição de novas regionalizações, baseadas na incorporação aos circuitos produtivos globalizados dos territórios e de seu novo papel na divisão territorial do trabalho, baseado no incremento de sua produtividade espacial como dado de inserção e competição do ponto de vista de círculos de produção/investimento mais vastos.

Cabe ressaltar, ainda, que será através da ação do Estado que a organização espacial, por meio dos chamados “grandes projetos de investimento”, se viabilizarão. Seja como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou do financiamento a juros baixos e longos prazos concedidos às “campeãs” da iniciativa privada – políticas das campeãs nacionais, praticada pelo BNDES entre (2007-2017) – o PIS e FNT foram concebidos como se formassem um projeto pertencente a uma nova etapa ou fase de apelo *(neo)desenvolvimentista*.¹

¹ Aqui, seguindo Singer (2012, p. 21), referindo-se as condições intensificadas sobretudo no segundo mandato do presidente Lula da Silva (2006-2010), que agiram no sentido de redução da pobreza e ativação do mercado interno, largamente financiadas pela conjuntura econômica mundial favorável ao país, sem confrontar a ordem política e socioeconômica.

Por seu turno, este novo desenvolvimentismo viabilizar-se-ia naquilo que, em sociologia e análise política consagrou-se como *Lulismo*² e promoveu grandes mudanças na “estrutura social, econômica, política e territorial do Brasil” (...) “que corresponde a uma maior predominância das formas financeiras e fictícias de reprodução do capital”, isto é, “(...) à intensificação da renda da terra, na sua face rural e urbana.” (GUERREIRO, 2017, p. 03).

CONCLUSÃO

A preocupação com o desenvolvimento endógeno – do ponto de vista dos objetivos práticos dos grandes projetos de infraestrutura em questão – são, em grande medida, secundários. Tais projetos são vetores, essencialmente, de um novo padrão de desenvolvimento que busca na interiorização do investimento transformar partes da região do semiárido em uma das principais plataformas de beneficiamento e exportação de *commodities* agrícolas e minerais do país, bem como encontrar aplicação a um grande volume de capitais disponíveis no sistema financeiro, que procuram valorizar-se produzindo redes técnicas de irrigação, logística, eletrificação, armazenagem, produção, entre outros.

Do ponto de vista do território nordestino o que se projeta é, por um lado, a exacerbação de uma especialização produtiva, com foco na produção de *commodities* e insumos tropicais ao mercado externo; por outro lado, uma intensificação da urbanização, assim como de uma nova regionalização, que se deve diretamente à consecução e à expansão de grandes projetos mineradores e especialização agrícola com bases nas cadeias de valor do agronegócio e do mercado financeiro.

Este novo e contraditório ajustamento produtivo e territorial, concebido no âmbito de uma política de conciliação dos conflitos de classes e reformismo fraco (SINGER 2012), opera em favor de uma territorialização do capital monopolista internacional nas cidades e no campo – portanto, por uma racionalidade exclusiva da reprodução ampliada do *valor*, seja em sua face produtiva (construção do espaço habitado) ou financeira (especulação fundiária).

² Associado a estrutura social e política formada durante o governo Lula da Silva (2003-2011) e mantido em sua sucessão nos governos Dilma Rousseff (2012-2016), que se caracteriza por uma política de conciliação de conflitos de classes, onde o governo endossa e reforça os fundamentos da acumulação capitalista burguesa (*pacto conservador*) ao mesmo tempo em que negocia melhores condições de vida, emprego e renda aos mais pobres por meios de programas e políticas específicas (*reformismo fraco*).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Relatório de impacto ambiental do projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do nordeste setentrional*. Brasília, DF, 2004a.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT). Relatório de impacto ambiental Ferrovia Transnordestina. Brasília, DF, 2004b.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. In: *Scripta Nova*, Barcelona, vol. x, 2006, p. 59-81.

_____. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ENANPUR. São Paulo (SP), 2017.

GUERREIRO, I. A.. A produção do espaço urbano pelo Lulismo: contradições específicas da dependência. XVII ENCONTRO NACIONAL DA ENANPUR. São Paulo (SP), 2017.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil. O debate NA DÉCADA DE 2000*. Vol. 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 103-172.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA et. ali. *Padrão de Reprodução do Capital*. Contribuições da teoria marxista de dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

PERNAMBUCO. Agência de Planejamento e Pesquisa do Estado de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM. *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Município de Salgueiro e seu Entorno*. Recife, 2017.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Os Impactos Socioambientais da transposição do rio São Francisco. In: *Terra Azul*, 2005. Disponível em: <<http://www.terrazul.m2014.net/spip.php?article200>> Acesso: 14. Dez. 2016

SANTOS, M. *Técnica, Espaço e Tempo*. Globalização e meio técnico-científico e informacional. 4º ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SINGER, A. *Os Sentidos do Lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo. Companhia das Letras, 2012.

VAINER, C. B. e ARAÚJO, F. G. B. de. *Grandes projetos hidroelétricos e desenvolvimento regional*. Rio De Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992

TRANSFORMAÇÕES E INFLUÊNCIAS DA ARQUITETURA HOSPITALAR BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE TECNOLÓGICA, POLÍTICA ADMINISTRATIVA E AVANÇOS MÉDICOS

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Chayane Galvão

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Jonathas Magalhães Pereira da Silva

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

Segundo Sanglard e Costa (2019), afirmam-se três correntes de pesquisas ligadas a questão do patrimônio cultural da saúde no Brasil: história das instituições; história, memória e patrimônio; e arquitetura e saúde. Pretende-se então abordar nesta pesquisa, a evolução e o estudo da arquitetura hospitalar brasileira dentro da perspectiva da história da arquitetura, analisando projetos arquitetônicos sob influências externas.

Com uma breve contextualização da evolução arquitetônica de projetos hospitalares, complementado por um levantamento dos acontecimentos políticos de saúde pública e com base legislativa, a pesquisa propõe a análise de três estudos de caso. Os mesmos serão compostos por três projetos arquitetônicos hospitalares, originados entre 1980 até 2019, com os quais pretende-se estudar, analisar e entender diferenças, transformações e tendências projetuais deste seguimento.

Com a intenção de entender as novas formas projetuais nos edifícios hospitalares, buscou-se estudos e pesquisas sobre a evolução, história e influências desta arquitetura em revistas, periódicos e livros. A seleção de estudo de casos, ainda em andamento, se dá por facilidade de acesso aos projetos, e vem acontecendo por meio de contato direto com arquitetos responsáveis e pesquisadores da área de interesse. Com base nas informações levantadas, pretende-se estudar os projetos selecionados de forma identificar como as mudanças no atendimento hospitalar e de procedimentos médicos, em função dos

conhecimentos acumulados e avanços tecnológico, estabeleceram novos pressupostos e posturas na organização do espaço hospitalar.

DESENVOLVIMENTO

Tipologias Arquitetônicas Brasileiras

O hospital é uma instituição que não permite datar uma única origem, pois foi fruto de várias evoluções pelos continentes do mundo antigo. Até o século XVIII os espaços destinados ao tratamento de doentes localizava-se em templos sagrados e igrejas. Sua função na época era mais destinada a acolher e cuidar até a hora da morte do que precisamente a de tratar um mal (CARVALHO, 2014; RIBEIRO, 1993).

Povoado pela Europa, o Continente Americano seguiu em seus primeiros séculos de formação os modelos arquitetônicos lá utilizados. As instituições hospitalares seguiram a mesma linha porém, desenvolveram-se com maior lentidão devido à ausência de grandes cidades. Os hospitais brasileiros passaram por um longo período de experiências arquitetônicas e só a partir da segunda metade do século XX é que pode-se notar um avanço na padronização de construção desses estabelecimentos (CAMPOS; PINTO; MONTEIRO FILHO, 1979).

O Início das Instituições de Tratamento Brasileiras

Nos primeiros momentos de povoamento do Brasil, as primeiras formas de tratamento foram oferecidas através das enfermarias jesuíticas. Estas eram implantadas nas casas dos próprios jesuítas, ou então, em uma construção improvisada feita em taipa. Consistia basicamente em um grande salão com várias janelas e uma capela ao fundo e, quando possível era feita a separação por sexo através de biombos (SILVA, 1999).

O início das instituições de tratamento propriamente ditas, se deu através das Santas Casas de Misericórdia, primeiros espaços físicos destinados ao tratamento dos doentes que reproduziram os padrões de Lisboa (IBAÑEZ; DUARTE; DIAS, 2011).

As formas arquitetônicas eram primordialmente como as igrejas, com um eixo central contornado por pátios laterais que faziam a função de separação das atividades administrativas das atividades hospitalares. Essa tipologia seria conhecida como cruciforme, podendo ser encontrada em plantas de formato em X, em pente, radial, duplo E e H. Sua

principal característica era manter as enfermarias fixas ao corpo central do edifício (COSTA, 2011).

Antes do século XVIII, acreditava-se que as doenças eram originadas através do ar podre que circulava nas cidades, composto pelos “miasmas”. A solução encontrada era fazer com que o ar circulasse mais frequentemente e assim evita-se o contágio da população. Locais como hospitais eram vistos como um dos principais ambientes em que esse ar contaminado circulava, razão pela qual eram alocados em terrenos fora do perímetro urbano, influenciando na segregação social vista nesses ambientes (MASTROMAURO, 2008).

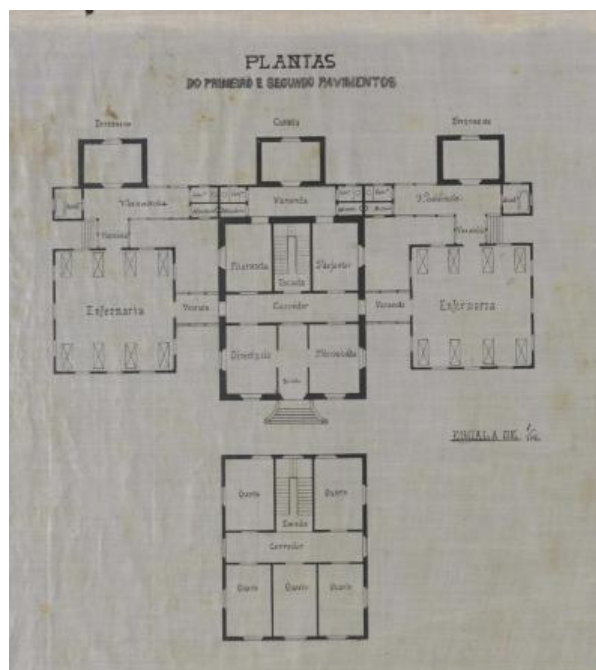


Figura 01 – Planta do Lazareto do Rio Janeiro Fonte: SIAM, 2019

No projeto arquitetônico do lazareto de Ilha Grande (figura 01), no Rio de Janeiro, pode-se observar a presença de mais de um pavilhão. As fachadas apresentavam elementos neogóticos e ecléticos. Cada pavilhão não ultrapassava mais de dois pavimentos e nota-se a preocupação com insolação e ventilação, marcada pela presença de janelas em todas as fachadas e pátios/jardins internos.

Medidas Higienistas na Arquitetura

Com a crise de epidemias enfrentada no século XIX, medidas foram tomadas quanto a construção dos hospitais com a intenção de torná-los mais higiênicos: combater a umidade e priorizar a ventilação e troca de ar nos edifícios. Essas medidas nomeariam o hospital higienista (PORTO *et al*, 2008).

As regras de higiene impostas nos anos 1800 iam contra: arquiteturas irregulares, enfermarias subterrâneas, umidade, má circulação do ar, cômodos de pequeno dimensionamento e aglomeração de doentes sem separação por enfermidade (PORTO *et al*, 2008).

A predominância no século XIX foi o uso de pavilhões. Os hospitais pavilhonares, diferentes dos hospitais cruciformes, apresentavam enfermarias independentes do corpo do edifício, sem nenhuma ligação arquitetônica com os demais pavilhões do hospital (COSTA, 2011).

Essa tipologia acontecia em terrenos isolados e próximos a rios, deveria possuir áreas de jardins, provocando segundo as crenças da época, conforto, higiene, aeração e insolação de todas as partes da construção. Além do afastamento das áreas centrais, cada pavilhão deveria abrigar um tipo de doença, garantindo maior isolamento (COSTA, 2011). O estilo neoclássico era visto principalmente nos blocos de acesso e se fez presente na arquitetura até a virada do século, quando se observa o início da linguagem eclética (PORTO *et al*, 2008). As características do modelo pavilhonar podem ser vistas também no Hospital de Alienados em Juquery – SP (figura 02), com projeto de Ramos de Azevedo em 1895. A (COSTA, 2011).



Figura 02 – Hospital de Alienados em Juquery, SP, 1895 Fonte: COSTA, 2011

Na linha de avanços da medicina, como as descobertas de Pasteur, iniciaram no século XX a necessidade de atendimentos sem isolamento e de enfermidades urgentes trazidas com a modernização, surgindo assim os hospitais gerais e de pronto-socorro. Esses seriam locados em terrenos inseridos na malha urbana central (PORTO *et al*, 2008).

A Arquitetura Hospitalar Brasileira no Século XX

Ainda era grande a preocupação com a correta ventilação e a higiene dos hospitais em 1920, onde a arquitetura procurava auxiliar na solução desses problemas. A preocupação com a higiene provocou o desligamento das enfermarias do corpo da edificação principal, surgindo o modelo monobloco (PORTO *et al*, 2008).

Evidenciando essa transição entre o partido pavilhonar e o monobloco, a fachada dos prédios menores era composta pelo estilo neoclássico, onde ficavam as enfermarias. Já o bloco principal, era decorado com uma estética clássica alemã (PORTO *et al*, 2008).

Com a crescente aglomeração e adensamento das metrópoles, a tipologia de monobloco procurou solucionar as problemáticas de ventilação e insolação nessas construções mais compactas (COSTA, 2011). Essa nova tipologia hospitalar também traria consigo, a partir de 1950, fachadas que rompiam com os estilos adotado até então. Tomariam lugar, a forte influência da estética de Le Corbusier: ausência de ornamentos, estrutura aparente, planta livre e a possibilidade de reprodução (COSTA, 2009).

Políticas Públicas De Saúde

Silva (2011) aponta dois momentos cruciais para a configuração da saúde na história brasileira:

(...) o primeiro, após a metade do século XVIII, quando a higiene publica surgiu como uma preocupação associada ao crescimento do espaço urbano (Machado *et al.*, 1978); e o segundo, quando as políticas sanitárias tornam-se centrais para a configuração do novo Estado republicano (Hochman, 1998).

No Brasil, o processo de preocupação com a saúde e implantação de políticas públicas se dá nas primeiras décadas do século XX, e é acelerado devido a industrialização e a urbanização (LUZ, 1979). No período Imperial, os serviços de saúde pública iniciam-se com uma ordenação de concentração absoluta seguindo a tradição colonial, que perdura até 1828. Em seguida, até 1850 houve uma descentralização total, onde as municipalidades tomavam conta de suas próprias políticas, e por fim uma recentralização, com órgãos centrais municipais (IBAÑEZ; DUARTE; DIAS, 2011). Após a Revolução Industrial ocorrida no século XVIII, as condições de saúde declinam outra vez, e aplica-se o higienismo. O higienismo se materializa primeiramente na melhoria da circulação das águas e dos ares, com o alargamento das ruas. Esses movimentos e ações higienistas vistas também nas construções hospitalares, explicam-se pela teoria da liberação do ar podre, na teoria dos miasmas (CHASLES, 2016).

Normatização Para Projetos Hospitalares

O Brasil teve sua primeira normatização nacional referente a construção de hospitais na década de 1940. Intitulada *Padrões Mínimos Hospitais*, baseou-se na norma lançada pelo governo americano em 1946, *Elements of the General Hospital*. Muito similares, a norma brasileira trouxe um compilado de desenhos explicativos que tinha por objetivo formar um guia simplificado dos elementos de um hospital de pequeno porte (BRASIL, 194?).

Em 1953 ocorre no país, o primeiro curso profissionalizante para construções de edifícios hospitalares, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil de São Paulo (IAB-SP). Segundo Carvalho (2017), o curso foi um marco na história da arquitetura hospitalar brasileira, mostrando a necessidade dos profissionais em obter conhecimentos específicos. O Departamento Nacional de Saúde, publica em 1965, o *Projeto de Normas Disciplinadoras das Construções Hospitalares*. Essa nova publicação aumenta o número de desenhos e adiciona tabelas complementares, trazendo a relação de espaços e dimensionamento mínimo. Uma nova edição, em 1974, *Normas do Hospital Geral*, traz novas plantas e exclui as tabelas, colocando áreas e dimensionamentos em textos auxiliares (CARVALHO, 2017).

A Portaria 400/1977, transforma as normas em instrumento rígido, sem permitir grandes variações quanto as áreas mínimas ali estabelecidas. Em 1994, a portaria é reeditada, sendo a última normatização antes da RDC – 50, vigente desde 2002 (BRASIL, 1994).

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

A partir dos dados coletados espera-se realizar uma análise completa dos projetos selecionados. Os estudos de casos serão estudados tentando compreender a intenção e perspectiva do arquiteto, bem como as influências sociais, tecnológicas construtivas e legislativas presentes no momento de projeto.

Os estudos referentes a esta tipologia arquitetônica ainda permitem inúmeras investigações. Entender de que forma os profissionais brasileiros vem projetando esses estabelecimentos se torna imprescindível para o ensino e entendimento da arquitetura hospitalar brasileira. Pretende-se ao fim deste estudo, ser possível fazer apontamentos como influências, tipologias, materiais, normativas etc, que esses projetos vem sofrendo nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Normas Para Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Padrões Mínimos Hospitais, de Oscar Valdetaro, Roberto Nadalutti, Israel B. Correa e Hélio Muller, 194?. Fonte: acervo IPH.

CAMPOS, Juarez de Queiroz; PINTO, Sylvia Caldas Ferreira; MONTEIRO FILHO, Antonio Jorge. O hospital e seu planejamento. São Paulo, SP: LTr, 1979.

CARVALHO, Antonio Pedro Alves de. Normas de Arquitetura de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde no Brasil. Revista | Magazine IPH Nº14 - Setembro 2017

CARVALHO, Antônio Pedro Alves de. Introdução à arquitetura hospitalar. Salvador, BA: UFBA, 2014.

CHASLES, Virginie. Saúde urbana e higienismo, o exemplo da França. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 64, p. 65-74, ago. 2016.

COSTA, Renato Gama-Rosa. Patrimônio moderno da saúde e os desafios para a sua valorização: o exemplo do Rio de Janeiro. Artigo apresentado no 8º Seminário Docomomo Nacional. Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, Renato Gama-Rosa. Apontamentos para a arquitetura hospitalar no Brasil: entre o tradicional e o moderno. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez 2011, p.53-66.

IBAÑEZ, N.; DUARTE, I. G.; DIAS, C. E. S. B. As irmandades da misericórdia e as políticas públicas de assistência hospitalar no estado de São Paulo no período republicano. In: História da saúde: São Paulo: instituições e patrimônio histórico e arquitetônico (1808-1958) / Maria Lucia Mott, Gisele Sanglard (organizadoras). – Barueri, SP: Minha Editora, 2011.

LUZ, Madel Therezinha. As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1979. 295 p.

MASTROMAURO, Giovana Carla. Urbanismo e Salubridade na São Paulo Imperial: o hospital de isolamento e o cemitério do araçá. 2008. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas – SP, 2008.

PORTO, Â. et al. História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958) [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, 167 p. ISBN: 978-85-7541-599-3. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7f83x/epub/porto-9788575415993.epub> > Acesso em 17 jul 2019.

RIBEIRO, Herval Pina. O Hospital: história e crise. 1ed. São Paulo: Cortez, 1993.

ROSEN, George. Uma história da saúde pública. 2.ed. São Paulo, SP: Hucitec: Ed. UNESP; Rio de Janeiro, RJ: ABRASCO, 1994.

SANGLARD, G. e COSTA, R. Gama-Rosa. Patrimônio Cultural da Saúde: uma década de reflexão e atuação sobre o campo. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.11, n.20, ISSN 2177-4129. Jan 2019.

SILVA, Kleber Pinto; NOGUEIRA, Brenno Cyrino. Hospital, espaço arquitetônico e território. 1999. 244 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

SILVA, Marcia R. B. da. Concepção de saúde e doença nos debates parlamentares paulistas entre 1830 e 1900. In: História da saúde: São Paulo: instituições e patrimônio histórico e arquitetônico (1808-1958) / Maria Lucia Mott, Gisele Sanglard (organizadoras). – Barueri, SP: Minha Editora, 2011.

IMPACTOS SOCIOESPACIAIS DE HIS EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO EM JUNDIAÍ, SP.

Felipe da Motta Bueno

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Wilson Ribeiro dos Santos Júnior

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO

O principal objetivo desta pesquisa é identificar as dinâmicas sociais da implantação de habitação de interesse social em assentamentos precários, se utilizando da cidade de Jundiaí a partir do ano de 2009¹, como foco do estudo, destacando os impactos socioespaciais causados pela reurbanização de assentamentos precários. Visa criticar os mecanismos de ação conduzida pelos Programas de Habitação e/ou Urbanização que promovem essas novas habitações em áreas precárias, impactando diretamente a experiência de residentes recentes e originais após a apropriação da habitação. Pretende-se, também, examinar a nova dinâmica de possível conflito entre essas populações. A pesquisa pretende, especificamente, identificar a solução, a criação ou a expansão da segregação socioespacial entre o projeto de HIS com o entorno imediato pré-existente, podendo ser bairro legal, assentamento precário e/ou empreendimentos imobiliários fechado.

A questão da segregação é um problema global que repercute diretamente na malha urbana, é consequência do ineficiente planejamento urbano (SABATINI; BRAIN, 2008), originando cidades insustentáveis. São os países periféricos do capitalismo que sofrem as piores consequências, com grande contingente de moradias inadequadas inseridas em assentamentos precários, criando cidades fragmentadas, desiguais e disfuncionais. O processo de urbanização desses países sofreu com o alto nível de pobreza e o rápido crescimento populacional (Ipea, 2018; ONU-HABITAT, 2015), seguidos da não provisão necessária de habitação de qualidade para a população mais fragilizada socioeconomicamente por parte do Estado (BONDUKI, 1994). No caso da América Latina, a segregação socioespacial é a mais intensa, potencializando esses parâmetros que

¹ Ano de implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

permeiam a miséria e impedem que pessoas vivendo em lugares de precariedade ascendam para uma condição mais digna (SABATINI; BRAIN, 2008).

Jundiaí é a cidade pólo da Aglomeração Urbana de Jundiaí (AU-Jundiaí), integrando a Mesorregião Macro Metropolitana Paulista, com importante provimento de Habitação de Interesse Social (HIS), com a terceira maior produção pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com 49,1 mil moradias dentre as 579,1 mil em todo Estado de São Paulo (Ministérios das Cidades, 2010). A cidade possui uma taxa de urbanização de 95% muito devido às limitações impostas pelas áreas de proteção ambiental (FANELLI; SANTOS JUNIOR, 2014). No ano de 2014, contava com uma população de 368 mil habitantes (SEADE, 2014), dos quais 9% se encontravam no nível de pobreza (IBGE 2010), apresentando umas das maiores desigualdades da aglomeração com Índice de Gini de 0,53 (JUNDIAÍ, 2015). A população de baixa renda da AU-Jundiaí está presente principalmente nas cidades de Várzea Paulista, Cabreúva e Jarinu, importantes fornecedores de mão de obra especialmente para Jundiaí. (FANELLI; SANTOS JUNIOR, 2013). Mas isso não exclui uma parcela significativa de 13% da população de Jundiaí vivendo em condições de precariedade urbana (JUNDIAÍ, 2015).

A Aglomeração localiza-se num corredor de infraestrutura urbana com acesso aos principais aeroportos do estado de São Paulo pelas rodovias Anhanguera e Bandeirantes, e acesso à capital paulista por trem². Tais meios de transporte possibilitam uma importante interação com as duas principais Regiões Metropolitanas do Estado, Campinas e São Paulo. Devido a esses fatores, a região é alvo para instalações de indústrias e empresas multinacionais desde a expansão econômica brasileira e o avanço da industrialização para o interior do estado (QUEIROGA; BENFATTI, 2007).

Esta grande disputa social em torno da produção do espaço urbano ocorre entre o Poder Público e os setores industriais, comerciais e residenciais, delimitando o espaço físico no qual as classes mais altas são privilegiadas com as melhores localizações e excluem as classes desfavorecidas socialmente (MAUTNER, 1999), segregando os cidadãos entre condomínios fechados, conjuntos de HIS e no entorno dos Distritos Industriais na região de Jundiaí (FANELLI, 2014)

A prefeitura de Jundiaí concebe vários projetos de HIS através da Fundação Municipal de Ação Social (Fumas). O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), quantifica

² Linha 7 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

o déficit habitacional e os núcleos urbanos informais, 68 no total determinados por ZEIS 1, oito são loteamentos irregulares de baixa renda, dezesseis consideradas favelas, trinta e seis conjuntos habitacionais e oito cortiços. Com a aprovação do Plano Diretor de 2016, e com o PLHIS de 2015, garantem a integração do processo de estruturação da política habitacional e a manutenção de recursos federais para a melhoria da qualidade habitacional da população. Assim, vem atuando no enfrentamento da irregularidade nos assentamentos precários, com doze em processo de regularização (JIMENEZ, 2018).

Apesar da assistência na provisão de moradia para a população necessitada, as políticas de habitação ainda não resolvem o problema de áreas degradadas socialmente, não resolvem a integração social urbana. Este fato exemplifica como só a provisão de habitação não resolve o próprio problema de habitação. No site da própria Fumas há uma advertência sobre a proibição de vendas das moradias de HIS e recomenda a denúncia da prática³, explicitando a ineficiência ao atendimento e principalmente à permanência de quem recebe uma moradia através das políticas habitacionais.

A falta de fortes políticas de habitação social por parte do Estado, somados à urbanização dos baixos salários que não permitem acesso ao mercado de moradia (MARICATO, 1996) e a expulsão da população de classe baixa para a periferia sem infraestrutura urbana acarretou e agravou a questão da habitação no país, inicialmente originado nas capitais e atualmente presentes em cidades de grande e médio porte com um processo de industrialização marcante.

O Estado assume a responsabilidade sobre a questão social e da provisão de moradias dentro da lei do capital de geração de lucro. Financia com um montante fixo, fornecendo o capital para que a iniciativa particular (empresários e construtoras) produza habitações de cunho social, acarretando assim em péssima qualidade urbanística dos conjuntos habitacionais devido ao apego incessante do lucro pelos agentes construtores. Esse processo ocorre mesmo dentro dos programas sociais/habitacionais (NISIDA *et al.*, 2015), incentivando a segregação espacial.

Neste contexto, a população que não detém recursos para adentrar ao mercado de moradia legal ou de loteamentos populares, tem como saída a invasão de terras e a

³ Verificado no mês de maio de 2016

autoconstrução, efeito fundamental para o processo de urbanização em todo país (MARICATO, 1999), e para a formação de favelas em áreas centrais ou periféricas.

A tradição do Poder Público (a qual varia entre menor ou maior disparidade de acordo com ideologia política, sem suprir as necessidades reais ao atendimento da população carente), no distanciamento de ações entre discurso e execução dos projetos sociais voltados para a provisão de habitação para população de baixa renda, produz e/ou mantém a segregação da população, divididos entre “cidadãos” (moradores de bairros legais) e “excluídos indigentes” (moradores de assentamentos precários). O Estado possui um vínculo de interesse junto ao capital e as classes que retêm capital, sendo assim, o investimento público em infraestrutura é desigual dentro do território das cidades, ocorrendo menos gastos percentualmente nas áreas de maior risco social, deixando a população mais necessitada sem o devido respaldo público. Por vezes, os programas/projetos de HIS são vistos como oportunidade, pelo poder público (e pelo capital privado/mercado imobiliário), de uma ferramenta para limpeza e higienização social, visto que nos mesmos não há o atendimento por completo dos moradores, que permanecem sem atendimento pelo Estado, fato que prova a contradição da questão social dos programas de HIS, que são garantidos no papel e no discurso, mas não na prática (ZUQUIM, 2012).

OBJETIVO

Identificar os impactos socioespaciais de pós-ocupação entre habitação de interesse social (HIS) e seu entorno imediato, pontuando a possível criação ou ampliação de segregação socioespacial, a identificação dos distintos Programas, referentes aos objetos de estudo de caso que promoveram HIS em assentamentos precários no município, fazer uma análise de inserção na malha urbana dos assentamentos precários que receberam os projetos de HIS escolhidos como objetos de estudo, a criação de “enclaves fortificados”, “muralhas sociais” e/ou “muros “invisíveis” resultantes das reurbanizações, a identificação de processos de gentrificação pós-implantação, almejando quantificar o nível de substituição das famílias beneficiadas, através da compra, venda, e aluguel ilegal de HIS, como entendimento da dinâmica de substituição social.

MÉTODO

O estudo busca desenvolver tanto análises qualitativas, que irão elucidar a problemática da segregação, quanto quantitativas, para equacionar a potencialidade deste problema no território de Jundiaí. Pretende utilizar pesquisa documental para contribuir com dados quantitativos sobre a problemática social juntamente com a revisão bibliográfica, para adquirir informações de conhecimento geral sobre segregação socioespacial e reurbanização de assentamentos precários com provisão de habitação de interesse social (HIS), além de pesquisa empírica selecionando estudos de casos que venham a contribuir para a compreensão dos fatos a serem estudados além do levantamento *in loco* para obter dados específicos sobre os conjuntos habitacionais e seus moradores.

Será verificado como os projetos de reurbanização foram inseridos na malha urbana e a relação dos mesmos com o entorno imediato, fazendo uma análise utilizando os estudos de inserção urbana já disseminados na literatura, rebatendo as possíveis semelhanças e diferenças entre projetos. Fazer uma análise crítica das consequências que o novo empreendimento ocasionou na vida local, sobre o ponto de vista de promover ou ampliar a segregação da população ali residente ou de contribuir para uma integração social. Contrapondo com os Programas que os projetos de HIS e tecer uma crítica sobre o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Jundiaí, identificando se estes atendem à população em foco e se há coerência entre discurso e ação. Identificar os Programas e Financiamentos dos projetos selecionados para o estudo de caso, a quantidade de habitações previstas e entregues, qual foi o procedimento de alocação das famílias e o atendimento às mesmas, se houve remoção de habitações e como aconteceu caso se confirme. Por fim, discorrer sobre a apropriação do espaço no qual foi inserido o projeto pela população atingida e identificar as dinâmicas sociais decorrentes da pós-ocupação das habitações.

A pesquisa irá se basear no estudo de caso de um número limitado de projetos de HIS em assentamentos precários que possibilitem criar uma base de informações para alimentar a discussão prevista acima. O principal fator para a seleção é que sejam projetos de reurbanização de assentamentos precários com a construção de habitação de interesse social. Serão selecionados projetos datados após o ano de implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, podendo haver distintos Programas de HIS. Sobre a localização, é desejável que os objetos de estudo estejam dentro do perímetro urbano da cidade, próximos de bairros consolidados além dos assentamentos precários remanescentes. A morfologia não

entra como parâmetro eliminatório para a escolha do objeto de estudo, prevendo diferentes tipos de empreendimentos e com diferentes tipologias, de dimensões e soluções de projeto variadas.

O estudo será estruturado com diferentes escalas de abordagem sobre critérios físicos e sociais entre os objetos de pesquisa com a cidade, com o bairro e com o entorno imediato, para chegar à análise de como as características morfológicas dos HIS influenciarão nas dinâmicas sociais locais. Organizar a pesquisa deste modo possibilita a compreensão de importantes informações como o interesse do mercado imobiliário por áreas valorizadas próximas de assentamentos precários, o motivo de escolha para certas áreas a serem ocupadas informalmente, os critérios que o Poder Público utiliza para a escolha de quais áreas e como devem ser reurbanizadas e os fluxos de traslado da população local pela rede urbana.

Ao final, irá traçar uma conclusão da ação do Estado na promoção dos empreendimentos habitacionais estudados para a parcela da população mais carente socialmente, discorrendo se houve uma integração social e urbana dessa parcela excluída até então. Apontando para a problemática de que não basta criar somente habitação, a qualidade das ações e dos produtos finais reverberam positivamente ou negativamente no enfrentamento da exclusão urbana.

RESULTADOS ESPERADOS

Considerando a conjuntura, pensar em cidades sustentáveis e justas é ter uma produção urbana que não seja segregadora de cidadãos pelo território das cidades e que coloquem os direitos humanos como questão principal, e não em detrimento ao capital. Assim, a análise teórica do ponto de vista urbanístico pretende formar um argumento que fomente a discussão de novas políticas públicas que contemplem plenamente a sociedade, criticando os métodos de intervenção em assentamentos precários pelo Poder Público, apontando acertos e equívocos cometidos referentes aos estudos de caso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1994.

FANELLI, A. F. D. M. A aglomeração urbana e a expansão recente da área central de Jundiaí. Dissertação (Mestrado em Urbanismo – PUC Campinas), 2014.

FANELLI, A. F. D. M; SANTOS JÚNIOR, W. R. Jundiaí (SP): transformações recentes na paisagem urbana. Paisagem e Ambiente, [S.l.], n. 33, p. 109-126, june 2014. ISSN 2359-5361. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/90327>>. Acesso em: 01 aug. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i33p109-126>.

_____. O Aglomerado Urbano Urbano de Jundiaí (SP) e os desafios para a mobilidade metropolitana paulista. Caderno MetrÓpole. São Paulo: Educ, dez. 2013, vol. 15, n.30, p. 461-487.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (Saede). <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso: 22 junho 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em 11 de maio de 2016.

JIMENEZ, F. T. Urbanização de assentamentos precários em Jundiaí (SP) 201-2017: as intervenções dos Programas de Aceleração do Crescimento, Minha Casa Minha Vida, e o papel da Fundação Municipal de Ação Social. PUC Campinas. Campinas, 2018.

JUNDIAÍ. FUMAS. Prefeitura de Jundiaí (Org.). PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social. Jundiaí: Prefeitura de Jundiaí. 2015

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão. CONTRIBUIÇÕES À NOVA AGENDA URBANA: O RELATÓRIO DO CONCIDADES PARA A CONFERÊNCIA HABITAT III. Brasília; Rio de Janeiro, 2018.

MARICATO, E. A Terra É Um Nó na Sociedade Brasileira...Também nas Cidades. Cultura Vozes, Petrópolis – Ed. Vozes, v.93, n.6, p.7-22, 1999.

_____. MetrÓpole na periferia do capitalismo. São Paulo: Hucitec, 1996. 141p.

MAUTNER, Y. A periferia como fronteira da expansão do capital. In: Deak, Csaba & Shiffer, Sueli (Orgs.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Fupam EDUSP,1999.

MINISTÉRIO DAS CIDADES.< <http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em 8 junho de 2018.

NISIDA, V., VANNUCHI, L., ROSSI, L., BORRELLI, J., LOPES, A. A inserção urbana dos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida na escala local: uma análise do entorno de sete conjuntos habitacionais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 17 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/5010/4690>>. Acesso em: 01 de agosto de 2016.

QUEIROGA, E. F.; BENFATTI, D. M. Entre o Nó e a Rede, dialéticas espaciais contemporâneas: o caso da Metrópole de Campinas diante da Megalópole do Sudeste do Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 9, p. 41-52, 2007.

SABATINI, F.; BRAIN, I. La Segregación, los Guetos y La Integración social urbana: mitos y claves. Revista Eure, Vol. XXXIV, n. 103, PP. 5-26, dezembro 2008.

UN-HABITAT. Organização das Nações Unidas. Housing at the centre: of the New Urban Agenda. 2015.

VILLAÇA, F. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1998.

ZUQUIM, M.L. Urbanização de assentamentos precários no município de São Paulo: quem ganha e quem perde?. In: II ENANPARQ Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2012, Natal. Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas. Natal: EDUFRN, 2012. v. 1.

DIÁLOGOS TRANSNACIONAIS: A CONSTRUÇÃO DO MODERNO COMO LINGUAGEM

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Helena Vilela

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Jane Victal

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUÇÃO:

Este resumo apresenta os resultados parciais da pesquisa cujo objetivo é estudar como os diálogos transnacionais, ocorridos durante o período moderno, contribuíram para a construção do modernismo como linguagem arquitetônica universal enquanto também introduziu a arquitetura autoral. Partindo disso, a pesquisa caminha para identificar a espacialização das ideias e confluências modernas fruto de experiências vivenciadas no exterior e de diálogos realizados por meio de uma política dos Estados Unidos que envolveu o Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA). Assim, à luz desta política norte-americana, esta pesquisa busca analisar o projeto e a implantação do Museu de Arte Moderna (MAM-RJ) e do Parque do Flamengo, feito sob a liderança de Lota de Macedo Soares, e também a paisagem Carioca cuja imagem foi exportada para o mundo como lugar e destino. Neste resumo buscou-se evidenciar como a pesquisa documental foi importante para (1) o estudo da rede de pessoas que atuaram no ideário Moderno no Brasil; (2) a produção do livro *Modern Architecture in Brazil*, com ponto de inflexão entre *Arquitetura Moderna no Brasil* e *Arquitetura Moderna Brasileira*, (3) entender Lota como personagem e seu papel de interlocutora nesses diálogos transnacionais; (4) e finalmente analisar a visualidade moderna tal como se apresentou no projeto do Parque do Flamengo, alterando a paisagem do bairro da Glória e contribuindo na formação do imaginário progressista do Rio de Janeiro.

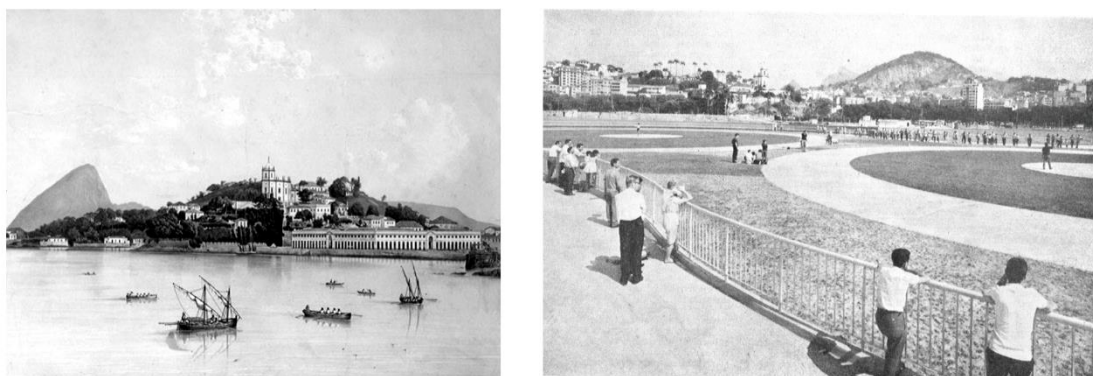


Imagem 1: À esquerda, a enseada da Glória na década de 1860, imagem de Victor Frond (1861) disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18373/la-gloria-rio-de-janeiro> , último acesso em 08 de outubro de 2019, à direita: Vista do Outeiro da Glória pelo Aterro do Flamengo, encontrada no Processo de tombamento do Parque do Flamengo. Fonte: DPHAT, 1964/65.

FONTES, MATERIAIS E MÉTODOS :

Esta pesquisa se fez por meio da análise de fontes primárias levantadas nos acervos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB, na FAU USP), do MoMA - em Nova York, do Vassar College da Universidade de Harvard. Também baseia-se em fontes secundárias, mais precisamente na historiografia e na teoria crítica. Após o primeiro levantamento, foi possível entender como política e estética caminharam juntas naquele momento no pós guerra, e também como os Estados Unidos influenciaram largamente na divulgação e propagação de um imaginário brasileiro para o mundo. Essa reflexão nos leva ao seguinte questionamento: Existiu de fato uma arquitetura moderna brasileira? Como foi a transição de uma arquitetura moderna no Brasil para uma arquitetura moderna brasileira? Por que Mindlin publicou seu livro em três línguas que não o português? Quem era o público fruidor da arquitetura brasileira na época? Quem foram as pessoas por trás desse livro e de outras formas de veiculação da arquitetura naquela época? Como a arquitetura moderna se tornou uma linguagem tão popular no Brasil, passando ainda por um processo de discussão sobre sociedade e ética na produção do ambiente construído? Qual o papel representado por Lota neste cenário? E qual a importância do Aterro do Flamengo nesse debate? Para responder essas perguntas é necessário discutir a produção de arquitetura moderna no Brasil e seu real papel no mundo durante a política de boa vizinhança entre Brasil e os EUA, no período de 1933 a 1945.

Além disso, é importante estudar a ideia de Homem Moderno, circunscrito na cultura que se formava em meados do século XX fundamentando a crítica, a produção artística e

arquitetônica no ocidente. A discussão perpassa pelo estudo de como, homens e mulheres, influenciados por este ideal cosmopolita, vivenciaram experiências de viagem da época e se tornaram personagens que contribuíram para a difusão deste ideário influenciando na espacialização da visualidade moderna no Rio de Janeiro. Importa também discutir sobre a historiografia da arquitetura moderna no Brasil, o imaginário criado pelos Estados Unidos e exportado por meio de exposições, catálogos e revistas e as críticas decorrentes dos mesmos.

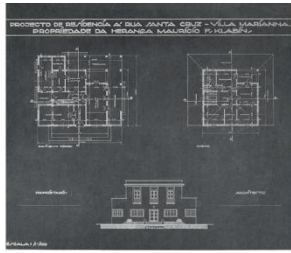
CONTEXTO E DISCUSSÕES RELATIVAS AO TEMA:

A tarefa de escrever o primeiro livro acerca da historiografia da arquitetura Moderna Brasileira coube à Mindlin. Entitulado “Modern Architecture in Brazil”, a obra foi prefaciada por Sigfried Giedion, e traduzido por Elizabeth Bishop, à época casada com Lota, sua amiga pessoal. Por isso, estabelecer uma rede de conexões formada pelos brasileiros e estrangeiros corrobora para remontar uma possível narrativa com base na análise de documentos primários encontrados nos acervos visitados e bibliografia revisada. A rede de contatos abarca diferentes pessoas embora sempre conectadas às mesmas instituições, o que nos revela como foram poucos os envolvidos na formação do Moderno no Brasil. O estudo revelou a influência dos personagens-chave que contribuíram para a construção da historiografia e a espacialização de idéias. Neste rede, Lota desempenhou papel relevante em diferentes momentos como quando em contato com o artistas, intelectuais e políticos ou na liderança do projeto do aterro do Flamengo.

A crítica na arquitetura moderna brasileira

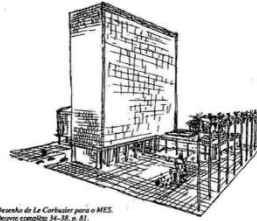
A crítica ao movimento no Brasil

Parte do material nos mostra que o surgimento de uma arquitetura moderna brasileira ocorreu com a construção da casa da Rua Santa Cruz, projeto de Warchavchik. Embora sua linguagem tenha sido considerada moderna, foi construída com técnicas tradicionais locais demonstrando a incoerência das primeiras tentativas. Ainda, este movimento perpassou a crítica de Lina Bo Bardi sobre o MES e resultou numa geração de arquitetos quase contemporâneos, que de fato construiu o que seria o Moderno Brasileiro.



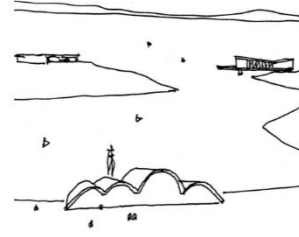
Casa Santa Cruz

Gregori Warchavchik, 1927



MES

Lúcio Costa e Eq., 1936



Pampulha

Oscar Niemeyer, 1943

Imagem 2: Casa da Rua Santa Cruz, desenho de Warchavchik, Desenho de Le Corbusier do Ministério de Educação e Cultura, Conjunto da Pampulha - desenho de O. Niemeyer em montagem feita pela autora.

Portanto, no Brasil, o moderno pode ser visto como um compêndio do moderno no mundo, explorado aqui por meio de dois projetos vistos como a síntese das artes na arquitetura e no urbanismo: O MES e o Aterro do Flamengo. Esse, no entanto, assim como mencionado por Lúcio Costa (2007), foi um movimento de transição para uma visualidade que resgatou atributos e técnicas da arquitetura tradicional, enquanto apresentava o contemporâneo como algo genuinamente brasileiro.



Imagem 3: Uma das imagens canônicas do M.E.S, foto de E. Kidder Smith para Brazil Builds, 1943 e o Aterro do Flamengo, imagem de autoria desconhecida, disponível em:

<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra68666/aterro-do-flamengo> último acesso em 08 de outubro de 2019. - montagem feita pela autora.

Embora o regionalismo crítico de Frampton só nos tenha sido apresentado na década de 1980, é importante entender como Lina Bo Bardi antecipou esse pensamento crítico cerca de trinta anos antes e dez após a construção do MES, no artigo “Bela Criança”. O posicionamento de uma mulher contra a grande maioria dos críticos mostra o retrato de um país que avançava sem reconhecer que sua modernidade estava enraizada na tradição.

É muito importante entender como mulheres como Lina e Lota circunscreveram esse ideário do “Homem Moderno” na arquitetura e urbanismo e, sendo fundamentais para o entendimento da nossa produção, ganharam relevância na discussão do moderno no Brasil. Embora a importância de Lota seja ainda pouco mencionada, Lina ganhou destaque no cenário da arquitetura brasileira.

A Glória de Lota

Por isso, justifica-se a abordagem onde Lota tem lugar na história entre outros personagens do moderno brasileiro. Nasceu em Paris, era de família abastada, estudou na Europa ainda jovem e aos 25 anos de idade estudou pintura com Portinari na Universidade do Distrito Federal, à época Rio de Janeiro. Era amiga próxima de Carlos Leão, Henrique Mindlin dentre outros. Foi pela primeira vez à Nova York em 1941, quando teve a oportunidade de conhecer pessoas que trabalhavam no MoMA e também outras personalidades como o artista Alexandre Calder, de quem se tornou amiga próxima. Nessa primeira estadia na cidade quando foi acompanhar Portinari, aproveitou para conhecer ao máximo o MoMA, pois já naquela época sonhava em criar algo parecido no Brasil, como relata em cartas à Mario de Andrade.

Embora as maiores informações sobre a vida de Lota já divulgadas sejam as da década de 1950 e 1960 devido à seu envolvimento com Elizabeth Bishop e posteriormente com o projeto do Aterro do Flamengo, é interessante entender sua presença nos EUA na década de 1940. Durante este período em que esteve no país, há relatos de uma Lota que estava não apenas envolvida com grandes personalidades, mas também uma pessoa em busca de grandes novidades na área da arte e do design. Seu nome aparece nos agradecimentos de livros e em cartas disponíveis no acervo do MoMA (Como o *The Latin-American collection of the Museum of Modern Art* By Lincoln Kirstein, de 1943, e *Latin American architecture since 1945*, escrito por Hitchcock em 1955), o que nos leva a crer que

seu envolvimento no Museu era real, assim como comentado no livro: *Remembering Elizabeth Bishop: an oral biography* (1994).

Esse relacionamento estabelecido com os EUA teve continuidade até o momento de seu falecimento, em 1967. Dentre 1941 e 1967, Lota viajou muitas vezes ao país e manteve contato com as pessoas que conheceu, fomentando assim sua rede de conexões. Calder, Monroe Wheeler, John dos Passos e Audus Huxley foram pessoas que passaram por sua residência em Samambaia, cujo projeto de Sérgio Bernardes recebeu o prêmio Jovem Arquiteto na Bienal de São Paulo em 1951, evento importante para esta pesquisa pois contou com a presença de personalidades como Walter Gropius.

A imagem que temos de Lota é de alguém que não apenas buscava estar entre pessoas interessantes. Seja como Marchand que se propôs a vender as obras de Calder no Brasil, embora Mindlin tenha sido curador de exposição do artista no Brasil, seja organizando a Artistas Brasileiros Reunidos, propondo a criação do Museu de Arte Moderna no Rio de Janeiro ou desafiando o mercado ao pedir que Reidy resgatasse seu projeto inicial para o Aterro do Flamengo. Seu prestígio indica traços de uma pessoa que conecta outras fortalecendo o diálogo com um objetivo em comum: tornar as artes acessíveis, aproximando-a de todos seja por meio da observação, do uso lúdico - como proposto no Parque do Flamengo ou da arquitetura como morada, como fez em sua própria casa.

CONCLUSÃO:

Embora o debate sobre o moderno no Brasil já tenha sido tratado fartamente pelos historiadores e pelos teóricos da arquitetura há mais de meio século, é preciso aliar essas questões ao território e a paisagem cultural. Além disso, resta também esclarecer sobre a influência dos Estados Unidos nesses momentos, e mais especificamente a importância do MoMA como instituição mediadora de uma estética que, embora europeia, recebeu traços norte-americanos sendo estes posteriormente difundidos no Brasil. Em contrapartida ao fluxo de importação de modos de ser, personagens brasileiros fizeram o movimento oposto ao exportarem uma visualidade tropical para o hemisfério norte, sendo esta exclusivamente a vertente que se legitimou como arquitetura moderna brasileira.

Para que fosse possível o amadurecimento de uma arquitetura moderna brasileira, foi necessário que atendêssemos pelo menos quatro critérios: estético, técnico, tropical e ético, somando-se a isso o problema da circulação de ideias. A rede de contatos favoreceu a

comunicação entre os países que, por meio do trânsito de pessoas, fomentou o diálogo entre brasileiros e estrangeiros. Essas ideias também circularam por meio das publicações especializadas - aqui usadas também como documentação primária – que se tornaram instrumentos para divulgação desse imaginário criado acerca da Arquitetura Moderna Brasileira. Isto contribuiu, entre outros fatos da cultura carioca, para a imagem do Rio de Janeiro, onde pôde-se implantar um projeto urbano na escala do Aterro do Flamengo que redefiniu a orla marítima e redesenhou a paisagem urbana da cidade.

A seleção de arquitetos que entraram para a história da arquitetura moderna brasileira não se baseou apenas por questões relativas à produção, mas pautou-se sobretudo pela política. Muito se fala nos ícones do moderno, mas pouco se fala sobre outros personagens que permaneceram nos bastidores, participando dessa rede de conexão entre Brasil e Estados Unidos. É preciso revisitar o que acontecia no Brasil no período e resgatar projetos e figuras dentre os canônicos que aqui foram realizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARDI, L. B. Bela Criança. Habitat - Revista das Artes no Brasil, n. 2, 1951.

COSTA, L. Lúcio Costa: sobre arquitetura. Porto Alegre: Centro Universitario Ritter Dos Reis : UniRitter, 2007.

FOUNTAIN, G. Remembering Elizabeth Bishop: an oral biography. Amherst: University of Massachusetts Press, 1994.

HITCHCOCK, H. R. Latin American architecture since 1945. New York: Museum of Modern Art, 1955.

MINDLIN, H. E. (HENRIQUE E. Modern architecture in Brazil. [English language ed.] ed. New York: Reinhold PubCorp, 1956.

MUSEUM OF MODERN ART. The Latin-American collection of the Museum of Modern Art By Lincoln Kirstein. New York, N.Y.: The Museum of Modern Art, 1943.

ENSINO DE ARQUITETURA: A CONTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Jussara Schultz Bauermann

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Jane Victal Ferreira

Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

RESUMO

O cenário mundial informatizado e globalizado apresenta novas e complexas demandas, exigindo do arquiteto uma compreensão holística. Com o objetivo de exemplificar uma atividade educativa, a qual promoveu a reflexão e aquisição de conhecimentos, este trabalho apresenta um relato de experiência. O estudo sobre a relevância da extensão para a aquisição do conhecimento é parte da investigação de doutorado, que busca encontrar meios de aproximação entre a vida acadêmica e profissional. Conclui-se que colocar o aluno frente a problemas reais, faz com que ele tenha decisões mais afeitas à profissão, não abordando apenas as questões relacionadas à materialidade, mas também na sua postura, como cidadão em uma sociedade de desigualdades.

INTRODUÇÃO

Em tempos de perplexidades e enormes desafios, questiona-se sobre a formação do arquiteto. Como formar profissionais competentes, éticos e engajados no desenvolvimento social? Com este questionamento, autores afirmam que é preciso repensar o ensino. Para formar arquitetos reflexivos, criativos e colaborativos, é essencial alterar os métodos de ensino. Influenciador no campo educacional, Donald Schön (2000), defende o aprendizado através do fazer. Para ele, as constantes mudanças que ocorrem na sociedade ampliam as complexidades, o que traz mais disparidade entre as divisões tradicionais do trabalho e a realidade.

Com os avanços tecnológicos e as mudanças na forma de agir da sociedade, surgem novas alternativas e demandas de trabalho; ao mesmo tempo, apresentam incertezas quanto

ao futuro da profissão. Não se pode mais afirmar quais as habilidades necessárias para enfrentar as demandas futuras. Assim, hoje questiona-se sobre a crescente desigualdade social. Instituições no mundo todo se reúnem para definir diretrizes e fomentar programas de ajuda humanitária.

Em meio a tantas questões que assolam a profissão, faz-se necessário buscar alternativas para colocar o aluno em contexto de conflito, com situações que extrapolam a expressão verbal, conduzindo-o à observação e à reflexão sobre sua ação. O aprender a fazer, em sala de aula, faz com que o aluno não reflita muito, enquanto o fazer para aprender possibilita a reflexão sobre a ação, a reflexão na ação e a reflexão sobre a reflexão na ação. Assim, o profissional poderá construir seu próprio conhecimento (SCHÖN, 2000). A partir deste questionamento, será apresentado um relato de experiência que buscou explorar novos caminhos para o ensino. Através da extensão, a atividade inseriu o aluno na prática profissional, desafiando-o a encontrar soluções concretas, já no seu processo de formação.

Ensino e responsabilidade Social

O ensino, que por muitos anos foi se modelando para atender padrões pré-estabelecidos, como forma de uniformizar e garantir qualidade, precisa ser repensado. A Arquitetura, que constantemente vem se reinventando, exige sinergia entre ensino e vida profissional. Além disto, o fácil e rápido acesso à informação vem modificando o papel do professor. Aquele que antes centralizava o saber, agora se torna o facilitador no processo de construção do conhecimento.

Ao perceber esta metamorfose, a União Internacional de Arquitetos – UIA, através da Carta³ para a formação em Arquitetura, vem orientando, a mais de vinte anos, que o ensino seja diversificado e adaptativo. E, quanto mais o tempo passa, mais se torna vital a mudança metodológica. O momento exige atividades mais ativas, que tragam relação entre teoria e prática, não apenas nas práticas de ateliês, mas na realidade da profissão. O ensino deve abordar temas que conduzam à resiliência, com atividades desafiadoras que afaste o aluno da zona de conforto. Se os planos de estudo forem variados e envolventes, com temas relacionados às demandas sociais, econômicas e ambientais, o profissional será mais capaz, competente e ético.

Não se pode pensar que somente a utilização de ferramentas digitais e atividades em sala de aula formará arquitetos capazes de enfrentar o amanhã. Estes precisam adquirir racionalidade técnica para resolver problemas reais, não pensando que no futuro eles terão,

mas colocando-os perante questões desafiadoras. A inserção na prática profissional antes mesmo de concluir sua graduação, é dar oportunidade de ampliar sua compreensão sobre as necessidades humanas e as possíveis soluções. Além de conduzi-los a decisões mais afeitas a profissão, o empreendimento no âmbito ambiental e social, fará com que reflitam também sua postura, como cidadão em uma sociedade de desigualdades.

Embora exista um grande número de profissionais e enormes avanços tecnológicos, muitas comunidades sofrem com a falta de infraestrutura básica. Não é aceitável que a Arquitetura e o Urbanismo renunciem seu caráter crítico, para assumir um predominantemente produtivista. Em todas as partes do mundo é possível visualizar contrastes marcantes entre a urbanização altamente qualificada. No entanto, o problema torna-se mais severo às populações geograficamente isoladas. É preciso voltar-se para aqueles que se encontram em assentamentos precários, para oferecer-lhes condições melhores de vida (MONTANER e MUXÍ, 2015).

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco, o ensino superior possui o dever de promover a construção de sociedades mais justas e igualitárias. O órgão sugere novos modelos de ensino, aprendizagem e pesquisa, os quais enfatizem o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social, como temas centrais da educação (UNESCO, 2018). Na mesma direção, a Carta da Unesco-UIA descreve a importância de fomentar o desenvolvimento social durante o processo de formação. As reflexões sobre a degradação dos inúmeros assentamentos humanos, tanto nos fatores sociais quanto nos funcionais, são abordadas como temas primordiais a serem tratados no âmbito educacional.

A proposta de Mockbee desafia o aluno a atuar diretamente na comunidade, favorece não apenas os alunos, com a aquisição de habilidades e competências, mas também o desenvolvimento social, pois constrói na coletividade um pensamento muito mais humanista. A partir do método pedagógico, onde são elaborados desenhos representativos de observação da realidade, alunos ponderam sobre a necessidade daquelas pessoas. Após esta experiência, e sensibilizados com as carências daquele contexto, buscam propostas mais eficientes de intervenção. Os desafios que eles enfrentam vão desde o projeto, com seus detalhes construtivos, até mesmo a viabilização financeira para executar a edificação (LOTUFO, 2014).

Com o objetivo de tratar questões complexas e reais, somado à necessidade de qualificar a vida daqueles que se encontram em assentamentos distantes e isolados, alunos

e professores do Centro Universitário Adventista de São Paulo – Campus Engenheiro Coelho (UNASP-EC) se engajaram para ajudar uma comunidade ribeirinha no Amazonas. A partir da atividade de extensão, com o envolvimento de vários cursos, o objetivo pautava-se em projetar e construir uma escola técnica, para valorização acadêmica e social da comunidade local.

Arquitetura Colaborativa

O relato da experiência aqui apresentado foi coordenado pelo arquiteto e professor Rolf Leroy Maier. O projeto foi idealizado a partir de seu primeiro contato com a comunidade ribeirinha, Nova Jerusalém, em 2013. Às margens do Rio Massauari, a isolada comunidade possui carência desde água potável, energia elétrica, saneamento, redes de comunicação, até saúde e educação. Em relação à escolaridade, é comum um professor ter crianças de diferentes idades para educar. O ensino também é afetado devido à falta de refeições escolares e de transporte. Muitas destas crianças ficam ociosas ou ajudam seus pais na agricultura de subsistência. Alguns nunca frequentaram a escola.

Denominado de "Missão Amazônia", o foco do projeto era contribuir para o desenvolvimento local e despertar interesse pelas questões sociais. Ao conhecer o projeto e sensibilizados, jovens se mobilizaram para contribuir de forma significativa para o bem-estar e desenvolvimento da comunidade, o que favoreceu a visão mais holística nos acadêmicos.

Devido ao isolamento e sérios problemas de distribuição de combustível, foi necessário construir casas para professores e funcionários, bem como um residencial com capacidade para 80 crianças que moram mais distante. Contudo, para viabilizar estas construções, foram necessários outros voluntários e órgãos que contribuíssem com recursos financeiros. As doações vieram da Ação Social Voluntária da Amazônia - ASVAM, que atua na região por meio do Projeto Salva Vidas Amazonas, da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA, assim como de voluntários brasileiros e estrangeiros.

Entre os muitos desafios para realizar o projeto, o maior estava relacionado à mobilidade. Para se chegar à comunidade é preciso viajar cerca de 30 horas de barco, partindo da cidade de Manaus. Assim como a madeira, alguns outros materiais utilizados foram extraídos dos recursos nativos. Contudo, a logística tornou-se tarefa difícil e onerosa.

Com o apoio de Organizações não Governamentais (ONGs) e instituições educacionais, voluntários dedicavam-se durante períodos de férias nessa missão. Outros se estabeleceram por longo prazo, devido ao profundo apego às pessoas e ao meio ambiente local. A comunidade também recebeu cuidados de médicos, enfermeiros, dentistas e outros profissionais que geralmente prestavam apoio nestas áreas específicas.

A construção foi iniciada no período de férias escolares em 2014, com a preparação do local e a construção de residências. Desde então, participaram cerca de 30 voluntários por período. Com o apoio financeiro da ADRA Internacional, em 2017 os trabalhos se intensificaram, pois possibilitou contratar profissionais para continuar o trabalho no período letivo. Porém, o maior número de participantes foi em julho de 2018. Vindos de várias partes do Brasil, Estados Unidos, Argentina, Peru e México, chegou-se a 230 voluntários (ADVENTIST WORLD, 2018).

Imersos na floresta, brasileiros e estrangeiros vivenciaram uma realidade atípica. Durante a noite dormiam em redes dentro dos barcos; já durante o dia enfrentavam trabalhos intensos, sob o forte calor da Amazônia. Nos intervalos, buscavam o contato com a cultura local.

Após cinco anos de construção, a Escola Técnica Adventista de Massauari – ETAM, traz novas oportunidades às crianças da comunidade. O resultado imediato do projeto foi a matrícula de 45 estudantes locais, entre 5 e 14 anos de idade. Já em relação ao efeito multiplicador, ainda não se pode avaliar. No entanto, a experiência no empreendimento coletivo possibilitou a permanência dos jovens nativos com suas famílias, ao invés de buscar alternativas menos favoráveis em centros urbanos distantes. Atualmente a comunidade ainda recebe apoio de voluntários. É estimulado a continuidade e o engajamento por meio da mobilidade de estudantes e profissionais de diversas áreas.

DISCUSSÃO

Refletir nas possibilidades construtivas cabíveis, nos materiais disponíveis e no tipo de mão-de-obra a ser utilizada, exigiu criatividade diante das peculiaridades locais e ampliou as habilidades dos alunos nesta atividade de extensão, o que também contribuiu para a troca de conhecimento e informações entre colegas e professores. Schön (2000) confirma que os diálogos que ocorrem durante a ação trazem reflexões sobre estratégias e decisões, enquanto o professor, como orientador, promove o ensino prático através de demonstrações, conselhos,

questionamentos e críticas. Esta permuta possibilita que, juntos, busquem encontrar as melhores alternativas, tendo em vista que o conhecimento é construído na coletividade.

Experiências como esta possibilitam que o próprio aluno reflita sobre seu aprendizado. Aquilo que parecia ser claro, como por exemplo, a compreensão sobre determinada representação, muitas vezes se revela insuficiente. O fazer, por meio dos projetos de extensão ligados à realidade profissional, supera os conhecimentos teóricos e práticas em ateliês, propiciando o aprimoramento das habilidades e competências profissionais. Neste sentido, é de extrema relevância se apropriar dos projetos de extensão. Mesmo em ações pontuais, a atuação entre universidade e comunidade pode promover a qualidade de vida em assentamentos precários e inovar práticas de ensino acadêmico. As atividades permitiram aos alunos a aquisição de experiências práticas, ao apresentarem soluções para problemas reais, diferentemente das atividades desenvolvidas em sala de aula. Estes programas promovem o desenvolvimento de valores éticos, com caráter colaborativo e superação de barreiras geográficas, culturais, sociais e financeiras.

CONCLUSÃO

Por meio do relato de experiência, verifica-se o envolvimento e contribuição de alunos na busca por mitigar o sofrimento na comunidade ribeirinha. Em curto prazo, a ação ofereceu às crianças a oportunidade do desenvolvimento intelectual. No entanto, a recompensa da atividade social foi além da ajuda humanitária, pois favoreceu a reflexão dos voluntários sobre os valores éticos e civis. Além disso, com seu efeito multiplicador, essa experiência na Amazônia poderia atrair o interesse de jovens profissionais por questões sociais e incentivá-los a colaborar na construção de uma sociedade mais justa, estimulando uma nova forma de pensar, em contraste com o movimento individualista da sociedade de consumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRA BRASIL. Escola Técnica Adventista do Massauari - ETAM. Disponível em: <<http://adra.org.br/projetos/escola-rural-do-massauari/>>. Acesso em: 9 set. 2018.

HOTHON, M; MARTINS, M. A vida que começou aos 40. *Conheça a história de voluntariado de Rolf Maier*. 28 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://noticias.adventistas.org/pt/noticia/comportamento/a-vida-que-comecou-aos-40-conheca-a-historia-de-voluntariado-de-rolf-maier/>>. Acesso em: 9 set. 2018.

MONTANER J.P.; MUXÍ Z. *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

LOTUFO, T. A. **Um novo ensino para outra prática**: Rural Studio e Canteiro Experimental, contribuições para o ensino de arquitetura no Brasil. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2014.

ONU. Programa dos Voluntários das Nações Unidas no Brasil - PNUD Brasil. Disponível em: <www.unv.org>. Acesso em: 5 set. 2018.

ADVENTIST WORLD. Student Volunteers Build School in the Amazon. Disponível em: <<https://www.adventistworld.org/student-volunteers-build-school-in-the-amazon/>>. Acesso em 9 set. 2018.

UIA/UNESCO. A Carta UNESCO/UIA para a formação em Arquitetura. *Edição traduzida para o português por CIALP em 2015*. Tóquio, 2011. Disponível em: <<http://www.cialp.org/documentos/1441292347H5hZP9na3AI01IB0.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

SCHÖN, D. A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PROPOSTAS CONJUNTURAIAS PARA PROBLEMAS ESTRUTURAIAS: PICO COLECTIVO

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

Mariana Tealdi Sant'Anna

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduao em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Vera Santana Luz

Docente no Programa de Pós-graduao em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

INTRODUO

“ preciso atrair violentamente a ateno para o presente do modo como ele , se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade.” (GRAMSCI, 1997)

O fenômeno de urbanizao acelerada nos países dependentes, observado especialmente a partir do pós-guerra ocorreu, em grande medida, devido  pressão do processo capitalista periférico, cujo fenômeno da industrializao tardia e incompleta provocou uma explosão de grandes polos urbanos, onde o Estado não foi capaz de constituir instrumentos suficientes para a provisão de moradia, infraestrutura e qualidade urbana para as ocupaoes de populaoes expulsas do campo e recém chegada às cidades.

Como resultado, a espoliao urbana (KOWARICK, 1979), da qual resulta a estratificao social e espacial (MARICATO, 1979; ROLNIK, 1997) no que se denomina, para alguns autores “urbanizao desigual” (FERREIRA: 2000) causou a formao de metrópoles marcadas pela divisão social do espaço urbano como decorrência da relao capital/trabalho, da produo e da lógica do processo de acumulao capitalista. Este sistema de exclusão e ilegalidade  funcional para o mercado, incluindo o imobiliário - restrito e especulativo – por uma aplicao muitas vezes arbitrária da lei, de acordo com relaoes de favor (SCHWARZ, 2014).

Dentre as dez áreas metropolitanas mais populosas do mundo, trs delas estão na América Latina, onde as taxas de urbanizao chegaram a 75% em 2000. Estas grandes aglomeraoes urbanas apresentam, nas periferias, um quadro de pobreza que pode ser observado pela alta porcentagem de pessoas vivendo em moradias subnormais, assim como

uma piora nos índices socioeconômicos – violência, renda, desemprego, crescimento - e urbanísticos - explosão urbana e propagação das favelas (CEPAL: 2000).

A legalidade urbana é um marco delimitador de fronteiras de poder e um referente cultural fortíssimo especialmente de prestígio de classe. Sua face obscura determina grande parte do espaço da cidade é a ilegalidade, como um mesmo projeto, complementar e indissociável. A cidade legal, portanto, atua como um modelo de cidade ideal, abrangendo apenas a menor parte do espaço urbano, sendo o território como um todo, submetido a relações de especulação imobiliária. Entretanto, ao estabelecer formas permitidas e proibidas, a legislação configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada (ROLNIK, 1997).

Perante esse cenário adverso, a procura de alternativas a problemas estruturais têm se ampliado, especialmente em países periféricos e semiperiféricos, o que é recorrentemente ressaltado por Boaventura de Souza Santos (2018). Milton Santos (2008) formulou uma aposta na inflexão dessa realidade como um movimento de “baixo para cima”, provindo dos países subdesenvolvidos e não dos ricos, “o pensamento livre e não o discurso único” (SANTOS, 2008, p.14).

Como salienta Luz (2018), no âmbito mais específico da arquitetura, poderia ser possível um processo de resistência ou superação, mediante atitudes de pequena escala local, associando o saber acadêmico aos movimentos sociais, quando, com preocupações análogas, propõe uma forma de ação:

“No nosso âmbito estrito, a realização de insumos para protótipo de Cartilhas ou Cadernos de Técnicas e Sistemas utilizáveis, potencialmente geradores de autonomia para comunidades em regiões de fragilidade socioespacial e/ou ambiental enfrenta fronteiras entre a expectativa em ser um arcabouço pactuado e sistematizado que possa subsidiar ou contribuir no aperfeiçoamento técnico, na geração de renda, no estabelecimento de matrizes construtivas eficientes e viáveis destas comunidades, no sentido de ação política para maior liberdade, emancipação, identidade e possibilidades de resolução de sistemas de caráter imediato ou urgente ou fracassar na probabilidade de confirmação da exclusão, da pobreza, da miséria e da conformação a um estatuto de indigência urbana.

Com essa preocupação, esquadrinha-se como modelo a consecução de um trabalho de caráter prático e teórico simultaneamente investigativo e propositivo, no limiar da arte, técnica e conceituação, passível de testes e verificações e o enfrentamento das contingências e estruturas políticas, econômicas e sociais.” (LUZ, 2018, p. 1090)

Segundo Freire (1982), os denominados oprimidos têm que entender seu lugar no mundo e as questões que isso pode envolver, no sentido de planejar sua ação de luta por liberdade e autonomia, indicando que a transformação está na *práxis*, não sendo suficiente apenas o discurso ou a teorização abstrata.

É importante ressaltar o perigo que se corre ao recorrer a ações conjunturais de projetos escala local, pela particularidade e especificidade de seus territórios. Deve-se ter em mente que ações conjunturais de caráter ativista, a saber, sem uma ação política coadunada, apesar de serem importantes para uma emergência momentânea, podem ao mesmo tempo, se autosabotar correndo o risco, no limite, de tirar cada vez mais essa responsabilidade das mãos do Estado. Corre-se o risco de uma confirmação da precariedade e conformação da comunidade envolvida, como alerta Luz (2018, p.1090).

Tais ações, às quais denominamos conjunturais, para expressão de sua real potencialidade, devem estar relacionadas a processos estruturais, acompanhadas de medidas sociais de impacto político ampliado, ou seja, buscar-se resolver problemas de segregação em sua raiz, mediante políticas públicas territoriais, condicionadas às pressões populares.

Pretende-se o não conformismo e o intuito de projetar o presente a partir do futuro. A segregação socioespacial deveria ser um dos limites a serem superados pelo urbanismo moderno, pelo desenho, no que falhamos. Pode-se indagar se o projeto moderno falhou ou se está em curso.

Buscando aproximações entre a universalidade e a particularidade, esta Pesquisa pretende, por meio do olhar sobre situações específicas, o entendimento de ações projetuais com participação comunitária, de pequeno ou médio porte, como potencializadoras do território e que apontem, como decorrência, para transformações estruturais, em especial no contexto da América Latina.

Questões tais como o significado de lugar, o direito à cidade e a importância da participação da comunidade constituem o escopo central da investigação que, associada à possibilidade de efetivação concreta, possa envolver a proposição de novos paradigmas no enfrentamento da situação sistêmica das periferias urbanas, onde no mais das vezes o Estado não se faz presente na condução de políticas públicas.

DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento da Pesquisa se dará pela metodologia composta pela investigação: da literatura especializada a respeito dos principais condicionantes de estratificação urbana, tendo como foco a situação dos países semiperiféricos latinoamericanos; pela revisão bibliográfica sobre direito à cidade e a noção de lugar; pela seleção e investigação de projetos realizados no estudo de caso em seus pressupostos, métodos e resultados, tendo as comunidades como agentes indissociáveis; e, por fim, por um estudo de campo com os objetivos de percepção do ambiente de inserção dos exemplos de arquitetura, coleta de depoimentos e realização de entrevistas com as comunidades envolvidas, inventário do arcabouço do projeto realizado - implantação no contexto, espacialidades, sistemas e técnicas construtivas, agenciamento do programa, sistemas de financiamento e viabilização.

DISCUSSÃO

Tendo como premissa a investigação do PICO Colectivo, pretende-se constituir um elenco de seus principais projetos, sempre realizados, conforme mencionado, mediante participação social em locais de fragilidade socioespacial, carência de infraestrutura, de equipamentos e espaços públicos de qualidade.

Em entrevista para Nicolás Valencia, Marcos Coronel, um dos líderes do coletivo, ressalta que o verdadeiro objetivo de projetos desta natureza é que os moradores contem com uma carga metodológica e técnica para continuarem intervindo no espaço com seus próprios processos de maneira autônoma.

Apresenta-se, como primeira referência, a exposição das premissas uma obra do Colectivo no Petare (Caracas, Venezuela), área considerada como uma das mais perigosas na América Latina, onde se recuperou uma moradia em estado precário, transformando-a em um espaço poliesportivo e cultural, hoje bastante disputado pelos jovens do bairro, estimulando novos laços entre a população e o território. O projeto faz parte do programa Espaços de Paz, que conta com a participação de técnicos de diferentes áreas e da comunidade envolvida.

Acredita-se, como Santos (2018), na necessidade de uma revolução epistemológica, onde os saberes venham “de baixo”, assim podendo trazer mudanças radicais na estrutura

travada pelo fascismo social tão presente na era de globalização e neoliberalismo em que vivemos.

CONCLUSÃO

Como exposto, trata-se de uma investigação que entende ações projetuais de pequeno ou médio porte com participação comunitária como potencializadoras do território capazes de apontar para transformações estruturais, em especial no contexto da América Latina, podendo constituir uma direção de resistência à hegemonia internacional do capital.

Entende-se que a arquitetura e o urbanismo possam ser uma das chaves desse processo de resistência e transformação social perante hegemonias.

Como princípio para o estudo de caso, buscamos investigar pressupostos teóricos indivisíveis da *práxis* nestas ações que envolvem a comunidade em seus processos, como fomentadora de novos laços com o território e da população com ela mesma, se reconhecendo em luta por sua identidade e direito não somente de existência, mas de viver a cidade como agente de pertencimento e desfrute.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FERREIRA, J. S. W. Globalização e Urbanização Subdesenvolvida. São Paulo Perspectiva. vol.14 no.4 São Paulo Oct./Dec.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 11.ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1982.

GRAMSCI, Antonio. Passato e presente. Roma: Granica, 1977.

KOWARICK, Lúcio. Espoliação Urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

LUZ, Vera Santana. Por uma autonomia concretizável: proposição de técnicas de

Arquitetura e infraestrutura de pequeno e médio porte para

Comunidades em regiões de fragilidade socioespacial e ambiental .Anais V ENANPARQ, p. 1082-1104. Salvador, BA, 2018.

MARICATO, Ermínia. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. 2. ed. São Paulo, SP: Alfa Omega, 1979.

PICO Colectivo disponível em < <https://picocolectivo.org.ve/>>

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo, SP: Studio Nobel: FAPESP, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial. Volume I e II: Para um pensamento alternativo de alternativas. Buenos Aires, CLACSO, 2018.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamemto único à consciência universal. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar: Ensaios selecionados. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

VALENCIA, Nicolás. Venezuelan urban acupuncture: Spaces of Peace by PICO Estudio. Disponível em < https://www.architectural-review.com/8686647.article?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br>. Acesso em: 03 out. 2019.

EDITORIAL

Ana Paula Farah (Docente POSURB-ARQ)

Ana Beatris Fernandes Menegaldo (Doutoranda- NAU)

Maria Flávia de Araujo Gottardello (Mestranda- NAU)

Laura De Bona (Doutoranda- NAU)

Lucas Nakamura Cerejo (Mestrando- NAU)

APOIO TÉCNICO

Adriana Teixeira Bahia (Mestranda-NAU)

Alisson Tavares Rosalino (Mestranda-NAU)

Anamaria Canuto Sales de Oliveira (Mestranda-NAU)

Bianca Teixeira Moret Pacheco (Mestranda-NAU)

Celso Faria Mendes de Oliveira (Mestrando-NAU)

Felipe da Motta Bueno (Mestrando-NAU)

Lucas Nakamura Cerejo (Mestrando-NAU)

Mariana Tealdi Sant'anna (Mestranda-NAU)

Otávio Augusto Frederico (Mestrando-NAU)